



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

2.º CICLO DE ESTUDOS – 2012/2013

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS EMPRESARIAIS

DISSERTAÇÃO

APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE COACÇÃO ÀS PESSOAS COLECTIVAS

PATRÍCIA SILVA ALVES

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA TERESA PIZARRO BELEZA

MAIO 2013

APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE COACÇÃO ÀS PESSOAS COLECTIVAS

PATRÍCIA SILVA ALVES

À Tia Mané

ÍNDICE

Declaração de Compromisso Anti-Plágio	4
Modo de Citar e Outras Convenções	5
Lista de Abreviaturas	6
Introdução	7
Parte I: Aspectos Gerais do Regime Jurídico das Medidas de Coacção em Especial Quanto à Aplicabilidade às Pessoas Colectivas Arguidas	13
1. Responsabilidade criminal das pessoas colectivas: breve perspectiva histórica e legislativa.....	13
2. Compatibilidade dos critérios de aplicação das medidas de coacção com a natureza jurídica das pessoas colectivas	29
2.1. Considerações gerais.....	29
2.2. Princípio da legalidade	33
2.3. Princípio da necessidade, adequação e proporcionalidade	39
2.4. Condições gerais de aplicação das medidas de coacção	43
2.4.1. Constituição de arguido	43
2.4.2. Inaplicabilidade das medidas quando existam fundados motivos para crer na isenção de responsabilidade ou extinção do procedimento criminal	55
2.5. Requisitos gerais de aplicação das medidas de coacção	59
2.6. Dependência da aplicação das medidas de coacção em relação à pena aplicável	67
Parte II: Medidas de Coacção de Carácter Detentivo e a Inaplicabilidade às Pessoas Colectivas	73
Parte III: Análise da Aplicabilidade de Cada Medida de Coacção em Concreto às Pessoas Colectivas Arguidas	75
3. Termo de Identidade e Residência	75
4. Caução	86
5. Obrigação de Apresentação Periódica.....	91
6. Suspensão de Exercício de Funções, Actividades ou Direito.....	94
7. Proibição e Obrigação de Condutas	101
8. Considerações Finais	102
Parte IV: Quebra de Medida de Coacção Imposta a Pessoa Colectiva	104
Conclusão	107
Bibliografia	110

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI-PLÁGIO

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

MODO DE CITAR E OUTRAS CONVENÇÕES

As citações ao longo do texto são feitas com indicação do nome do autor pelo qual é conhecido, do título da obra e dos números de páginas para que se remete.

Na bibliografia final encontram-se todas as obras citadas no texto, indicadas pelo nome do autor, pelo título completo, pela edição e editor, bem como pelo local de edição sempre que conhecido e pelo ano de publicação.

As obras são indicadas por ordem alfabética do último apelido do autor, ou do primeiro autor, no caso de obras colectivas.

As traduções realizadas são livres e da minha autoria.

As citações de jurisprudência no texto são feitas pela indicação do tribunal, n.º do processo e da data do acórdão. A jurisprudência citada, sem indicação do local, encontra-se disponível em www.dgsi.pt.

Todas as abreviaturas utilizadas no texto encontram-se devidamente identificadas na lista de abreviaturas.

A dissertação foi escrita segundo a antiga ortografia, sem se ter aderido ao Acordo Ortográfico, em vigor em Portugal, à data.

O presente texto contém opiniões estritamente pessoais que, em caso algum, podem ser atribuídas a qualquer instituição com a qual colaboro.

.

LISTA DE ABREVIATURAS

Ac. – acórdão

arts./art. – artigos/artigo

CC – Código Civil Português de 1966, com a redacção actualmente em vigor

Cfr./cfr. – Confrontar

cit. nota – Obra citada em nota anterior

coord. – Obra coordenada por

CP – Código Penal Português de 1995, com a redacção actualmente em vigor

CPP – Código Processo Penal Português de 1987, com a redacção actualmente em vigor

CRP – CRP de 1976, com a redacção actualmente em vigor

CSC – Código das Sociedades Comerciais de 1986, com a redacção actualmente em vigor

DL n.º – Decreto-Lei n.º

DR – *Diário da República*

JIC - Juiz de Instrução Criminal

MP – Ministério Público

OAP – Obrigação de Apresentação Periódica

OPC – Órgãos de Polícia Criminal

pp./p. – páginas/página

Proc. – Processo n.º

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

ssg. - seguintes

TIR – Termo de Identidade e Residência

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

vol. – volume

Resumo: 1. Regime jurídico das medidas de coacção e aplicabilidade às pessoas colectivas: responsabilidade criminal das pessoas colectivas, critérios de aplicação, princípios fundamentais; 2. Inaplicabilidade das medidas de coacção com carácter detentivo às pessoas colectivas; 3. Aplicação em concreto às pessoas colectivas: TIR, Caução, Obrigação de Apresentação Periódica, Suspensão de Exercício de Funções, Actividades ou Direitos, Proibição e Obrigação de condutas; 4. Quebra de medida de coacção imposta à pessoa colectiva.

Abstract: 1. Legal system of coercive measures and applicability to legal persons: the criminal liability of legal persons, application requirements, fundamental principles; 2. Inapplicability of personal freedom coercive measures to legal persons; 3. Application in the specific case of legal persons: term of identity and residence; provision of security, the obligation of periodic presentation, suspension of exercise of functions, activities and rights, conducts prohibitions and obligations; 4. Break of coercive measure imposed on the legal person.

Résumé: 1. Régime juridique des mesures coercitives et l'applicabilité aux personnes morales: la responsabilité pénale des personnes morales, des critères d'application, les principes 2. Inapplicabilité des mesures coercitives de caractère restrictive à les personnes morales; 3. Demande en personnes morales en concrète: terme d'identité et de résidence, caution, obligation de présenter périodiquement, suspension périodique de l'exercice des fonctions, activités et droits, prohibition et obligation de conduit 4. Casse dès les mesures coercitives imposées à la personne morale.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema *A aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas* e visa analisar a aplicabilidade das medidas de coacção elencadas no CPP às pessoas colectivas constituídas arguidas, quanto tal se afigure essencial à prossecução das finalidades do processo penal.

O interesse pela temática da responsabilidade criminal das pessoas colectivas e por toda a inovação jurídica associada a estes novos agentes iniciou-se nas aulas da disciplina de *Teoria do Crime*¹, com a elaboração de um estudo sobre a responsabilidade criminal das pessoas colectivas do ponto de

¹A disciplina de Teoria do Crime corresponde ao 6.º semestre do 1.º Ciclo de estudos em Direito e foi leccionada pela Senhora Professora Dr.ª Teresa Serra, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. O trabalho foi elaborado em conjunto com a colega e amiga Sofia Ladeira.

vista da autoria, relativamente às principais alterações ao regime do art. 11.º do CP e quanto à sua constitucionalidade.

Contudo, por ser um tema relativamente recente e pouco consolidado doutrinária e jurisprudencialmente, existem questões em aberto no que respeita ao abandono do princípio *societas delinquere non potest* e à consequente e progressiva responsabilização criminal das pessoas colectivas, nomeadamente em sede de direito processual penal.

Sendo certo que a criminalidade levada a cabo por entidades colectivas - nomeadamente no que respeita à criminalidade económica - tem incrementado muito significativamente, desde o séc. XX, e se reflecte na violação grave de bens jurídicos constitucionalmente protegidos, implica a consequente evolução do direito penal substantivo e adjectivo no sentido da efectiva responsabilidade criminal das pessoas colectivas.

Atendendo a esta questão e ao aperceber-me da desadequação do regime processual penal em relação às alterações sofridas pelo direito penal substantivo, no que respeita à responsabilidade das pessoas colectivas, decidi desenvolver um breve estudo, com o mesmo tema que a presente dissertação, no âmbito da disciplina *Direito Processual Penal Especial*², que integra o programa do 2.º ciclo de estudos em Direito na FDUNL.

Na verdade, o CPP prevê taxativamente um conjunto de medidas de coacção, graduadas em função da gravidade do crime pelo qual o arguido está indiciado e da intensidade da privação dos direitos a que podem ficar sujeitos no seguimento da aplicação dessas medidas. As medidas de coacção poderão ser aplicadas sempre que seja necessário assegurar o regular prosseguimento do processo penal e como forma de garantir as finalidades da investigação e a descoberta da verdade.

Assim sendo, por um lado o direito penal substantivo prevê a responsabilidade criminal das pessoas colectivas e respectiva punição, nos termos do art. 11.º e art. 90.º-A e ssg. do CP, sempre que ocorram factos que

²A disciplina de Direito Processual Penal Especial é uma disciplina opcional que integra do 2.º Ciclo de estudos em Direito, de Mestrado em Ciências Jurídicas Empresariais, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e foi leccionada pelo Senhor Professor Doutor Frederico da Costa Pinto.

consubstanciam factos ilícitos previstos no CP. Consequentemente, as pessoas colectivas poderão ser constituídas arguidas em processo penal, nos termos do art. 58.º do CPP.

Ora, havendo um processo penal em curso, poderá surgir a necessidade de aplicar ao arguido, neste caso pessoa colectiva, alguma das medidas de coacção previstas no CPP, caso exista necessidade absoluta de acautelar a prossecução regular do processo e o cumprimento das suas finalidades.

No entanto, o conjunto de medidas de coacção previsto no CPP foi originalmente consagrado para ser aplicado às pessoas singulares arguidas, não tendo sofrido qualquer alteração de maior quando se passou a admitir, substantivamente, a responsabilidade criminal das pessoas colectivas, nem se verificou, por parte do legislador, intenção ou vontade de adaptar o regime das medidas de coacção às especificidades das pessoas colectivas arguidas.

Nestes termos, por um lado, há a possibilidade de responsabilizar criminalmente as pessoas colectivas pelos ilícitos previstos no CP, para a qual deverá ocorrer uma investigação em processo penal, e por outro lado, existe um conjunto de medidas de coacção que visam assegurar as finalidades desse processo penal, quando seja necessário. No entanto, ao contrário do que acontece com as pessoas singulares, apenas algumas destas medidas de coacção podem ser aplicadas às pessoas colectivas, e nalguns casos só é possível esta aplicação através de um processo de interpretação extensiva.

Perante isto, coloca-se a seguinte questão: *uma pessoa colectiva constituída arguida por estar indiciada pela prática de um crime, e cujas finalidades processuais e de investigação criminal apenas ficarão salvaguardadas pela aplicação de medidas de coacção, poderá ou não ser sujeita a estas medidas? Ou a quais destas medidas?*

São estas as principais questões a que se tentará responder ao longo desta dissertação.

Para tal, começarei por expor, muito brevemente, o regime da responsabilidade criminal das pessoas colectivas, a respectiva evolução histórica e legislativa de forma a compreender as razões para o abandono do arcaico princípio *societas delinquere non potest* (1.).

De seguida, serão analisados, numa perspectiva crítica, os aspectos gerais do regime das medidas de coacção previsto no CPP relativamente à possibilidade da sua aplicação às pessoas colectivas arguidas, recorrendo aos princípios fundamentais – princípio da legalidade (2.2.), adequação, necessidade e proporcionalidade (2.3.), - as condições formais (2.4.) e requisitos de aplicação das medidas de coacção (2.5.), previstos no Título I do Livro IV e art. 204.º do CPP. Neste ponto, visa-se aferir da compatibilidade dos critérios de aplicação das medidas de coacção com a natureza jurídica das pessoas colectivas.

Importa também analisar de que forma deve o aplicador do direito interpretar a dependência da aplicação de medidas de coacção em relação à pena aplicável (2.6.), principalmente quando o arguido visado é pessoa colectiva. Tendo em conta que todas as medidas de coacção, à excepção do TIR, exigem que o crime pelo qual o arguido esteja indiciado seja punível com pena de prisão, analisarei o modo de aplicação destas medidas de coacção às pessoas colectivas arguidas, uma vez que a pena de prisão não se coaduna com a sua natureza jurídica.

De seguida, farei a análise das medidas de coacção de carácter detentivo (Parte II), nomeadamente a medida de coacção de obrigação de permanência na habitação e a de prisão preventiva, de modo a explicar a sua inaplicabilidade às pessoas colectivas arguidas, por falta de compatibilidade com a respectiva natureza jurídica.

Compreendidas as condições formais, os requisitos de aplicação das medidas de coacção e ao processo interpretativo que o aplicador do direito terá de levar a cabo para que as pessoas colectivas possam ser sujeitas às medidas de coacção sem carácter detentivo, seguir-se-á a análise da aplicação individual de cada medida de coacção prevista no Capítulo I do Título II do Livro IV do CPP às pessoas colectivas.

Neste âmbito, analisarei as medidas de coacção em concreto, numa perspectiva crítica, e com propostas interpretativas por forma a serem aplicadas às pessoas colectivas, começando pelo termo de identidade e residência (3.1.) seguindo-se a caução (3.2.), obrigação de apresentação

periódica (3.3.), suspensão de exercício de funções, actividades e direitos (3.4.), e finalmente a proibição e obrigação de condutas (3.5.).

Será também abordado o regime da quebra das medidas de coacção (Parte IV), ou seja, o modo como se processa a violação das obrigações decorrentes das medidas de coacção aplicadas às pessoas colectivas.

Finalmente, terminarei o presente estudo com uma conclusão na qual tentarei propor algumas novas medidas de coacção ou alterações às medidas de coacção existentes – numa perspectiva de *iuris constituendo*, que poderiam ser consagradas no CPP para serem aplicadas às pessoas colectivas.

Este estudo visa a análise do regime processual penal no que respeita às medidas de coacção e sua aplicação às pessoas colectivas, pelo que não abrangerá a responsabilidade penal das pessoas colectivas do ponto de vista substantivo da autoria, salvo nos casos em que seja absolutamente necessário para a explicitação do regime adjectivo.

Será apenas referida brevemente neste estudo a temática prevista no Capítulo III, do Título II do Livro IV do CPP, relativa à revogação, alteração e extinção das medidas de coacção por se considerar que estas são aplicáveis às pessoas colectivas, sem que isso levante problemas de maior, salvo no que concerne às normas correspondentes à prisão preventiva e à obrigação de permanência na habitação, que não são de todo aplicáveis às pessoas colectivas atendendo à sua natureza jurídica.

Relativamente aos modos de impugnação e à indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada, previstas no Capítulo IV e V do Título II, do Livro IV do CPP, também não serão alvo de desenvolvimento no presente estudo. Apenas a norma prevista no art. 219.º é aplicável às pessoas colectivas – e a sua aplicação também não suscita qualquer problema - uma vez que as demais se referem à impugnação de medidas de coacção de carácter detentivo, que não poderão ser aplicadas às pessoas colectivas.

Face à escassa jurisprudência e doutrina sobre o tema abordado neste estudo, o seu objectivo será cumprido se de alguma forma contribuir para uma maior eficácia do processo penal e consequentemente para a salvaguarda de bens jurídicos fundamentais de carácter social e colectivo, cuja protecção ainda

não se consegue garantir na totalidade quando estejam em causa actos ilícitos praticados por pessoas colectivas.

PARTE I: ASPECTOS GERAIS DO REGIME JURÍDICO DAS MEDIDAS DE COACÇÃO, EM ESPECIAL QUANTO À APLICABILIDADE ÀS PESSOAS COLECTIVAS ARGUIDAS

1. A responsabilidade criminal das pessoas colectivas: breve perspectiva histórica e legislativa

O presente estudo incide essencialmente sobre o direito penal adjectivo, uma vez que procura analisar se, e de que modo, podem ser aplicadas as medidas de coacção às pessoas colectivas.

Para uma clara percepção da imputação da responsabilidade criminal às pessoas colectivas – o que numa primeira fase processual, poderá implicar a aplicação das medidas de coacção para o cumprimento das finalidades processuais que explicitarei, se se verificarem os requisitos que serão analisados – começarei por uma breve contextualização histórico-legislativa da responsabilidade jurídico-penal das pessoas colectivas, do ponto de vista do direito penal substantivo.

A responsabilidade penal das pessoas colectivas tem sido um tema debatido na doutrina e na jurisprudência desde o início do séc. XX e relativamente ao qual ainda surgem aspectos controversos.

A exigência de responsabilização penal das pessoas colectivas surge necessariamente associada ao desenvolvimento da criminalidade económica, após as duas Guerras Mundiais^{3 4}.

Tradicionalmente, os ordenamentos jurídicos de ascendência romano-germânica regiam-se pelo velho princípio *societas delinquere non potest*⁵.

³Cfr. EDUARDO MANSILHA, «Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Societas Delinquere Potest, in *Verbo Jurídico – Estudos e Ensaios Jurídicos* – Este texto reproduz um conjunto de opiniões dos Professores Doutores Jorge de Figueiredo Dias, Manuel da Costa Andrade, José Francisco de Faria e Costa, Anabela Miranda Rodrigues e Dr. Manuel António Ferreira Antunes expressas durante as lições de um Curso de Pós-Graduação, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, organizado pelo Instituto de Direito Penal Económico e Europeu.

⁴Cfr. JORGE FIGUEIREDO DIAS E MANUEL DA COSTA ANDRADE, «Problemática geral das infracções contra a economia nacional», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. I, pp. 323 e ssg.

Segundo esta máxima, não se reconhecia a capacidade de serem imputadas condutas criminosas a pessoas colectivas *qua tale*, devido ao facto de se considerar que as pessoas colectivas não eram capazes de culpa⁶.

Face ao surgimento de novos agentes económicos e de bens jurídicos diversificados - que deveriam ser protegidos, não apenas numa perspectiva individual, mas também enquanto bens jurídicos colectivos e sociais – tornou-se urgente a procura de soluções jurídicas que fizessem frente à criminalidade económica crescente e que travassem as suas graves consequências na violação dos bens jurídicos, já que o Direito Administrativo se demonstrava pouco eficaz⁷ face a essas consequências⁸.

Neste contexto, ao longo do séc. XX, a sustentabilidade do princípio *societas delinquere non potest* foi posta em causa face ao desenvolvimento da sociedade em que os mais influentes intervenientes eram as entidades colectivas, por oposição à perda de credibilidade e competitividade de pequenos grupos individualizados de pessoas singulares⁹. Ao peso crescente das pessoas colectivas, enquanto intervenientes sociais, soma-se a violação de bens jurídicos colectivos fundamentais resultante da criminalidade levada a cabo pelas mesmas e por outro lado, a frustração do efeito dissuasor da entidade colectiva e inoperância da aplicação de penas privativas de liberdade aos seus órgãos e representantes¹⁰.

⁵Princípio com origem nos CODEX Romanos, enraizou-se na cultura portuguesa e a presença estava consagrada nos art. 26.º e 28.º do C.P. 1886, cujo texto estabelecia que apenas as pessoas físicas, individualmente consagradas, poderiam ser sujeitos de direito penal – Sobre a evolução do princípio *societas delinquere non potest*, vide, para maior aprofundamento GONÇALO DE MELO BANDEIRA, “Responsabilidade” Penal Económica e Fiscal dos Entes Colectivos, pp.195-237

⁶Cfr. MANUEL ANTÓNIO LOPES ROCHA, «A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. I, pp. 438-447.

⁷Cfr. EDUARDO MANSILHA, «Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Societas Delinquere Potest»

⁸O problema da insuficiência da tutela administrativa quanto à eficácia da salvaguarda dos bens jurídicos sociais e colectivos, cuja violação incrementou com a actuação das entidades colectivas, não é exclusivo do ordenamento jurídico português. A título de exemplo, quanto ao mesmo problema no ordenamento jurídico espanhol, vide JOSÉ MIGUEL ZUGALDÍA ESPINAR, *La Responsabilidad Penal de Empresa, Fundaciones Y Asociaciones*, p. 105 e ssg.

⁹Cfr. GERMANO MARQUES DA SILVA, *Responsabilidade Penal das Sociedades e dos seus Administradores e Representantes*, pp. 116 e ssg.

¹⁰Cfr. MANUEL ANTÓNIO LOPES ROCHA, «A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, pp. 347-348

Assim, demonstrou-se essencial reclamar destas novas entidades, com poder social crescente, um maior sentido de responsabilidade, começando desta forma a desenvolver-se a consciência da necessidade de criminalização de determinados comportamentos levados a cabo por pessoas colectivas que eram lesivos para a comunidade em geral.

A criminalização das pessoas colectivas surge, num primeiro momento, associada à criminalidade económica, fiscal e ambiental, sendo portanto englobada no direito penal secundário.

A ideia de responsabilidade penal das pessoas colectivas desafia a base ideológica e normativa do direito penal bem como o seu modo de expressão e operação¹¹. Implica desta forma uma reestruturação normativa, inicialmente do direito penal secundário e em seguida do direito penal principal.

Em Portugal, logo a partir do início do século XX, surge a primeira legislação relativa à responsabilidade criminal das pessoas colectivas pelo cometimento de infracções, através do DL n.º 29034/1938 de 1 de Outubro¹², que regulava o regime de importação, armazenamento e tratamento industrial dos petróleos brutos, seus derivados e resíduos e mais tarde do DL n.º 41204/1957 de 24 de Julho, relativo às infracções contra a saúde pública e económica nacional^{13 14}.

Por outro lado, a evolução legislativa, ao longo do séc. XX, no que respeita à previsão de responsabilidade criminal das pessoas colectivas em Portugal foi – e ainda hoje é nas mais diversas áreas - influenciada pelas resoluções e directivas comunitárias, o que se justifica pela integração do país na União Europeia.

No séc. XX vivia-se, no nosso país e na maioria dos países da Europa continental, um aceso confronto de ideias relativamente à aceitação ou rejeição

¹¹Cfr. CELIA WELLS, *Corporations and Criminal Responsibility*, Oxford University Press, p. 13

¹²Cfr. EDUARDO MANSILHA, «Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Societas Delinquere Potest»

¹³O diploma DL n.º 41204/1957 visou a sistematização da inúmera legislação dispersa sobre o tema e na altura foi saudado como um diploma bastante avançado em relação aos textos estrangeiros sobre a matéria.

¹⁴Cfr. EDUARDO CORREIA, «Introdução ao Direito Penal Económico», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, p.316 e JORGE FIGUEIREDO DIAS E MANUEL DA COSTA ANDRADE, «Problemática geral das infracções contra a economia nacional», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, pp. 339 - 341.

do princípio *societas delinquere non potest*. Por um lado, a doutrina em que se inseria CAVALEIRO FERREIRA defendia a inexistência de responsabilidade sem culpa; sendo a culpa um juízo ético-moral sobre a vontade de executar certa conduta, esta não era reconduzível a uma pessoa colectiva, não tendo esta nem vontade nem cognoscibilidade próprias, pelo que só poderia haver censura sobre a conduta desenvolvida pelo singular que age dentro da pessoa colectiva mas não sobre ela. Por outro lado, a corrente doutrinária preconizada por FIGUEIREDO DIAS reclamava a maior responsabilização dos entes colectivos pela violação dos bens jurídicos colectivos em consequência do seu peso social crescente¹⁵.

Esta discussão culminou no incremento da legislação avulsa, em sede de direito penal secundário. Nesta legislação, previa-se a responsabilidade criminal das pessoas colectivas e o progressivo abandono da velha máxima latina.

Os anos 80 marcaram em definitivo um ponto de viragem na discussão. Em 1982 a aprovação do CP veio preparar a alteração do paradigma vigente.

O art. 11.º, n.º 2 do DL n.º 400/82 de 23 de Setembro, que aprovou o CP, previa que *salvo disposição em contrário, só as pessoas singulares [eram] susceptíveis de responsabilidade criminal*. Ora, face à inúmera legislação avulsa, de direito penal secundário, principalmente em matérias de direito económico, ambiental e fiscal, afigurava-se necessário regular esta matéria.

Neste sentido, no seguimento e concretização da Lei de Autorização 12/83 de 24 de Agosto surge em Portugal a imputação criminal das pessoas colectivas pelo DL n.º 28/84 de 20 de Janeiro, que configurava um regime inovador para o sistema legal português e pretendia essencialmente a alteração do paradigma vigente.

Com este diploma alargou-se o âmbito da imputação da responsabilidade criminal das pessoas colectivas, para além da criminalidade económica e fiscal, uma vez que o direito penal secundário até então em vigor

¹⁵Cfr. EDUARDO MANSILHA, «Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Societas Delinquere Potest» e Cfr. JORGE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal Tomo I – Questões fundamentais, A Doutrina Geral do Crime*, pp.298 e ssg

se demonstrou essencialmente interventivo na actividade comercial e nas áreas do direito económico.

Com efeito, o diploma consagrou novos tipos incriminadores susceptíveis de ser imputados às pessoas colectivas. Além disso, sistematizou num só diploma parte da legislação avulsa de direito penal secundário, introduzindo alterações importantes na estrutura e penalização de algumas dessas infracções.

O legislador explicitou o objectivo deste diploma no Ponto 8 do preâmbulo do DL n.º 28/84 afirmando que *tratando-se de um tema polémico em termos de dogmática jurídico-legal, nem por isso deve ignorar-se as realidades práticas, pois se reconhece por toda a parte que é no domínio da criminalidade económica que mais se tem defendido o abandono do velho princípio societas delinquere non potest.*

Contudo, também no Ponto 8 o legislador alerta para a consagração prudente do princípio da responsabilidade penal das pessoas colectivas, ou seja, *exige-se sempre uma conexão entre o comportamento do agente – pessoa singular – e o ente colectivo, já que aquele deve actuar em representação ou em nome deste e no interesse colectivo.* Acrescenta ainda que a responsabilidade será excluída quando o agente tiver actuado contra ordens expressas da pessoa colectiva.

O DL n.º 28/84, além de prever o regime da responsabilização penal da pessoa colectiva e a possibilidade de responsabilização criminal cumulativa, sintetiza, reformula e alarga os tipos de crimes existentes em legislação avulsa de direito penal secundário.

Saliente-se ainda que, segundo o art.3.º, n.º1 do DL n.º 28/84, apenas poderão ser imputados às pessoas colectivas os comportamentos tipificados, demonstrando assim que o princípio da legalidade, na vertente de princípio da tipicidade é estruturante do direito penal, aplicável com igual intensidade quando se trata de pessoas colectivas. Quer isto dizer que a pessoa colectiva apenas terá de responder por determinado comportamento se o mesmo estiver previsto no DL n.º 28/84.

Acresce ainda que o legislador encontrou uma solução interessante para penalizar certos comportamentos tipificados como ilícitos. Além da pena de multa e de admoestação, o legislador optou por substituir a pena de prisão pela

ordem de dissolução da pessoa colectiva, consagrada no art. 7.º do diploma, como a pena mais gravosa passível de ser aplicada à pessoa colectiva. Atenta a gravidade desta sanção, a sua aplicação ficou condicionada à necessidade de o Tribunal considerar como provado que aquela pessoa colectiva tinha sido constituída *exclusiva e predominantemente* como um meio para a prática de crimes, sendo portanto uma pena a ser aplicada apenas em última *ratio*¹⁶.

A reforma do CP de 1995, aprovada pelo DL n.º 48/95 de 15 de Março, não alterou o artigo 11.º, mantendo-se os termos previstos pelo DL n.º 28/84.

A tendência, por um lado, para o afastamento do princípio *societas delinquere non potest* e, por outro lado, a crescente necessidade de legitimação da responsabilidade penal das pessoas colectivas tem sido acompanhada por uma forte influência doutrinária e jurisprudencial.

Relativamente à doutrina, deve salientar-se o contributo dos professores JORGE FIGUEIREDO DIAS, MANUEL DA COSTA ANDRADE e MAX MULLER no sentido do alargamento do âmbito de imputação de responsabilidade às pessoas colectivas.

No que respeita ao contributo jurisprudencial, destaca-se o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 213/95, cujo centro da discussão foi a constitucionalidade da imputação das pessoas colectivas pela prática de factos ilícitos e a aplicação das penas previstas no art. 7.º do DL n.º 28/84¹⁷. Este acórdão vem estabelecer que a previsão da responsabilidade criminal das pessoas colectivas constitui uma mera aplicação de um princípio vigente no âmbito da matéria a que o diploma se reportava. O Tribunal Constitucional determinou, através deste acórdão, que *nada obsta [ao] Estado de direito democrático, ao qual cabe respeitar os direitos e liberdades fundamentais (...) alargar a responsabilidade criminal às pessoas colectivas em ordem à protecção de bens jurídicos socialmente relevantes e cuja defesa é condição indispensável do livre desenvolvimento da personalidade do Homem*¹⁸.

¹⁶Cfr. MANUEL ANTÓNIO LOPES ROCHA, «A responsabilidade penal das pessoas colectivas – Novas Perspectivas», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, pp. 474 - 476.

¹⁷ Embora as questões suscitadas tenham sido diferentes, este acórdão releva pela discussão que originou quanto à constitucionalidade da imputação das pessoas colectivas pela prática de crimes, e não tanto pelas questões que foram apresentadas em concreto ao tribunal.

¹⁸Cfr. Acórdão Tribunal Constitucional n.º 213/95, proc. N.º 479/93, disponível *online* em <http://www.pgdlisboa.pt/jurel>

Paralelamente, em quase toda a Europa assistia-se ao progressivo abandono do princípio latino *societas delinquere non potest* e à consagração da responsabilidade penal das pessoas colectivas nos respectivos códigos penais, com excepção do Reino Unido e da Holanda, cujo regime de responsabilidade penal das pessoas colectivas já se encontra previsto desde há muito¹⁹. Neste âmbito, a OCDE e a Comissão Europeia reuniram esforços para tentar a harmonização dos regimes de responsabilidade penal das pessoas colectivas que iam surgindo nos ordenamentos jurídicos romano-germânicos da Europa Continental²⁰. Assim, com excepção do Reino Unido e da Holanda, foi França o primeiro país europeu a introduzir a responsabilidade penal das pessoas colectivas no código penal francês em 1994, seguindo-se a Bélgica em 1999, Itália em 2001, Portugal em 2007, o Luxemburgo e Espanha em 2010²¹.

O alargamento do âmbito de imputação da responsabilidade criminal das pessoas colectivas, protagonizada tanto pela doutrina como pela jurisprudência e tendo em conta, por um lado, o aumento da legislação avulsa em sede de direito penal secundário, quanto aos crimes económicos, fiscais, ambientais, contra a saúde pública, entre outros e, por outro lado, a tendência legislativa europeia conduziu o legislador português à consagração da responsabilidade penal das pessoas colectivas no CP com a Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro, que procedeu à sua reforma²². Pela primeira vez, o CP, passou a prever a responsabilidade criminal das pessoas colectivas, no seu art. 11.º, n.º 2 do CP.

¹⁹Cfr. «Criminal Responsibility of legal persons in Common Law Jurisdictions» - Estudo preparado pela Unidade Anti-Corrupção da OCDE, de 4 de Outubro de 2000, disponível em http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/greco/evaluations/seminar2002/Wells_revised.pdf, consultado em 24.04.2013

²⁰Cfr. CARLA MANDUCHI, «The introduction of corporate 'criminal' liability in Italy», disponível em <http://esameavvocato.diritto.it/docs/30795-the-introduction-of-corporate-criminal-liability-in-italy>, consultado em 24.04.2013.

²¹Cfr. «Corporate Liability in Europe», Clifford Chance LLP, Janeiro 2012, disponível em http://www.cliffordchance.com/content/dam/cliffordchance/PDFs/Corporate_Liability_in_Europe.pdf, consultado em 20.04.2013, p. 2.

²²À data da entrada em vigor desta reforma, todos os diplomas que previam a responsabilidade criminal das pessoas colectivas, em sede de direito penal secundário, referiam como destinatárias destas normas penais as pessoas colectivas e entidades equiparadas, sem estabelecer quaisquer limitações no seu âmbito de aplicação. Destacam-se como principais diplomas de direito penal secundário que previam a responsabilidade criminal das pessoas colectivas, à data de entrada em vigor desta reforma de direito penal substantivo primário os seguintes diplomas: DL n.º 28/84, de 20 de Janeiro (art. 3.º, n.º 1) que consagra o Regime das Infracções contra a Economia e a Saúde Pública; Lei n.º 109/91, de 17 de Agosto que prevê a

O regime da responsabilidade criminal das pessoas colectivas é também fortemente influenciado pelo direito da União Europeia, sendo a aprovação do art.11.º do CP o cumprimento de uma série de decisões-quadro e a respectiva concretização no sistema jurídico-penalista português²³.

Os instrumentos jurídicos comunitários impõem a responsabilização das pessoas colectivas, não especificando se deverá ser uma responsabilidade penal ou contra-ordenacional²⁴.

Sempre que o legislador considere que determinada conduta é merecedora de censura ética, a mesma será susceptível de criminalização, ou seja, a conduta que envolva um desvalor ético integra o ilícito penal, por oposição à conduta que determine a neutralidade ética e por sua vez integra o ilícito contra-ordenacional²⁵.

Lei da Criminalidade Informática, entretanto revogada pela Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro; Infracções contra a propriedade industrial, por remissão do art. 320.º do Código da Propriedade Industrial para o regime do DL n.º 28/84; Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho que contém a Lei Geral das Infracções Tributárias. Nenhuma destas normas foi alterada pela Lei n.º 59/2007. Cfr. TERESA SERRA E PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, «A Exclusão de Responsabilidade Criminal das Entidades Públicas – Da Inconstitucionalidade dos n.ºs 2 e 3 do art. 11.º do Código Penal», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. IV, p. 66.

²³Entre as decisões que influenciaram o actual regime da responsabilidade penal das pessoas colectivas e entidades equiparadas destacam-se a Decisão-Quadro 2000/383/JAI, do Conselho, de 29 de Maio de 2000, sobre o reforço da protecção contra a contrafacção de moeda na perspectiva da introdução do euro, através de sanções penais e outras; a Decisão-Quadro 2001/413/JAI, do Conselho, de 28 de Maio de 2001, relativa ao combate à fraude e à contrafacção de meios de pagamento que não em numerário; a Decisão-Quadro 2002/629/JAI, do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos; a Decisão-Quadro 2003/80/JAI, do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, relativa à protecção do ambiente através do direito penal; e a Decisão-Quadro 2004/68/JAI, do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil. A reforma do direito penal no sentido da responsabilização das pessoas colectivas visa ainda dar cumprimento à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional, assinada por Portugal em 12 de Dezembro de 2000, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 12 de Fevereiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004, de 2 de Abril e ao Segundo Protocolo estabelecido com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, da Convenção relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias, assinado em Bruxelas a 19 de Junho de 1997, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2000, de 28 de Setembro, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 82/2000, de 15 de Dezembro. Numa lógica de abreviar a extensão do trabalho, não iremos explorar este tema, até porque consideramos que isso implicaria o afastamento do tema central do presente estudo.

Cfr. Proposta de Lei n.º 98/X, de 18 de Outubro de 2006, apresentada pelo Governo à Assembleia da República, Exposição dos motivos, ponto 1., consultado *online* em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=33296>

²⁴Cfr. TERESA SERRA E PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, «A Exclusão de Responsabilidade Criminal das Entidades Públicas – Da Inconstitucionalidade dos n.ºs 2 e 3 do art. 11.º do Código Penal», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. IV, p. 65-66.

²⁵A distinção entre o direito penal e o direito contra-ordenacional reside num critério material, na diferença qualitativa das condutas, na sua relevância axiológica, no desvalor social e carga

Neste contexto, se o legislador tipifica certa conduta como crime, por ser merecedora de censura penal atendendo ao desvalor ético que lhe está associado e aos bens jurídicos que foram ofendidos não será admissível que a mesma conduta seja qualificada como contra-ordenação quando seja considerada como praticada por pessoa colectiva. Explicitando, o legislador, além de não ter plena liberdade para qualificar uma conduta como crime ou contra-ordenação, não pode qualificar a mesma conduta como crime, se levada a cabo por sujeitos singulares, e como contra-ordenação, se levada a cabo por entidades colectivas. A mesma conduta não pode ser qualificada como crime e como contra-ordenação dependendo – uma ou outra qualificação – da natureza do agente que a praticou²⁶.

Assim, o desvalor da actuação de pessoa colectiva que integre um tipo de crime em que se enquadram actos de pessoas singulares deve também ser considerado pelo direito penal, ou seja, se uma conduta é tipificada como crime para as pessoas singulares, deverá atribuir-se o mesmo desvalor à conduta que se considere praticada por pessoa colectiva²⁷.

Segundo o entendimento de FIGUEIREDO DIAS, o art.11.º do CP deve ser entendido como uma opção do legislador, mais do que um pressuposto ôntico a ele previamente imposto, pelo que se poderão considerar as pessoas colectivas, *através de um processo de pensamento filosófico analógico, capazes de acção e de culpa jurídico-penal e portanto criminalmente responsáveis*, se e quando o legislador tome neste sentido uma decisão politico-criminal²⁸.

ética que lhes está associada. – Cfr. EDUARDO MANSILHA, «Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Societas Delinquere Potest». Para aprofundamento da temática da distinção entre crimes e contra-ordenações *vide* JORGE FIGUEIREDO DIAS, *Temas Básicos da Doutrina Penal*, pp. 144-152 e do mesmo autor, *Direito Penal Tomo I – Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime*, p. 148 e PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, comentário ao art. 1.º do CP

²⁶Cfr. Proposta de Lei n.º 98/X, de 18 de Outubro de 2006, apresentada pelo Governo à Assembleia da República, Exposição dos motivos, ponto 1., consultado *online* em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=33296>

²⁷A referência incriminadora é feita a tipos objectivos, relativos às mesmas acções, não sendo legítimo manter critérios de desvalor totalmente dispares para os mesmos feitos típicos, ainda que praticados por sujeitos diferentes.

²⁸Cfr. JORGE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal Tomo I – Questões fundamentais, A Doutrina Geral do Crime*, pp.298 e ssg

Neste sentido, o princípio da individualização da responsabilidade criminal, previsto no art. 11.º, n.º 1 do CP, tem um cariz supletivo, ou seja, caso se aplique o disposto no art. 11.º, n.º 2 ou outra disposição especialmente prevista na lei, este princípio será afastado e consequentemente não haverá responsabilidade da pessoa singular, mas sim da pessoa colectiva, ou responsabilidade cumulativa da pessoa colectiva e da pessoa singular que agiu em sua representação e no seu interesse.

A responsabilidade criminal das pessoas colectivas depende sempre de o crime ter sido cometido em nome e no interesse da pessoa colectiva, por pessoa singular que nela ocupe posição de liderança ou que actue sob a sua autoridade, e não exclui a responsabilidade das pessoas singulares nos termos do art. 11.º, n.º 7 do CP. A exigência de que a actuação que constitui o ilícito criminal seja levada a cabo em nome e no interesse da pessoa colectiva também se verifica na previsão da responsabilidade penal das pessoas colectivas noutros ordenamentos jurídicos europeus, nomeadamente em Espanha, Itália, Bélgica e no Luxemburgo^{29 30}.

A alteração do regime da responsabilidade criminal das pessoas colectivas, levada a cabo pela Lei n.º 59/2007, veio introduzir um novo catálogo de crimes pelos quais as pessoas colectivas podem ser responsabilizadas, nos termos do art. 11.º, n.º 2, o que se traduz no cumprimento integral das decisões-quadro, prevendo designadamente os crimes de maus tratos, contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, crimes contra o património, burla, falsificação de documentos, contrafacção, suborno, favorecimento pessoal e branqueamento³¹.

Os critérios de determinação dos crimes que constituem este novo catálogo são de difícil percepção tendo em conta a sua heterogeneidade e

²⁹Cfr. «Corporate Liability in Europe», Clifford Chance LLP, Janeiro 2012, disponível em http://www.cliffordchance.com/content/dam/cliffordchance/PDFs/Corporate_Liability_in_Europe.pdf, consultado em 20.04.2013, pp. 3, 16, 20 e 35.

³⁰Relativamente a esta exigência no âmbito do ordenamento jurídico italiano, vide CARLA MANDUCHI, «The introduction of corporate 'criminal' liability in Italy», disponível em <http://esameavvocato.diritto.it/docs/30795-the-introduction-of-corporate-criminal-liability-in-italy>, consultado em 24.04.2013

³¹Cfr. Proposta de Lei n.º 98/X, de 18 de Outubro de 2006, apresentada pelo Governo à Assembleia da República, Exposição dos motivos, consultado *online* em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=33296>

omissões relativamente a outros tipos de crimes, cuja inclusão neste catálogo faria sentido³².

De facto, conforme refere FREDERICO COSTA PINTO, suscita-se a questão de saber, por exemplo, por que razão as pessoas colectivas podem ser responsabilizadas criminalmente pela prática de burla mas não pelo crime de infidelidade patrimonial previsto e punido nos termos do art. 224.º do CP, ou por que razão as pessoas colectivas podem responder pelo crime de falsificação de documentos, mas não pelo crime de danificação, ocultação ou dissimulação de documentos, previsto e punido pelo art. 259.º do CP³³.

Tomando como exemplo os tipos de crime mencionados, afigurava-se possível que o legislador tivesse incluído estes crimes do elenco de ilícitos criminais imputáveis às pessoas colectivas, sendo certo que a caracterização destes tipos criminais se coaduna com a natureza das pessoas colectivas, nos termos do art. 12.º, n.º 2 da CRP. Nestes termos, seria possível a responsabilidade criminal das pessoas colectivas pela prática das condutas tipificadas como crime de infidelidade patrimonial ou como crime de danificação, ocultação ou dissimulação de documentos pelo que, também deveriam encontrar-se previstos no art. 11.º do CP.

A reforma de 2007 ao CP demonstrou-se insuficiente face à realidade económico-social, resultando num regime de responsabilidade penal das pessoas colectivas cujos critérios de imputação e os tipos criminais pelos quais podem ser responsabilizadas estão pouco sedimentados.³⁴

Do regime consagrado ressalta que o legislador português ficou preso ao disposto nas decisões-quadro aquando da previsão do catálogo de crimes imputáveis às pessoas colectivas, não acrescentando nem inovando, nos termos em que isso seria necessário para assegurar uma real e efectiva responsabilidade das pessoas colectivas, tendo em conta os tipos de ilícitos criminais previstos no direito penal substantivo português, que são compatíveis com a natureza das pessoas colectivas.

³²Neste sentido Cfr. FREDERICO COSTA PINTO, «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas», in *Jornal Tribuna*, p. 19

³³Cfr. FREDERICO COSTA PINTO, «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas», in *Jornal Tribuna*, p.19.

³⁴Cfr. FREDERICO COSTA PINTO, «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas», in *Jornal Tribuna*, p. 19.

Para um catálogo mais completo e claro dos ilícitos susceptíveis de imputação às pessoas colectivas, exigia-se que o legislador tivesse ido além das decisões-quadro. Era desejável a integração neste catálogo de tipos criminais previstos no CP cuja conduta ilícita associada tivesse, por um lado, contornos semelhantes às condutas previstas nos crimes incluídos no catálogo do art. 11.º, n.º 2 do CP - quanto aos elementos do tipo e aos bens jurídicos prejudicados – e, por outro lado, que fosse conciliável com a natureza jurídica das pessoas colectivas, nos termos do art. 12.º, n.º 2 da CRP.

A responsabilidade criminal pela prática dos crimes catalogados nos termos do n.º 2 do art. 11.º do CP está somente prevista para algumas das pessoas colectivas e empresas privadas. São excluídos de responsabilidade criminal o Estado³⁵ e outras pessoas colectivas públicas e organizações internacionais de direito público, de acordo com o disposto no art. 11.º, n.º 2 do CP conjugado com as definições de pessoas colectivas para efeitos da lei penal, previstas no n.º 3 e 5 do art. 11.º do CP³⁶.

Num país em que o Estado e o sector público têm um peso significativo, a exclusão da responsabilidade do Estado e outras pessoas colectivas públicas deixa inimputáveis milhares de pessoas colectivas públicas e de empresas públicas e privadas³⁷.

A solução prevista no art. 11.º, n.º 2 do CP quanto à determinação das entidades que podem ser responsabilizadas pela prática dos crimes aí catalogados levanta graves problemas de concorrência³⁸. Seguindo a tónica

³⁵A título de exemplo, também no ordenamento jurídico francês e belga o Estado é excluído do âmbito de imputação de responsabilidade penal das pessoas colectivas. Cfr. Code Pénal de la République Française, art. 121-2, consultado *online* em <http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode>, a 20.04.2013 e Criminal Code of Kingdom of Belgium, art. 5.º, consultado *online* em <http://legislationline.org/documents/action/popup/id/16036/preview>, a 20.04.2013.

³⁶Para um aprofundamento da questão da legitimidade da exclusão da responsabilidade criminal das entidades públicas *vide* TERESA SERRA E PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, «A Exclusão de Responsabilidade Criminal das Entidades Públicas – Da Inconstitucionalidade dos n.ºs 2 e 3 do art. 11.º do Código Penal», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, p. 65-66

³⁷Cfr. TERESA SERRA, «Responsabilidade Criminal das Pessoas Colectivas», in *Jornal Expresso*, publicado a 29 de Setembro de 2007, (2007), consultado *online* em <http://incursoes.blogspot.com/2007/10/responsabilidade-criminal-das-pessoas.html>, a 02.04.2013.

³⁸Cfr. TERESA SERRA E PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, «A Exclusão de Responsabilidade Criminal das Entidades Públicas – Da Inconstitucionalidade dos n.ºs 2 e 3 do art. 11.º do Código Penal», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, pp. 109 e ssg.

enunciada por TERESA SERRA, as entidades isentas de responsabilidade penal poderão, por exemplo, optar pela violação de deveres e normas ambientais sabendo que isso lhes proporcionará vantagens competitivas em relação a quem não beneficie de tal isenção³⁹.

Também relativamente aos agentes que podem ser responsabilizados pela prática dos crimes previstos no art. 11.º, n.º 2 do CP, o legislador ficou aquém do desejável. Na verdade, teria sido preferível que o legislador português adoptasse uma solução jurídico-penal de responsabilidade das pessoas colectivas em termos equivalentes ao exemplo holandês, ou seja, uma previsão ampla que estabelece que os crimes podem ser cometidos por pessoas singulares e por pessoas colectivas, incluindo o Estado⁴⁰.

Embora se considere, à partida, uma solução demasiado radical para o que estamos habituados a ver legislado no nosso país, esta demonstra-se a como uma opção mais garantística dos direitos fundamentais dos cidadãos perante violações de bens jurídicos levadas a cabo por pessoas colectivas que, ainda em muitos casos, ficam isentas de qualquer responsabilidade penal.

A reforma de 2007, pela Lei n.º 59/2007, também teve a função importante de aditar ao CP o Capítulo VI do Título III, relativo às consequências jurídicas do facto. Neste capítulo, o legislador vem determinar quais as penas aplicáveis às pessoas colectivas prevendo como penas principais a pena de multa e de dissolução, nos termos do art. 90.º-A e 90.º-B do CP⁴¹.

³⁹Cfr. TERESA SERRA, «Responsabilidade Criminal das Pessoas Colectivas», in *Jornal Expresso*.

⁴⁰Na Europa continental, a Holanda foi o primeiro país a prever a responsabilidade criminal das pessoas colectivas no Código Penal, em 1976, fazendo-o de forma ampla e com abrangência a todas as entidades colectivas incluindo o Estado. No final dos anos 80, um hospital foi condenado por homicídio negligente depois de um paciente ter morrido durante uma cirurgia em resultado da utilização de material de anestesia desactualizado. Assim, o primeiro caso de condenação de uma pessoa colectiva por homicídio negligente verificou-se na Holanda, não se levantando a questão se o hospital era público ou privado dada a irrelevância desse aspecto face ao Código Penal Holandês. – Cfr. TERESA SERRA, «Responsabilidade Criminal das Pessoas Colectivas», in *Jornal Expresso*

⁴¹A título de exemplo, o CP Espanhol previa como penas aplicáveis às pessoas colectivas, no art. 129.º, o encerramento da empresa e dos respectivos estabelecimentos, com carácter temporário ou permanente, a suspensão das actividades, e a proibição temporária ou permanente de realizar determinadas actividades, operações ou negócios. Excluía a aplicação da pena de multa nos termos gerais, mas previa a aplicação desta pena às pessoas colectivas que participassem em delitos de tráfico de droga. Com o projecto de Lei Orgânica de Reforma do Código Penal Espanhol, de 15 de Janeiro de 2007, passou a prever-se novos tipos de penas e foi incluída a pena de multa. Este projecto incluía uma solução inovadora - que voltaremos a abordar adiante- que consiste na possibilidade de certas medidas previstas como

A determinação da moldura abstracta da pena de multa aplicável às pessoas colectivas é feita por referência à moldura abstracta da pena prevista para as pessoas singulares, ou seja, como regra, um mês de pena de prisão corresponde, para as pessoas colectivas, a 10 dias de multa, de acordo com o n.º 2 do art. 90.º-B do CP. Caso a pena aplicável às pessoas singulares seja a de multa são aplicáveis, em abstracto, às pessoas colectivas os mesmos dias de multa, nos termos do n.º 3 do art. 90.º-B do CP.

Relativamente à pena de dissolução, prevista nos termos do art. 90.º-F do C.P., esta apenas será decretada em última *ratio* uma vez que a sua aplicação implica a mais gravosa limitação dos direitos das pessoas colectivas⁴². Assim, pode ser decretada a pena de dissolução quando a pessoa colectiva tenha sido criada com a intenção, exclusiva ou predominante, de praticar crimes ou quando a prática reiterada desses crimes demonstre que a pessoa colectiva está a ser utilizada, exclusiva ou predominantemente, para esse efeito.

As pessoas colectivas podem ainda ser sujeitas a penas acessórias, nomeadamente as previstas nos artigos 90.º-C, 90.º-D, 90.º-E, 90.º-G, 90.º-H, 90.º-I, 90.º-J, 90.º-L e 90.º-M do CP. O direito português tem já uma larga panóplia de penas acessórias, além das penas previstas no CP, aplicáveis através de remissão para o DL n.º 28/84⁴³, que regula as infracções contra a economia e a saúde pública⁴⁴.

Tendo em conta o supra exposto, ficamos a conhecer superficialmente o regime substantivo da responsabilidade penal das pessoas colectivas⁴⁵. A

penas (em sede de condenação), poderem ser aplicadas como medidas de coacção no decurso da investigação em processo penal se assim for determinado pelo JIC. Para aprofundamento desta matéria no âmbito do sistema jurídico-penal espanhol *vide* JOSÉ MIGUEL ZUGALDÍA ESPINAR, *La Responsabilidad Penal de Empresa, Fundaciones Y Asociaciones*, pp. 201-205 e pp.294-303.

⁴²Cfr. Proposta de Lei n.º 98/X, de 18 de Outubro de 2006, apresentada pelo Governo à Assembleia da República, Exposição dos motivos, consultado *online* em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=33296>

⁴³Cfr. MANUEL ANTÓNIO LOPES ROCHA, «A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Novas Perspectivas», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, pp. 474-479.

⁴⁴Versão actual deste diploma é a do DL n.º 20/2008, de 21 de Abril

⁴⁵Por economia de tempo e de espaço não será alongada a discussão a propósito da autoria e dos pressupostos do tipo de crime no que respeita à responsabilidade penal das pessoas colectivas. Ainda assim, é importante salientar que a atribuição de responsabilidade criminal às pessoas colectivas era uma consequência necessária de evolução socioeconómica e do peso

responsabilização efectiva da pessoa colectiva - em termos práticos, a penalização efectiva da pessoa colectiva - concretiza-se através do direito processual penal cujo regime não sofreu qualquer alteração resultante da consagração da responsabilidade penal das pessoas colectivas no âmbito do CP pela reforma de 2007.

Perante uma reforma de direito penal substantivo - que prevê a hipótese de responsabilizar um novo agente através da imputação de responsabilidade penal às pessoas colectivas nos termos do art. 11.º do CP e que identifica, em concreto, que penas lhes serão aplicáveis de acordo com art. 90.º-A e ssg. – exigia-se uma correspondente evolução legislativa em sede de direito penal adjectivo. A inadaptação do regime processual penal ao regime substantivo da responsabilidade criminal das pessoas colectivas não é um problema exclusivo do ordenamento jurídico português. Vários sistemas jurídicos europeus que consagraram recentemente a responsabilidade penal das pessoas colectivas em sede de direito penal substantivo primário também admitem que a reforma do direito penal substantivo neste sentido, deveria ter sido acompanhada da respectiva reforma dos mecanismos processuais penais, como é o exemplo do ordenamento jurídico espanhol⁴⁶.

A adaptação dos mecanismos processuais ao regime substantivo da responsabilidade criminal das pessoas colectivas permitiria a concretização efectiva dessa imputação de responsabilidade e esclarecia algumas dúvidas que o regime ainda hoje levanta, nomeadamente quanto ao regime das medidas de coacção, do direito ao silêncio do arguido, entre outros.

que a criminalidade levada a cabo por estes novos agentes começou a ter no prejuízo de bens jurídicos fundamentais. Todavia, o modo como foi legislada a atribuição de responsabilidade penal às pessoas colectivas veio levantar novos e mais problemas do que aqueles que resolveu, dada a simplicidade ilusória com que o regime ficou previsto. Muito embora o objectivo fundamental deste regime fosse evitar a impunibilidade de certos agentes, este é o maior problema que o regime veio levantar. A intenção era boa mas o modo como ficou consagrada faz com que persista o risco de não se conseguir imputar a responsabilidade a ninguém, ou seja, nem as pessoas singulares que se escondem no ente colectivo, nem as pessoas colectivas, que servem de “capa” às pessoas singulares. – Crf. TERESA SERRA, «Responsabilidade Criminal das Pessoas Colectivas», in *Jornal Expresso* e FREDERICO COSTA PINTO, «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas», in *Jornal Tribuna* p.19.

⁴⁶Cfr. JOSÉ MIGUEL ZUGALDÍA ESPINAR, *La Responsabilidad Penal de Empresa, Fundaciones Y Asociaciones*, p. 361.

Com efeito, a inadaptação do regime processual ao regime substantivo é patente em vários aspectos do processo penal, nuns de modo mais flagrante do que noutros. Exemplo desta inadaptação é o regime das medidas de coacção presente nos artigos 191.º e ssg. do CPP.

O regime das medidas de coacção constitui um dos casos evidentes da disparidade entre o regime substantivo e o regime processual da responsabilidade criminal das pessoas colectivas e, portanto, exige ao aplicador uma interpretação especialmente cuidada, sempre tabelada pelo respeito pelo Princípio da Legalidade.

As medidas de coacção são, em sede de processo penal, meios provisórios de imposição de certas condutas ou restrições, quando e na medida em que se afigure absolutamente necessário para assegurar o regular decurso do processo e da investigação e, consequentemente, as finalidades processuais, ou seja, a aplicação efectiva de pena caso se prove a culpa do autor.

Nestes termos, se houver lugar à responsabilidade criminal de pessoa colectiva - segundo o disposto no art. 11.º, n.º 2 conjugado com o art. 90.º-A e ssg. do CP – e se demonstre essencial para o regular decurso do processo a aplicação de uma medida de coacção, tem de haver uma interpretação das normas de processo penal, nomeadamente das normas que regulam as medidas de coacção. A sua aplicação dependerá sempre da interpretação das normas relativas às medidas de coacção e da sua adaptação às especificidades das pessoas colectivas enquanto arguidos em processo penal.

Todavia, essa interpretação terá sempre que respeitar os princípios fundamentais presentes no regime das medidas de coacção, originalmente pensado para as pessoas singulares, o que significa que em alguns casos as medidas de coacção não serão susceptíveis de aplicação à pessoa colectiva arguida, sob pena de violação desses princípios.

Em conclusão, as pessoas colectivas definidas no art. 11.º, n.º 2 CP, podem ser criminalmente responsabilizadas pelos crimes previstos nesse artigo quando cometidos em seu nome e no interesse colectivo das mesmas, por pessoas que nelas ocupem posição de liderança ou por quem actue sob a autoridade das pessoas referidas em virtude de uma violação dos deveres de

vigilância ou controlo que lhes incumbem. Neste sentido, face à existência de fortes indícios da prática de um desses crimes, poderá a pessoa colectiva ser constituída arguida e aberto inquérito para aferir a respectiva responsabilidade.

Caso se considere que a prossecução regular do processo apenas fica assegurada com a aplicação de uma medida de coacção, poderá submeter-se a pessoa colectiva a uma medida de coacção se, por um lado, estiverem cumpridos os requisitos e condições previstos nos art. 192.º, 204.º do CPP e os demais concretamente estabelecidos na norma que prevê cada uma das medidas de coacção e, por outro lado, se as características da medida de coacção a aplicar forem compatíveis com a natureza da pessoa colectiva.

Com efeito, face à falta de adaptação do regime processual penal à reforma do regime substantivo que passou a prever a responsabilidade criminal das pessoas colectivas, o catálogo de medidas de coacção previstas não está preparado para ser aplicado às pessoas colectivas arguidas *qua tale*, tendo sido pensado para a aplicação às pessoas singulares. Assim, decorre que, além de nem todas as medidas de coacção serem susceptíveis de aplicação às pessoas colectivas, por incompatibilidade da respectiva natureza, aquelas que podem ser aplicadas carecem de uma interpretação cuidadosa e atenta, a fim de não violar os princípios que regulam a aplicação das medidas de coacção, conforme veremos de seguida.

2. Compatibilidade dos critérios de aplicação das medidas de coacção com a natureza jurídica das pessoas colectivas⁴⁷

2.1. Considerações Gerais

Recorrendo à noção prevista no Direito Civil, consideram-se pessoas colectivas as organizações constituídas por uma colectividade de pessoas ou massa de bens, dirigidas à realização de interesses comuns, às quais a ordem

⁴⁷No desenvolvimento do presente estudo, deve considerar-se que o termo *pessoas colectivas* conforme previsto no art. 11.º do CP, na maioria das vezes, se refere a pessoas colectivas sob a forma de sociedades comerciais.

pública atribuiu personalidade jurídica, e que constituem centros autónomos de relações jurídicas, nos termos dos artigos 157.º e seguintes do CC, e dos artigos 5.º e 6.º do CSC⁴⁸.

No âmbito do Direito Comercial, são pessoas colectivas as sociedades comerciais que têm por objecto a prática de actos de comércio e adoptem um modelo de sociedade previstos no CSC: sociedade em nome colectivo (art. 175.º e ssg.), sociedade por quotas (art. 197.º e ssg.), sociedade anónima (art. 271.º e ssg.), sociedade em comandita simples (art. 465.º e ssg. e 474.º e ssg.) ou sociedade de comandita por acções (art. 478.º e ssg.)⁴⁹.

Nos termos do art. 11.º, n.º 3 do CP, o legislador teve o cuidado de esclarecer o que se deveria entender por pessoas colectivas para efeitos de responsabilidade criminal, excluindo à partida o Estado e outras pessoas colectivas públicas e organizações internacionais de direito público como entidades susceptíveis de responsabilidade penal, nos termos do art. 11.º, n.º 1 do CP.

Com efeito, na lei penal, a expressão *pessoas colectivas públicas* abrange as pessoas colectivas de direito público, incluindo as entidades públicas empresariais, as entidades concessionárias de serviços públicos independentemente da sua titularidade e as demais pessoas colectivas que exerçam prerrogativas de direito público.

Verificou-se igualmente a necessidade de esclarecer que, no âmbito da lei penal, são entidades equiparadas a pessoas colectivas as sociedades civis - que podem adoptar na sua constituição a forma de sociedade comercial ou regular-se pela lei civil - e as associações de facto, segundo o disposto no art. 11.º, n.º 5 do CP.

Assim sendo, as pessoas colectivas - embora constituídas de acordo com a vontade do homem e, nestes termos, possam ser objecto de censura ético-penal - no âmbito do Direito Penal são verdadeiramente responsáveis pelos próprios actos ilícitos que cometem. São responsáveis pelos ilícitos

⁴⁸Cfr. CARLOS ALBERTO MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, p.267

⁴⁹O regime aplicável a cada um destes tipos de sociedades vem previsto e regulado no Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo DL n.º 262/86, de 2 de Setembro, na versão actualmente em vigor pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

cometidos em seu nome e no seu interesse e que neste termos consideram-se cometidos pela própria pessoa colectiva, não havendo aqui uma situação de responsabilidade por facto de outrem.⁵⁰ Esta responsabilidade é autónoma e distinta das pessoas singulares que, em concreto, constituem a pessoa colectiva⁵¹. Mais, a responsabilidade das pessoas colectivas e entidades equiparadas não exclui a responsabilidade dos respectivos agentes nem depende da responsabilização destes, de acordo com o art. 11.º, n.º 7 do CP.

Deste modo, as pessoas colectivas são responsáveis pelos crimes previstos no art.11.º, n.º 2 do CP, e nos termos aí consagrados, designadamente quanto aos critérios de imputação da responsabilidade criminal.

Assim, podem as pessoas colectivas ou entidades equiparadas ser penalmente responsáveis pelos crimes previstos e punidos no CP, nos artigos 152.º A e 152.º B, 159.º e 160.º, 163.º a 166.º, sendo a vítima menor, 168.º, 169.º, 171.º a 176.º, 217.º a 222.º, 240.º, 256.º, 262.º a 283.º, 285.º, 299.º, 335.º, 348.º, 353.º, 367.º, 368.º A e 372.º a 374.º, desde que cometidos em nome e no interesse da pessoa colectiva por pessoas que nela ocupem posição de liderança, ou seja, pelos órgãos e representantes das pessoas colectivas com autoridade para exercer o controlo da sua actividade, ou cometidos por quem aja sob autoridade das pessoas que ocupem posição de liderança, em virtude de violação de deveres de vigilância e controlo que lhes incumbem.

Em face do exposto, coloca-se a questão de saber se num processo em que determinada pessoa colectiva tenha sido constituída arguida – nos termos do art.58.º, n.º 1 do CPP, por suspeita fundada da prática de algum dos crimes previstos no art. 11.º, n.º 2 do CP e se vise acautelar, por um lado, a eficácia do processo e da investigação, quer quanto ao seu desenvolvimento e regularidade, quer quanto à execução das decisões condenatórias e, por outro

⁵⁰Nos termos do art. 11.º, n.º7 do CP, a responsabilidade criminal dos crimes previstos no art. 11.º, n.º2 pode ser exclusiva da pessoa colectiva ou cumulativa com a responsabilidade individual dos agentes, como por exemplo os administradores.

⁵¹Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, comentário ao art 192.º.

lado, a prossecução das finalidades do processo penal – pode ser-lhe aplicada alguma medida de coacção.

Ora, as medidas de coacção e as suas condições de aplicação têm subjacente uma série de princípios fundamentais que, a par da consagração da responsabilidade jurídico-penal das pessoas colectivas, têm implicações processuais⁵², designadamente no que respeita ao princípio da legalidade, proporcionalidade, adequação e da necessidade.

Note-se que, exceptuando o TIR, a aplicação das medidas de coacção a qualquer arguido só é possível quando tal seja absolutamente necessário e adequado à prossecução dos fins do processo penal e quando as medidas são proporcionais à gravidade do crime que se encontra em investigação. Mais, a aplicação de uma medida de coacção só deve ser admissível se e na medida em que se demonstrar indispensável para a protecção do processo.

Assim, segundo a perspectiva de JORGE DOS REIS BRAVO⁵³, na aplicação de uma medida de coacção à pessoa colectiva deve exigir-se a verificação dos pressupostos e condições de aplicação, tal como enunciadas nos artigos 192.º e 204.º do CPP, embora importe reforçar que estas normas foram originalmente pensadas para serem aplicadas a pessoas singulares.

Aliás, na sequência da reforma do direito penal no sentido de afastar o princípio arcaico *societas delinquere non potest*, não se verificou uma reforma equivalente em sede de direito processual penal, por forma a adaptar o processo penal à evolução do direito substantivo em sede de responsabilidade criminal das pessoas colectivas.

⁵²Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p. 88.

⁵³Cfr. JORGE DOS REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p.73

2.2. Princípio da Legalidade

As medidas de coacção são meios processuais de limitação da liberdade pessoal ou patrimonial dos arguidos e têm por finalidade acautelar a eficácia do processo criminal.

A aplicação das medidas de coacção tem de respeitar determinados princípios como o princípio da legalidade, o princípio da subsidiariedade, adequação, necessidade e o princípio da proporcionalidade, conforme previsto nas normas dos art. 191.º e 193.º do CPP. De acordo com estes princípios, só são aplicáveis como medidas de coacção as medidas previstas na lei e apenas quando tal for absolutamente necessário, com prioridade para as menos gravosas.

Neste ponto, iremos começar por analisar o princípio da legalidade na sua vertente de princípio da tipicidade e verificar de que forma estes princípios influenciam a aplicação de medidas de coacção às pessoas colectivas.

O princípio da legalidade exige que a actuação dos poderes públicos se restrinja ao que vem previsto na lei e que por esta é permitido, funcionando como garantia inerente ao Estado de Direito Democrático, nos termos do art. 29.º e art. 2.º da CRP. No âmbito do princípio da legalidade existe a vertente da tipicidade, através da qual se enumera em rol estrito as medidas que podem ser penalmente aplicadas. Esta limitação e restrição das medidas que estão expressamente elencadas na lei, tem por fundamento os princípios da dignidade da pessoa humana, da protecção da confiança e segurança jurídica. Ainda que o princípio da dignidade da pessoa humana não seja aplicável às pessoas colectivas, quanto a estas valerá sempre o princípio da confiança e da segurança jurídica.

Representando o direito penal o mecanismo mais forte de actuação do Estado contra as pessoas singulares e colectivas o mesmo tem de ser sempre utilizado subsidiariamente e dentro de estritos limites, que se demonstrem necessários à tutela de outros direitos fundamentais, de acordo com o princípio da proporcionalidade, nos termos do art. 18.º n.º 2 da CRP.

Com efeito, visto que as medidas de coacção se traduzem na restrição dos direitos e liberdades fundamentais consagrados na constituição, essa restrição só é constitucionalmente legítima, de acordo com o referido no art. 18.º, n.º 2 da CRP, quando vise a protecção de *outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos*⁵⁴.

O princípio da legalidade aplicável também às medidas de coacção, vem determinar que só se admite a aplicação das medidas de coacção previstas na lei, tipificadas na lei, e para as finalidades cautelares aí previstas. Este princípio visa assegurar, conforme estabelece o art.191.º do CPP e em consonância com o art. 29.º da CRP, que *a liberdade das pessoas só pode ser limitada, total ou parcialmente, em função de exigências processuais de natureza cautelar pelas medidas de coacção (...) previstas na lei.*

Tendo em conta o estabelecido na lei, em nome do princípio da legalidade, não é possível aplicar-se, nem às pessoas singulares nem às pessoas colectivas, medidas de coacção diferentes das que estão legalmente previstas. Assim, só se admite a aplicação das medidas de coacção catalogadas nos artigos 196.º a 202.º do CPP.

Relativamente às pessoas colectivas constituídas arguidas, podem ser aplicadas as medidas de coacção tipificadas no CPP que se coadunem com a sua natureza jurídica, nos termos do art. 12.º, n.º2 da CRP.

Exige-se portanto, para a aplicação das medidas de coacção tipificadas às pessoas colectivas, a respectiva adaptação, quando tal se afigure necessário, dentro dos limites da interpretação extensiva.

Contudo, atendendo às especificidades da lei penal e às exigências estabelecidas pelo princípio da legalidade, que impõe o texto da lei como limite da tarefa do aplicador do direito no sentido da actualização do sistema no caso concreto, a interpretação extensiva fica sujeita à observância de procedimentos particulares que devem ser esclarecidos⁵⁵.

⁵⁴ Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Tomo I, anotação ao art. 29.º, p. 326 e ssg.

⁵⁵ Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal à luz da CRP e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, comentário ao art. 1.º

Em primeiro lugar, entende-se por interpretação a descoberta do sentido de qualquer coisa, ou seja, no caso da interpretação jurídica a mediação entre a letra da lei e os casos concretos⁵⁶. Por outro lado, há interpretação extensiva sempre que dessa mediação resultar que o sentido lógico ultrapassa o sentido gramatical. Contudo, deve distinguir-se a interpretação extensiva da analogia uma vez que enquanto a interpretação extensiva se insere nos mecanismos de interpretação da lei, nos termos do art. 9.º do CC, a analogia constitui um processo de integração de lacunas, de acordo com o art. 10.º do CC.

Com efeito, o princípio da legalidade determina a proibição do recurso à analogia, que resulta da conjugação do art. 1.º n.º 3 do CP com o art. 29.º n.º 3 da CRP. Nestes termos, o princípio da legalidade, assente na ideia da intervenção mínima do direito penal como o mecanismo mais forte da intervenção do Estado, impõe ao aplicador do direito que se cinja ao que o legislador estabeleceu a nível de direito penal. Caso exista uma situação concreta totalmente estranha ao legislado em direito penal, tendo em conta que o direito penal não tem lacunas que possam ser integradas por recurso à analogia, a resolução dessa questão só será possível mediante a alteração da lei penal pelo legislador. Assim, o direito penal é um sistema fechado e as suas situações devem ser *rigorosamente limitadas a certos casos que a lei prevê*⁵⁷.

Embora a questão da admissibilidade da interpretação extensiva em direito penal tenha sido alvo de uma extensa discussão, actualmente deve considerar-se que, por respeito ao princípio da legalidade e atendendo à conjugação do art. 1.º, n.º 3 do CP e art. 29.º da CRP, é proibida a analogia mas é permitida a interpretação extensiva em direito penal. Assim, admite-se a interpretação extensiva desde que se contenha no sentido máximo possível das palavras da lei, ou seja, que não ultrapasse o teor literal da lei e o seu âmbito de significações resultantes do entendimento comum das palavras que foram utilizadas⁵⁸.

⁵⁶Cfr. TERESA PIZARRO BELEZA, *Direito Penal*, Vol. I, p. 408.

⁵⁷Cfr. TERESA PIZARRO BELEZA, *Direito Penal*, Vol. I, p. 436

⁵⁸Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal à luz da CRP e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, comentário ao art. 1.º.

Desta forma, a aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas é possível através de um processo de interpretação extensiva, que se contém no sentido máximo possível das palavras, sob pena de violação do princípio da legalidade.

Esta exigência de interpretação das medidas de coacção existentes dentro dos restritos limites da interpretação extensiva, para que sejam aplicadas às pessoas colectivas tem por fundamento, por um lado, o princípio da segurança e certeza jurídica e, por outro lado, as garantias processuais asseguradas ao arguido⁵⁹.

Explicitando, a Lei 59/2007, ao estabelecer a responsabilidade das pessoas colectivas no CP, procurou fortalecer a defesa de bens jurídicos fundamentais, uma vez que a responsabilidade criminal das pessoas colectivas é tida como indispensável para prevenir actividades especialmente danosas.

Assim sendo, a pessoa colectiva pode ser constituída arguida e como tal têm que ser salvaguardadas as garantias processuais penais associadas ao estatuto de arguido, incluindo os seus direitos e deveres. Mais, perante a constituição de arguido pessoa colectiva, as garantias do processo penal não podem ser afastadas apenas porque não está em causa uma pessoa singular.

O legislador, ao permitir a constituição das pessoas colectivas como arguidas, tem de lhes conferir direitos equivalentes aos que são dados às pessoas singulares com o mesmo estatuto, mas que sejam compatíveis com a respectiva natureza jurídica.

O risco de violação do princípio da legalidade, no âmbito da aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas, prende-se com o facto de este regime não ter sido pensado para ser aplicado às pessoas colectivas, nem ter sofrido as desejáveis adaptações aquando da previsão da responsabilidade criminal das pessoas colectivas no CP.

Desta forma, enquanto o princípio da legalidade imposto às medidas de coacção, quando está em causa a aplicação às pessoas singulares, tem como fundamento as exigências de salvaguarda da dignidade da pessoa humana –

⁵⁹Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Tomo I, anotação ao art. 29.º, p. 326 e ssg.

ou seja, não se permite a aplicação de medidas de coacção diferentes daquelas que estão legalmente tipificadas sob pena de violar direitos fundamentais da pessoa humana,- sempre que esteja em causa a aplicação destas medidas de coacção a pessoas colectivas, o fundamento do princípio da legalidade prende-se com a segurança e certeza jurídica, decorrente dos termos do art. 2.º da CRP.

Ao consagrar-se a responsabilidade penal das pessoas colectivas, têm que lhes ser asseguradas garantias processuais com fundamento na segurança jurídica, na certeza do direito e no princípio da proporcionalidade.

A pessoa colectiva constituída arguida não pode estar sujeita a medidas de coacção que extravasem os termos legalmente consagrados em processo penal, na medida em que isso violaria o princípio da legalidade por colocar em causa a segurança jurídica e a certeza do direito. Daqui decorre que as medidas de coacção cujos trâmites sejam compatíveis com a natureza jurídica das pessoas colectivas podem ser-lhes aplicadas, com as adaptações que se contenham no sentido possível das palavras utilizadas nas normas que prevêm cada uma dessas medidas e por isso restritas aos limites da interpretação extensiva, para que não seja violado o princípio da legalidade.

No que respeita às pessoas colectivas constituídas arguidas, não podem ser surpreendidas pela aplicação de determinada medida de coacção que não está tipificada no CPP ou cuja interpretação para que seja aplicada extravase os termos aí previstos por isso representar a limitação dos seus direitos, além do que é legalmente admitido.

A necessidade adaptação das medidas de coacção através da interpretação extensiva, que tem que se cingir ao teor literal possível, para que sejam aplicadas às pessoas colectivas constituídas arguidas, resulta fundamentalmente da falta de reformulação do processo penal em resultado da responsabilização criminal das pessoas colectivas no CP. Este défice de correspondência determina que a exigência de adaptação das medidas de coacção existentes para que possam ser aplicadas às pessoas colectivas, fiquem a cargo do aplicador do direito através da interpretação, permanecendo o risco de violação do princípio da legalidade sempre que essa interpretação

extravase o sentido máximo possível das palavras contidas na norma que se está a interpretar.

Neste ponto, para uma efectiva garantia do cumprimento do princípio da legalidade e para evitar adaptações através de interpretação excessiva, o legislador português poderia seguir o exemplo francês, em que o *Code Procédure Pénale* prevê um título exclusivamente dedicado à acusação, investigação e julgamento dos crimes cometidos pelas pessoas colectivas, nos termos do qual estão incluídas as medidas de coacção que lhe podem ser aplicadas⁶⁰.

Desta forma, ao contrário do que pode acontecer em Portugal, no processo penal francês verifica-se o pleno respeito pelo princípio da tipicidade enquanto vertente do princípio da legalidade, com a diminuição significativa dos riscos de violação destes princípios no seguimento da interpretação das normas relativas às medidas de coacção existentes para serem aplicadas a pessoas colectivas. No processo penal francês assegura-se eficazmente a segurança jurídica e a certeza do direito na medida em que as pessoas colectivas constituídas arguidas sabem, à partida, a que medidas de coacção podem estar sujeitas em concreto e em que termos. Para a aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas bastará a interpretação declarativa uma vez que o sentido lógico e gramatical da norma são idênticos.

Concluindo, enquanto em Portugal não temos um sistema processual penal devidamente adequado às exigências actuais e sincronizado com o direito penal substantivo no que respeita à responsabilidade penal das pessoas colectivas, o respeito pelo princípio da legalidade no âmbito da aplicação das medidas de coacção pode ser garantido através da interpretação extensiva para a aplicação das mesmas às pessoas colectivas. A interpretação extensiva exige sempre correspondência mínima na lei e na interpretação, na letra e no significado. Tem de ser uma interpretação óbvia, ou seja, que faça todo o

⁶⁰Cfr. *Titre XVIII* do *Code Procédure Pénale Français*. Este título consagra exclusivamente as normas que regulam a acusação, investigação e julgamento dos crimes cometidos por pessoas colectivas. Nestes termos as medidas de coacção aplicáveis às pessoas colectivas são a caução, a suspensão de direitos e actividades e o controlo judicial que consiste na colocação sob a supervisão de um representante legal nomeado pelo juiz de instrução por um período renovável de seis meses em relação à actividade em curso de ou em conexão com o qual a infracção foi cometida. – art. 706-45.

sentido, e não represente um desvio ou esforço acrescido e neste âmbito deve afastar-se por completo a possibilidade de recurso à analogia.

Assim, o princípio da legalidade no direito penal português, relativamente ao regime das medidas de coacção, concretiza-se, por um lado, ao tipificar estritamente as medidas de coacção aplicáveis ao arguido e, por outro lado, ao estabelecer como limite máximo à aplicação das normas que consagram estas medidas de coacção às pessoas colectivas, o sentido literal dessas normas, isto é, através da interpretação extensiva.

2.3. Princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade

As medidas de coacção constituem uma limitação provisória dos direitos do arguido por forma a garantir a regularidade e eficácia do processo penal. A sua aplicação está condicionada ao cumprimento de princípios fundamentais que visam assegurar os direitos do arguido, uma vez que os mesmos não podem ser limitados além do estritamente necessário, adequado e proporcional às necessidades processuais impostas.

Compete ao juiz aplicar as medidas de coacção por despacho, durante o inquérito a requerimento do MP e depois do inquérito mesmo oficiosamente, ouvido o MP, sob pena de nulidade, se estiverem verificadas as condições gerais de aplicação das medidas de coacção elencadas no CPP e sempre que se considere absolutamente necessária, proporcional e adequada a salvaguardar as exigências cautelares do caso concreto⁶¹.

⁶¹A recente alteração ao CPP, pela Lei n.º 20/2013, de 20 de Fevereiro, vem admitir a possibilidade de o juiz aplicar medida de coacção diferente, ainda que mais grave quanto à sua natureza, medida ou modalidade de execução, da requerida pelo MP, com fundamento na *fuga ou perigo de fuga do arguido* e no *perigo em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de continuação da actividade criminosa ou da perturbação grave da ordem e tranquilidade pública*, nos termos das alíneas a) e c) do art. 204.º do CPP. Note-se que até esta alteração, durante o inquérito o juiz não podia aplicar medida de coacção mais grave que a requerida pelo MP sob pena de nulidade. Podia aplicar medida de coacção diversa da requerida pelo MP, se considerasse que a medida de coacção proposta era desadequada, desnecessária ou desproporcional ao caso concreto, desde que fosse menos grave quanto à sua natureza, medida ou modalidade de execução, do que a proposta pelo MP. Actualmente, à luz do novo regime, a proibição imposta ao juiz de aplicar medida de coacção mais grave do que a proposta do MP, quanto à sua natureza, medida ou modalidade de execução fica limitada aos casos previstos na alínea b) do artigo 204.º, ou seja, o juiz não pode aplicar medida de coacção mais grave do que a proposta pelo MP com fundamento no *perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo e, nomeadamente o perigo para a aquisição, conservação ou veracidade das provas*.

Sempre que o juiz considere necessário submeter o arguido a uma medida de coacção deverá aplicar-lhe - de entre as legalmente admitidas, tendo em conta as condições formais e requisitos de aplicação previstos no art. 192.º e 204.º do CPP, e as condições concretas de cada medida de coacção - aquela que considere idónea a acautelar as exigências processuais, e bem assim, a medida de coacção escolhida deverá ser proporcional à gravidade do crime cometido e da sanção previsivelmente aplicável⁶².

A verificação do princípio da adequação consiste na idoneidade da medida aplicada para a satisfação das necessidades cautelares do caso. A medida de coacção a aplicar deverá ser escolhida em virtude da função de cautela ou da finalidade a que se destina, isto é, empiricamente, a adequação é analisada em relação à finalidade da aplicação da medida de coacção que deve ser adequada às exigências cautelares que o caso requer⁶³. Isto significa que, quanto maior for a contribuição da aplicação de determinada medida de coacção para a realização do fim cautelar pretendido, mais adequada será a aplicação desta medida.

A adequação da aplicação de determinada medida de coacção deverá ser aferida quer em termos qualitativos, ou seja, deverá ser adequada para alcançar o fim cautelar pretendido no caso concreto, quer em termos quantitativos, isto é, quanto à duração e intensidade exigida pela própria finalidade que se pretende alcançar com a aplicação de determinada medida de coacção. A adequação concretiza-se pois na correspondência de meios a fins⁶⁴.

⁶²Exemplificativamente, os princípios subjacentes ao regime da aplicação das medidas de coacção no processo penal espanhol são equivalentes aos princípios do mesmo regime no direito processual penal português. O direito processual penal espanhol consagra ainda no âmbito dos princípios fundamentais o princípio da jurisdicionalidade nos termos do qual as medidas de coacção só podem ser aplicadas por um órgão judicial. No direito processual penal português embora não esteja consagrado como princípio autónomo as medidas de coacção, à excepção do TIR, também são aplicadas por despacho do juiz, a requerimento do MP, no inquérito, ou ouvido o MP em fase posterior ao inquérito. Para aprofundamento do regime jurídico das medidas de coacção no sistema jurídico-penal espanhol vide TERESA ARMENTA DEU, *Lecciones de Derecho Procesal Penal*, Marcial Pons, Ediciones Jurídicas Y Sociales S.A., Madrid, 2003, p.196

⁶³Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 193.º CPP.

⁶⁴Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Tomo I, anotação ao art. 18.º, p. 162 e ssg.

O princípio da adequação visa ainda garantir que a execução das medidas não prejudique o exercício dos direitos fundamentais que não sejam incompatíveis com as exigências cautelares que o caso requer, nos termos do art. 193.º, n.º 4 do CPP. Esta exigência decorre da própria CRP, nos termos do art. 18.º, n.º 2, no sentido que existe sempre um núcleo interino intocável que tem de ser respeitado.

Assim, para o cumprimento deste princípio fundamental exige-se ao tribunal um juízo sobre a situação específica de cada arguido, por forma a garantir que a medida de coacção a aplicar será a mais adequada à prossecução dos fins cautelares visados no caso concreto.

Por outro lado, a norma do art. 193.º, n.º1 do CPP exige que a medida de coacção a aplicar seja proporcional à gravidade do crime e às sanções que previsivelmente venham a ser aplicadas, ou seja, que não fique àquem ou além do que importa para se obter o resultado devido⁶⁵. Na verdade, as medidas de coacção restringem os direitos, liberdades e garantias e desta forma apenas devem ser aplicadas se e na medida em que tal se revelar indispensável à protecção do processo⁶⁶.

A referência a outros princípios constitucionalmente protegidos remete, nomeadamente para o princípio da presunção de inocência, conforme salvaguardado nos termos do art. 32.º, n.º 2 da CRP. Desta forma, na ponderação da aplicação de determinada medida de coacção, esta tem que ser, na maior medida possível, compatível com o estatuto processual da inocência, inerente à fase processual em que a medida irá ser aplicada.

A conjugação do princípio constitucional da proporcionalidade com a exigência de verificação deste mesmo princípio, em sede de direito processual penal, designadamente no que respeita à aplicação das medidas de coacção, conforme consagrado no art. 193.º, n.º 1 do CPP, impõe que, na ponderação da aplicação de medida de coacção, a mesma seja proporcionada à gravidade do crime e à sanção que previsivelmente venha a ser aplicada ao arguido, em

⁶⁵Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, anotação ao art. 18.º, p. 162 e ssg.

⁶⁶Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p.88

razão da prática do crime pelo qual está indiciado no processo. Por outro lado, o aplicador do direito terá que ponderar a gravidade do facto e correspondente gravidade da pena a aplicar em concreto, por forma a definir se a gravidade da medida de coacção a aplicar é ou não proporcionada à gravidade do crime imputado.

A aplicação de determinada medida de coacção está também limitada pelo princípio da necessidade, nos termos do art. 193.º, n.º1 do CPP. O princípio da necessidade verifica-se e é salvaguardado sempre que o fim que se visa atingir com a concreta medida de coacção a decretar não pode ser obtido por qualquer outro meio menos oneroso para os direitos do arguido.

Sempre que estejam verificadas as condições gerais de aplicação das medidas de coacção, conforme previstas no art. 192.º do CPP, deve o juiz - na ponderação da medida de coacção a aplicar ao caso concreto e tendo em conta que a sua aplicação deverá limitar-se ao indispensável para a protecção do processo – observar os princípios da necessidade e adequação da medida de coacção em conformidade com as exigências cautelares que o caso requer e a proporcionalidade em relação à gravidade do crime e das sanções previsivelmente aplicáveis, independentemente de o arguido se tratar de pessoa singular ou pessoa colectiva.

Com efeito, a aplicação das medidas de coacção terá sempre que respeitar o princípio da proporcionalidade, conforme consagrado na CRP, designadamente no art. 18.º, n.º 2, nos termos do qual irá determinar que as restrições aos direitos liberdades e garantias devem limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos e interesse constitucionalmente protegidos⁶⁷. Com efeito, o princípio da proporcionalidade consagrado no art. 18.º, n.º 2, 2ª parte, da CRP, engloba os três vectores mencionados, ou seja, a necessidade, adequação e racionalidade ou proporcionalidade *stricto sensu*⁶⁸.

Embora os critérios de proporcionalidade, adequação e necessidade no que respeita à aplicação de medidas de coacção sejam os mesmos, quer

⁶⁷Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, anotação ao art. 18.º, p. 162 e ssg.

⁶⁸Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, anotação ao art. 18.º p. 162 e ssg.

estejamos perante arguido pessoa singular ou pessoa colectiva, os quadros de referência subjacentes terão de ser diferentes, tendo em conta a natureza da pessoa arguida.

Ora, as exigências cautelares, quando estamos perante uma pessoa colectiva - tomando em consideração respectiva natureza – têm um cariz diferente das exigências cautelares relativas a uma pessoa singular. Por outro lado, não se colocam aqui problemas de privação da liberdade individual pela aplicação de medidas de coacção. Se a liberdade for posta em causa é a liberdade numa perspectiva de liberdade de associação e de desenvolvimento de actividade económica nos termos previstos na CRP, nos artigos 46.º e 61.º.

Deste modo, a ponderação da proporcionalidade, adequação e necessidade das medidas de coacção a aplicar à pessoa colectiva arguida deverá observar outras questões que surjam da aplicação de determinada medida de coacção à pessoa colectiva, atenta a sua natureza, designadamente qual a previsibilidade de lucro ou prejuízo evitável e respectiva quantificação, capacidade lesiva da pessoa colectiva, volatilidade ou opacidade da actuação, quebra das relações comerciais, implicações ao nível dos recursos humanos e nas relações com fornecedores e clientes⁶⁹.

Com a moderação de todos estes factores, conclui-se pela verificação ou não das condições gerais de aplicação e decide-se em concreto qual a medida de coacção que se afigure como indispensável à prossecução do processo e, consequentemente, seja a medida de coacção que melhor respeite estes critérios de aplicação.

2.4. As condições gerais de aplicação das medidas de coacção: Artigo 192.º do CPP

2.4.1. Constituição de arguido

⁶⁹Cfr. CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, pp.161-162.

A aplicação das medidas de coacção depende da verificação cumulativa das condições gerais previstas no art. 192.º e 204.º do CPP e dos requisitos concretos de cada uma das medidas de coacção. Esta aplicação tem como limites o cumprimento dos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, nos termos explicitados.

Desta forma, iremos começar pela análise das condições gerais de aplicação das medidas de coacção, conforme previstas nos termos do art. 192º do CPP.

As condições gerais previstas no art.192.º do CPP estabelecem como pressupostos de aplicação das medidas de coacção a constituição de arguido e a inexistência de fundados motivos para crer na verificação de causas de isenção de responsabilidade ou extinção do procedimento criminal. Relativamente a estes pressupostos não se levantam questões de particular relevância quanto à sua verificação quando esteja em causa a aplicação de determinada medida de coacção a pessoas colectivas. Há contudo algumas especificidades que devem ser referidas.

O art. 192º do CPP enuncia como condição essencial para a aplicação de medidas de coacção a prévia constituição de arguido da pessoa que delas for objecto, remetendo para o art. 58º e ssg. do CPP.

A prévia constituição de arguido - como condição essencial para aplicação de medidas de coacção a determinada pessoa, sobre quem recaia fundada suspeita da prática de crime e em relação à qual se afigure necessário, adequado e proporcional a aplicação de medidas de coacção de modo a assegurar as finalidades processuais – tem algumas especificidades quando recaia sobre a pessoa colectiva, tendo em conta a sua natureza

Em primeiro lugar, deve ter-se por referência o quadro constitucional, na medida em que constitui o fundamento e o limite em matéria de processo penal, no que concerne às restrições dos direitos fundamentais que lhe estão associados⁷⁰. Neste sentido, nos termos do art. 12.º, n.º2 da CRP, as pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a

⁷⁰CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, pp.161-162.

sua natureza jurídica. Explicitando, as pessoas colectivas só têm os direitos compatíveis com a sua natureza – enquanto as pessoas singulares têm todos os direitos, salvo os especificamente atribuídos apenas às pessoas colectivas – e cada pessoa colectiva apenas pode ter os direitos conducentes à prossecução dos fins para que exista, ou seja, os direitos adequados à sua especialidade, de acordo com o disposto no art. 12.º, n.º2 da CRP conjugado com o art. 160.º n.º1 do CC. A norma constitucional do art. 12.º, n.º2 da CRP surge como norma que visa garantir às pessoas colectivas um conjunto de direitos de carácter geral ou comum, com as devidas adaptações. Por outro lado, há também deveres cujo alcance é extensivo às pessoas colectivas⁷¹.

Sendo certo que a constituição de arguido é fundamental para assegurar um conjunto de direitos e deveres processuais - conforme consagrados no art. 61.º do CPP e que analisaremos adiante - não podem ser limitados ou menosprezados quando a pessoa sobre a qual recaiam os fundamentos para a constituição de arguido tenha natureza colectiva. Os direitos e deveres processuais têm que ser igualmente assegurados quando os fundamentos para constituição de arguido recaiam sobre pessoa colectiva, na medida em que esses direitos e deveres sejam compatíveis com a sua natureza.

A constituição de arguido assegura ao visado o exercício de direitos e deveres processuais que passam a caber-lhe em virtude de estar indiciado num processo como presumível autor do crime, bem como assegura os direitos e deveres imputados ao arguido quando seja sujeito a medida de coacção.

O CPP distingue os regimes de constituição obrigatória de arguido, nos termos das alíneas do n.º 1 do art. 58º CPP, e de constituição de arguido a pedido da pessoa sobre quem recaia suspeita de ter cometido determinado crime.

No que respeita à constituição obrigatória de arguido considera-se, na mesma orientação seguida por PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, e atendendo à natureza jurídica das pessoas colectivas, que servem de fundamento para a

⁷¹Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, anotação ao art. 12.º, p. 111 e ssg.

constituição obrigatória de arguido os pressupostos previstos nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 do art. 58º.

Nesta medida, é obrigatória a constituição de pessoa colectiva como arguida sempre que corra inquérito contra essa pessoa colectiva determinada, em relação à qual existe suspeita fundada da prática do crime, devendo o seu representante legal prestar declarações perante autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 58º do CPP. A pessoa colectiva deve ser constituída como arguida antes de ser ouvido o representante legal e este deve ser informado dos direitos e deveres da pessoa colectiva na sua qualidade de arguida.

É igualmente obrigatória a constituição da pessoa colectiva como arguida sempre que lhe deva ser aplicada medida de coacção ou de garantia patrimonial, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 58º e do art. 192º n.º 1 do CPP.

Finalmente, é ainda obrigatória a constituição da pessoa colectiva como arguida quando seja levantado auto de notícia que a refira como suspeita da prática de um crime e comunicado ao respectivo representante legal, segundo o disposto no art. 58.º, n.º 1, alínea d) do CPP.

O modo como se opera a constituição de arguido apresenta algumas especificidades quando o visado - sobre o qual recaem fundadas suspeitas pela prática de um crime - é uma pessoa colectiva.

Nos termos do art. 58.º, n.º 2, a constituição de arguido realiza-se através da comunicação, oral ou escrita, feita ao visado por uma autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal, informando-o de que a partir daquele momento deve considerar-se arguido num processo penal, e de quais são os seus direitos e deveres processuais que passam a caber-lhe.

Atendendo à natureza das pessoas colectivas, a sua constituição como arguida faz-se através da pessoa do seu representante legal. Todavia, a comunicação dirigida apenas à pessoa individual - que em certos casos, pode

cumular a qualidade de responsável individual e de representante da pessoa colectiva - considera-se insuficiente⁷².

Muitas vezes, o representante legal da pessoa colectiva coincide com a pessoa individual que ocupa a posição de liderança e que actuou em nome e no interesse colectivo, nos termos do art. 11.º, n.º 1, alínea a) e n.º 4 do CP, e nesta medida é o agente sobre o qual haverá fundada suspeita no âmbito da responsabilidade criminal individual, de acordo com o disposto no art. 11.º, n.º 7 do CP. Ou seja, aquele através do qual foram cometidos os ilícitos pelos quais a pessoa colectiva é constituída arguida também é constituído arguido, nos termos do n.º 4 do art. 11.º do CP. O legislador previu a responsabilidade cumulativa – da pessoa colectiva a quem é imputado o acto e da pessoa singular que pratica o acto ilícito em nome e no interesse da pessoa colectiva – de maneira a tentar assegurar a efectiva responsabilização pela prática destes ilícitos. Caso contrário, a não constituição de arguido da pessoa colectiva ou da pessoa singular que actuou em nome e no interesse da pessoa colectiva constituiria o favorecimento desmesurado de um dos agentes responsáveis pelo crime.

A comunicação da constituição da pessoa colectiva como arguida deve ser feita à pessoa colectiva, nomeadamente aos restantes órgãos sociais, além do representante legal.

Tendo em conta que é pela comunicação da constituição de arguido que se podem fazer valer os direitos e deveres processuais que assistem à pessoa colectiva constituída arguida, esta comunicação não pode ser feita apenas na pessoa do representante legal, uma vez que os órgãos da pessoa colectiva podem decidir, fundamentadamente, destituir o cargo de direcção e representação do responsável individual sempre que se verifiquem interesses incompatíveis, ou se pretenda a apresentação de uma defesa autónoma e distinta da que será apresentada pelo arguido individual ou ainda quando se vise nomear outro defensor.

⁷²Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, pp. 79-88 e INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, pp. 60 e 61. - Nos termos do art. 11.º, n.º 4 do CP, aquele através do qual foram cometidos os ilícitos pelos quais a pessoa colectiva é constituída arguida também é constituído arguido.

Assim, salvo nos casos em que o representante legal da pessoa colectiva e o presumível responsável individual coincidem, nos termos supra, a comunicação de constituição da pessoa colectiva como arguida deve fazer-se na pessoa do seu representante legal, - para que o acto conserve a sua validade durante todo o processo, independentemente do representante legal da pessoa colectiva ser alterado - uma vez que esta comunicação produz efeitos permanentes na esfera jurídica da pessoa colectiva e só produz efeitos na esfera jurídica de cada representante legal enquanto se mantiver o vínculo de representação legal⁷³.

O que está aqui em causa é admitir uma tomada de posição processual que permita acautelar devidamente os direitos e deveres do arguido pessoa colectiva.

Nas palavras de NUNO CASTRO LUÍS, que parece ser o entendimento a seguir, *não se pode admitir um tratamento de presunção de salvaguarda garantística pelo respeito de direitos do individual mas uma efectiva consagração que, em muitos casos, até terá que ser mais reforçada face aos crescentes riscos da sua posição processual*.

Na verdade, apenas com a comunicação da constituição de arguido ao representante legal da pessoa colectiva e aos principais órgãos que a constituem⁷⁴ poderá assegurar-se a inexistência de diferenciação na consideração dos arguidos e se conseguirá obter igualdade das posições processuais.

Neste sentido, é reconhecido à pessoa colectiva enquanto arguida um acervo de direitos equivalentes aos da pessoa individual, atendendo contudo à respectiva natureza jurídica. Entre esses direitos, conforme analisados mais adiante, está incluído o direito ao silêncio⁷⁵ que não poderá ser excluído ou

⁷³Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 58.º CPP.

⁷⁴Entenda-se por *principais órgãos constitutivos da pessoa colectiva*, segundo o exemplo das sociedades comerciais, os elementos do conselho de administração e dos órgãos fiscalizadores.

⁷⁵Pode, mais uma vez, constituir um problema o facto do representante legal da pessoa colectiva coincidir com o eventual responsável penal pela prática do crime em causa. Esta questão extravasa o tema da dissertação e o âmbito desta explicação mas serve para

minimizado no caso de o arguido ser pessoa colectiva sob pena de estarmos perante uma eventual discordância axiológica constitucional na aplicação do processo penal à aplicação da responsabilidade.⁷⁶

A evolução da consagração desta matéria em sede de processo penal deveria ser no sentido da obrigatoriedade de comunicação dos direitos e deveres do arguido pessoa colectiva a todos os elementos constitutivos dos principais órgãos da sociedade, pois só assim se permitirá a salvaguarda de uma defesa efectiva própria da pessoa colectiva e alcançar a verdadeira justiça.

Levantam-se ainda algumas questões quanto aos outros casos em que uma pessoa colectiva possa ser constituída arguida, nos termos do art. 59.º do CPP.

No que diz respeito ao n.º 1 deste artigo não existem problemas de maior relativamente à sua aplicação. Desta norma resulta que, se na inquirição de pessoa singular surgir fundada suspeita de crime cometido por pessoa colectiva, independentemente de a pessoa singular ser o representante legal da pessoa colectiva ou integrar um dos órgãos constitutivo da mesma - a entidade que procede à inquirição deve suspender este acto de imediato e comunicar a constituição da pessoa colectiva como arguida ao respectivo representante legal⁷⁷.

A constituição da pessoa colectiva como arguida mediante pedido da mesma, nos termos do disposto no art. 59.º, n.º2 do CPP, implica algumas especificidades na aplicação desta norma às pessoas colectivas. Surge nomeadamente a questão de saber se para a formalização do pedido de constituição de arguido será ou não necessário a deliberação dos sócios.

Segundo o n.º 2 do art. 59.º do CPP, a pessoa colectiva sobre a qual recaia fundada suspeita de ter cometido um crime tem direito a ser constituída

demonstrar que a coincidência na mesma pessoa desta dupla qualidade poderá trazer dificuldades processuais.

⁷⁶Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, pp. 79-82

⁷⁷Neste sentido: Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, comentário ao art. 59.º CPP e INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, pp. 60 e 61.

arguida, a seu pedido, sempre que estiverem a ser efectuadas diligências destinadas a comprovar a imputação da responsabilidade criminal, que a afectem como instituição⁷⁸.

Muito embora a constituição da pessoa colectiva como arguida lhe garanta a efectivação de uma série de direitos e deveres processuais e ainda que tal permita a defesa dos seus interesses, pode a pessoa colectiva ser prejudicada ao ser instituída na qualidade de arguida, uma vez que este estatuto poderá afectar a sua reputação e implicar resultados negativos no exercício da sua actividade.

Para o aprofundamento desta questão serão tidas por base as pessoas colectivas na sua modalidade de sociedades comerciais, em especial as sociedades anónimas⁷⁹.

O CSC não prevê no âmbito dos actos de gestão para os quais confere competência aos gerentes e administradores, o pedido de constituição da pessoa colectiva como arguida em processo penal. Tal justifica-se pelo facto do objecto social das pessoas colectivas, que deve ser prosseguido pelos órgãos de gestão, não poder contemplar a prática de crimes, sob pena de estarmos perante um caso de associação criminosa, crime previsto e punido segundo o disposto no art. 299.º do CP.

Neste âmbito, surgem duas questões. Em primeiro lugar, a questão de saber se pode ser válido e eficaz um pedido de constituição de arguido, feito pelo representante legal sem ser sustentado numa deliberação colectiva que inequivocamente manifeste a vontade da pessoa colectiva e, por outro lado, a questão de saber se é concebível incluir no âmbito do art. 64.º do CSC o pedido de constituição como arguido, atendendo à defesa dos interesses da pessoa colectiva.

⁷⁸Neste ponto, é a adaptação de PINTO DE ALBUQUERQUE a que deverá ser considerada. Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, comentário ao art. 59.º CPP.

⁷⁹Na perspectiva de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, que se apoia, as sociedades comerciais apenas podem ser incluídas nos termos do art. 11.º, n.º 5, como susceptíveis de virem a ser criminalmente responsáveis, após a data do registo definitivo do contrato de sociedade pelo qual se constituem e em relação aos crimes cometidos depois desse momento.

Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal à luz da CRP e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, comentário ao art. 11.º do CP (a contrario).

Os gerentes e os administradores têm o dever de lealdade e de prossecução dos interesses da sociedade nos termos do art. 64.º, n.º1, alínea b) do CSC, bem como detêm exclusivos e plenos poderes de representação e gestão da sociedade, nos termos do art. 405.º, n.º 3 do CSC, relativamente ao Conselho de Administração no caso das sociedades anónimas⁸⁰. De facto, no âmbito das sociedades anónimas, o Conselho de Administração tem competência para deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, conforme exemplificados nos termos do art. 406.º do CSC.

Concretizando, o Conselho de Administração, no âmbito dos seus poderes de gestão, pode deliberar sobre qualquer assunto relativo à administração da sociedade, como por exemplo, quanto às modificações importantes na organização da empresa (alínea i) do art. 406.º CSC), extensões ou reduções importantes da actividade da empresa (alínea h) do art. 406.º CSC) ou qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho (alínea n) do art. 406.º CSC), entre outros.

Assim, consideramos que se inclui nas competências do Conselho de Administração o pedido de constituição da pessoa colectiva como arguida, no âmbito dos seus poderes de gestão.

Com efeito, o pedido de constituição da pessoa colectiva como arguida deve plasmar efectivamente a vontade da pessoa colectiva. Ora, a vontade da pessoa colectiva deve estar sempre subjacente aos actos de gestão e representação, levados a cabo pelo Conselho de Administração.

Deste modo, a decisão de pedir a constituição da pessoa colectiva como arguida tem que resultar de uma deliberação do Conselho de Administração nos termos do 405.º e 406.º, uma vez que a Assembleia Geral apenas pode deliberar sobre matérias de gestão a pedido do Conselho de Administração, de acordo com o disposto no art. 373.º, n.º2 e 3 e art. 54.º do CSC.

Perante o pedido de constituição da pessoa colectiva como arguida, a autoridade judiciária, antes da respectiva validação, deve verificar se este pedido corresponde efectivamente à vontade da pessoa colectiva. Neste

⁸⁰No caso das sociedades por quotas, a título de exemplo, os poderes de representação e gestão competem aos gerentes, nos termos do disposto nas normas dos art. 252.º e 259.º do CSC.

sentido, ainda que se possa aceitar que o pedido seja formulado pelo representante legal, o mesmo deve ser acompanhado da respectiva deliberação em que esteja plasmada esta vontade da pessoa colectiva.

INÊS FERNANDES GODINHO desconsidera a obrigatoriedade de juntar ao pedido de constituição da pessoa colectiva como arguida, apresentado pelo representante legal, a deliberação do Concelho de Administração nesse sentido⁸¹. Neste âmbito, entende que o pedido de constituição de arguido pode ser formulado pelo representante legal sem ser acompanhado da respectiva deliberação do Concelho de Administração, impondo como condição que a autoridade judiciária verifique de forma eficaz junto dos órgãos da pessoa colectiva e atendendo às suas características, casuisticamente, se o pedido de constituição de arguido corresponde de facto à vontade da pessoa colectiva.

De tudo o exposto, por forma a garantir que o pedido de constituição de arguido corresponde à vontade da pessoa colectiva e não apenas ao entendimento do responsável legal da mesma enquanto pessoa singular, considera-se que o pedido de constituição da pessoa colectiva como arguida deverá ser acompanhado de decisão do Conselho de Administração neste sentido, uma vez que este é o órgão responsável pela gestão e representação da sociedade comercial sob a forma de sociedade anónima.

Só desta forma fica assegurado que, por um lado, há uma verdadeira *vontade* da pessoa colectiva em ser constituída arguida, que é demonstrada através de decisão do órgão com competência para a sua gestão e representação e, por outro lado, do ponto de vista processual penal, fica salvaguardada a legitimidade para requerer a constituição de arguido da pessoa colectiva.

Devem ser estes os mecanismos procedimentais a adoptar e os princípios a atender no que respeita à constituição da pessoa colectiva como arguida.

⁸¹Cfr. INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, pp. 60 e 61.

Uma vez constituída a pessoa colectiva como arguida, esta qualidade assegura-lhe um conjunto de direitos e deveres, compatíveis com a sua natureza nos termos do art. 12.º n.º 2 da CRP. Nestes termos, a pessoa colectiva arguida em processo penal tem alguns dos direitos e deveres previstos no art. 61.º do CPP, a maioria dos quais se concretiza através do seu representante legal.

A pessoa colectiva enquanto arguida tem também um conjunto de direitos que advém do direito constitucional, nomeadamente os que decorrem do art. 2.º da CRP, o direito de propriedade (art. 62.º CRP), liberdade de empresa (art. 61.º CRP) e liberdade de associação (art. 46.º CRP). Destes direitos constitucionalmente consagrados emerge o direito constitucional à protecção da sede e das instalações da pessoa colectiva, da sua correspondência e das suas comunicações, nomeadamente nos termos do art. 86.º, art. 18.º e 12.º, n.º 2 da CRP, bem como à protecção dos direitos processuais da pessoa colectiva quando seja sujeito de processo penal⁸².

Na verdade, para assegurar a efectivação destes poderes é necessário que a pessoa colectiva em relação à qual existam fundadas suspeitas da prática do crime seja constituída arguida, e não apenas o respectivo representante legal, sob pena de frustrar garantias de justiça e de salvaguarda da pessoa colectiva em sede de processo penal.

Competem à pessoa colectiva, ao adquirir a qualidade de arguida, os deveres previstos nas alíneas a), c) e d) do n.º3 no art. 61.º do CPP, nomeadamente o dever de comparecer perante o juiz, Ministério Público ou os órgãos de polícia criminal, sempre que a lei o exigir e para tal tiver sido devidamente convocado – esta presença concretiza-se na pessoa do representante legal, sendo que a notificação deve ser feita à pessoa colectiva que irá ser representada e que é arguida no processo - o dever de prestar termo de identidade e residência logo que assuma a qualidade de arguido, nos termos que analisaremos aquando do estudo do TIR, e o dever de sujeitar-se a diligências de prova e a medidas de coacção e garantia patrimonial especificadas na lei, ordenadas e efectuadas por entidade competente.

⁸²Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 61.º do CPP.

A pessoa colectiva não tem o dever de responder com verdade às questões relativas à sua identidade civil e antecedentes criminais, uma vez que a pessoa colectiva responde em processo através do seu representante legal e seria inadmissível a aplicação da incriminação prevista no art. 359.º do CP à pessoa colectiva, em caso de violação deste dever, quando seja o representante legal a faltar à verdade na resposta sobre os antecedentes criminais da pessoa colectiva⁸³.

PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE vai mais longe - devendo ser este o entendimento a apoiar - e no seu comentário ao CPP prevê uma panóplia de direitos e deveres das pessoas colectivas arguidas em processo. Alguns desses direitos e deveres já estão previstos no CPP e, por se coadunarem com a natureza das pessoas colectivas podem ser-lhes imputados, enquanto outros resultam das exigências de processo penal quando o arguido em causa é uma pessoa colectiva.

Quanto aos direitos das pessoas colectivas enquanto arguidas - além dos já referidos supra, designadamente o direito aos tribunais, a estar presente nos actos processuais e a todas as garantias de defesa, excepto o direito de falar livremente na sua pessoa, não prestar juramento e ter direito a um tradutor gratuito, - deverão considerar-se também como direitos da pessoa colectiva arguida o direito ao respeito pela sua sede, instalações e equipamentos, pela sua correspondência e pelas suas comunicações, direito à presunção de inocência, direitos a defensor e a defender-se a si própria, e o direito a um processo de estrutura acusatória⁸⁴.

Em face do supra exposto, conclui-se que, quando se afigure necessária, adequada e proporcional a aplicação de medida de coacção a pessoa colectiva para assegurar os fins do processo, deve a pessoa colectiva ser constituída arguida, por forma a salvaguardar a defesa efectiva da pessoa colectiva que, por adquirir a qualidade de arguida, passará a caber-lhe um conjunto de direitos e deveres.

⁸³Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 59.º do CPP.

⁸⁴Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 61.º do CPP.

2.4.2. Inaplicabilidade das medidas quando existam fundados motivos para crer na isenção da responsabilidade ou extinção do procedimento criminal

Além das condições gerais de aplicação das medidas de coacção supra enunciadas, nomeadamente a necessidade de existir um processo criminal em curso, a indiciação da prática do crime e da constituição de arguida da pessoa colectiva sobre a qual recaiam fundadas suspeitas sobre a prática de um crime, o art. 192.º, n.º 2 do CPP prevê como condição geral de aplicação das medidas de coacção a inexistência de fundados motivos para crer que se verifiquem causas de isenção da responsabilidade ou de extinção do procedimento criminal.

Na verdade, o que se encontra aqui subjacente é o princípio da proporcionalidade, no qual assenta a lógica do regime jurídico das medidas de coacção, nos termos do art. 18.º, n.º 2 da CRP e art. 193.º do CPP.

Neste sentido, apenas se admite a aplicação de medidas de coacção com base num juízo de probabilidade de responsabilidade penal do sujeito sobre o qual essa medida de coacção irá recair⁸⁵.

Ora, uma vez que o legislador veio graduar as medidas de coacção atendendo à gravidade do crime e da pena aplicável, caso existam fundados motivos para crer que nenhuma pena será aplicada, por maioria de razão, não deve ser aplicada qualquer medida de coacção.

Por outro lado, o art. 192.º, n.º 2 do CPP plasma, ainda que implicitamente, o princípio da necessidade, consagrado no art. 193.º do CPP, ao impor que as medidas de coacção apenas sejam aplicadas quando não haja

⁸⁵O direito processual penal espanhol prevê este requisito pela positiva, ou seja, é apenas possível a aplicação de medidas de coacção a determinado sujeito quando seja previsível que o mesmo será penalmente responsabilizado. O direito processual penal espanhol define este requisito como a existência de *fumus boni iuris*. Para aprofundamento dos requisitos de aplicação das medidas de coacção no direito processual penal espanhol, vide, TERESA ARMENTA DEU, *Lecciones de Derecho Procesal Penal*, p.195

fundadas suspeitas para crer na existência de causas de isenção de responsabilidade ou de extinção do procedimento criminal. Ou seja, o princípio da necessidade da aplicação da medida de coacção, aqui implícito, vem acentuar a natureza cautelar das medidas de coacção e garantir a limitação da aplicação de medidas de coacção se e na medida em que tal seja absolutamente necessário à prossecução dos fins do processo e com referência à medida da pena que previsivelmente poderá vir a ser aplicada em sede de condenação⁸⁶.

Neste ponto, será relevante explicitar o teor da norma do art. 192.º n.º 2 do CPP, ao prever que nenhuma medida de coacção deverá ser aplicada sempre que existam fundadas suspeitas para crer na existência de causas de isenção de responsabilidade. Entendem-se por causas de isenção de responsabilidade, em sede de direito penal, as situações previstas nos art. 31.º a 38.º do CP, designadamente as causas de exclusão de ilicitude e culpa.

Na verdade, conforme vimos anteriormente, ao considerarmos que as pessoas colectivas são, - segundo o professor FIGUEIREDO DIAS, *através de um processo de pensamento filosófico analógico, capazes de acção e de culpa jurídico-penais*⁸⁷ - susceptíveis de ser consideradas criminalmente responsáveis, as causas de exclusão de ilicitude e culpa também são aplicáveis quando está em causa a responsabilidade penal das pessoas colectivas⁸⁸.

Relativamente às causas de extinção do procedimento criminal, cuja previsibilidade afasta igualmente a admissibilidade de aplicação das medidas de coacção, segundo o disposto no art. 192.º, n.º 2 do CPP, o legislador está a referir-se principalmente à prescrição, nos termos previstos nos art. 118.º e 119.º do CP. Tal significa que, sempre que se possa prever uma situação de prescrição, que poderá culminar na extinção da responsabilidade criminal,

⁸⁶Cfr. FERNANDO GONÇALVES E MANUEL JOÃO ALVES, *As Medidas de Coacção no Processo Penal Português*, p. 66.

⁸⁷Cfr. JORGE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal Tomo I – Questões fundamentais, A Doutrina Geral do Crime*, pp.298 e ssg.

⁸⁸O tema referente à exclusão de ilicitude e culpa quanto à sua aplicabilidade às pessoas colectivas não será aprofundado neste estudo, por questões de economia de tempo e espaço.

observando aos princípios da proporcionalidade e necessidade, será inadmissível a aplicação de medidas de coacção.

No que respeita à verificação de fundados motivos para crer na extinção do procedimento criminal, corresponde ao reverso do juízo de indicição do crime. Esta condição de aplicação das medidas de coacção, nos termos da qual se exclui a possibilidade de aplicação quando existam fundados motivos para crer na extinção do procedimento criminal, tem por base o princípio constitucional *in dubio pro reo*, consagrado nos termos do art. 32.º, n.º 2 da CRP. Com efeito, este princípio aplica-se na determinação dos factos relevantes para a decisão sobre a verificação dos pressupostos processuais, designadamente, se há tempestividade do exercício do direito de queixa, a capacidade judiciária do arguido ou a prescrição do procedimento criminal.

Atendendo ao princípio da legalidade que decorre do princípio do Estado de Direito, só se admite o início do processo penal quando haja certeza quanto aos pressupostos processuais e enquanto esta certeza persistir. Deste modo, perante a dúvida insanável sobre a verificação de um facto que constitui um pressuposto essencial de determinada decisão de direito que pode ser desfavorável ao arguido, impõe-se, com base no princípio *in dubio pro reo*, a decisão a favor do arguido como forma de saída deste impasse causado pela dúvida insanável⁸⁹. Em caso de dúvida insanável quanto à verificação de determinado pressuposto processual – nomeadamente quanto à data de início da contagem do prazo da prescrição, ou quanto ao lugar da prática do facto, relativamente ao pressuposto da competência da jurisdição portuguesa, ou quanto à legitimidade do titular do direito de queixa⁹⁰ - deverá optar-se pela extinção do procedimento criminal, quando essa opção se demonstrar o meio de saída do impasse causado pela dúvida quanto à verificação dos pressupostos processuais de modo favorável ao arguido.

Nestes termos, sempre que existam dúvidas quanto à verificação dos pressupostos processuais é previsível a extinção do procedimento criminal na

⁸⁹Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 127.º do CPP.

⁹⁰Por exemplo, saber se era ou não o proprietário do bem danificado, no caso do crime de dano previsto e punido nos termos do art. 212.º do CP.

medida em que, caso essa dúvida não consiga ser ultrapassada, tornando-se insanável, terá que se optar efectivamente pela extinção do procedimento criminal, sob pena de violação do princípio constitucional *in dubio pro reo*. Consequentemente, perante a incerteza quanto à verificação dos pressupostos processuais, não se poderá aplicar qualquer medida de coacção por existirem fundados motivos para crer na extinção do procedimento criminal, nos termos do art. 192.º, n.º 2 do CPP.

Outra situação em que se poderá observar a existência de fundados motivos para a extinção do procedimento criminal resulta da previsão expressa na lei penal da possibilidade de dispensa de pena nos termos 74.º do CP, que irá resultar no arquivamento do inquérito segundo o disposto no art. 280.º do CPP⁹¹. Neste caso, atendendo ao caso concreto da responsabilidade penal das pessoas colectivas, se o crime for punível com pena de multa não superior a 120 dias pode o tribunal declarar o réu culpado mas não aplicar qualquer pena sempre que a ilicitude do facto e a culpa do agente forem diminutas, o dano tiver sido reparado e se não se opuserem razões de prevenção, de acordo com o disposto no art. 74.º do CP.

Quando seja previsível a possibilidade de dispensa de pena, também não é admissível aplicar-se medidas de coacção, nos termos do art. 192.º, n.º 2 do CPP, por se considerar que existem fundados motivos para crer na extinção do procedimento criminal.

Assim, no que respeita às pessoas colectivas, a concretização deste princípio concebe-se pela ideia de que, sempre que pela conduta da pessoa colectiva constituída arguida não seja previsível a aplicação das penas aplicáveis às pessoas colectivas, previstas no art. 90.º-A do CP em sede de condenação, não devem ser aplicadas quaisquer medidas de coacção. Também não haverá lugar à aplicação de medidas de coacção quando existam fundados motivos para crer na existência de causas de isenção da responsabilidade ou de extinção do procedimento criminal, nomeadamente associados à verificação dos pressupostos processuais.

⁹¹Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 280.º do CPP.

2.5. Requisitos gerais da aplicação das medidas de coacção:

Artigo 204.º do CPP

Qualquer medida de coacção, para poder ser decretada, carece da verificação de fundamentos de aplicação, isto é, para aplicação em concreto das medidas de coacção é necessário a observação dos requisitos legais de aplicação, conforme o disposto no art.204.º do CPP⁹². Esta norma enforma as exigências cautelares que podem justificar a aplicação de uma medida de coacção, ou seja, só no caso de se verificar algum destes pressupostos é legalmente admissível a aplicação de medida de coacção.

Existem pelo menos três requisitos essenciais a verificar no momento de aplicação da medida de coacção, nos termos do art. 204.º do CPP, designadamente a fuga ou perigo de fuga, o perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo e perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova e finalmente o perigo, em razão da natureza e circunstâncias do crime, de continuação da actividade criminosa ou perturbação grave da ordem e a tranquilidade públicas.

O legislador procurou com esta norma - e nesta perspectiva bem - proibir a aplicação de qualquer medida de coacção em concreto, sempre que não se verifique alternativamente, no momento da aplicação da medida, algum destes requisitos.

De facto, mais uma vez no regime da aplicação das medidas de coacção o legislador reforça a ideia de que as medidas de coacção apenas podem ser aplicadas se tal se afigurar indispensável à prossecução do processo e à protecção do seu fim. Ou seja, por um lado, as medidas de coacção procuram evitar a frustração dos meios de prova para que a sentença se aproxime o mais possível da verdade material do facto ocorrido e, por outro lado, visam assegurar que em caso de condenação do arguido, a sentença de condenação será efectivamente cumprida⁹³.

⁹²Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p.88.

⁹³Cfr. TERESA ARMENTA DEU, *Lecciones de Derecho Procesal Penal*, pp.193-196

Deste modo, teremos que aferir a forma pela qual os requisitos gerais de aplicação das medidas de coacção podem ser verificados quando o arguido seja uma pessoa colectiva.

O requisito de *fuga ou perigo de fuga*, previsto na alínea a) do art. 204.^o do CPP, apresenta dificuldades de compatibilização com a aplicação directa a pessoas colectivas que tenham sido constituídas arguidas, tendo em conta a sua natureza jurídica. A questão fundamental é a de saber se será razoável considerar que a fuga ou perigo de fuga da pessoa colectiva possa constituir fundamento para aplicação de medida de coacção à pessoa colectiva arguida, e se é possível e em que termos pode concretizar-se esta *fuga*.

JORGE DOS REIS BRAVO⁹⁴ exclui a alínea a) do art.204.^o como aplicável às pessoas colectivas, uma vez que considera que a *fuga ou perigo de fuga* consiste numa conduta própria de pessoas singulares⁹⁵. De facto, em termos estritamente terminológicos, a *fuga*, não poderá considerar-se uma conduta compatível com a natureza jurídica das pessoas colectivas, uma vez que tem subjacentes indícios de cariz essencialmente individual.

No entanto, em face à exigência de adaptação dos princípios enformadores das condições de aplicação das medidas de coacção, em concreto, quando o arguido é uma pessoa colectiva, admite-se uma figura semelhante concretizável como perigo de deslocalização da pessoa colectiva, desde que se comprove a existência de fortes indícios nesse sentido⁹⁶. Atendendo ao sentido das palavras da norma do art. 204.^o do CPP que prevê o perigo de fuga, considera-se que a concretização como perigo de deslocalização da pessoa colectiva inclui-se no âmbito da interpretação extensiva da norma para que seja aplicada às pessoas colectivas. Conforme mencionado, poderá admitir-se o recurso à interpretação extensiva desde que

⁹⁴Cfr. JORGE DOS REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p.73.

⁹⁵Cfr. JORGE DOS REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p.73.

⁹⁶Neste sentido, cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p.94 e CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, pp.161-162.

se contenha no sentido máximo possível da norma, o que parece acontecer neste caso.

Os efeitos da fuga de uma pessoa singular - como a dificuldade em encontrar o arguido, para dar prosseguimento ao processo, aplicar a decisão condenatória que resultar do processo-, coincidem com os efeitos que podem advir da deslocalização de uma pessoa colectiva, constituída arguida, e nesta medida será possível admitir esta condição de aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas, através da interpretação extensiva da norma.

De facto, não há previsão expressa na lei que resolva esta questão, mas parece que o intuito que o legislador pretende atribuir ao espírito da norma é no sentido de evitar o desaparecimento do arguido para efeitos de processo⁹⁷.

Assim sendo, neste ponto concordamos com a posição assumida INÊS FERNANDES no sentido de admitir a possibilidade de verificação do requisito de *fuga ou perigo de fuga* em relação a pessoas colectivas, considerando o objectivo essencial da norma, pois - muito embora não possa a pessoa colectiva desaparecer através da fuga, atendendo à sua natureza – a pessoa colectiva pode desaparecer por outros meios, como através de actos de gestão que conduzam, por exemplo, à dissolução da pessoa colectiva constituída arguida.

Na verdade, um acto de gestão que dissolva a pessoa colectiva aquando da sua constituição como arguida em processo frustrará o resultado pretendido em direito penal substantivo - com a consagração da responsabilidade criminal das pessoas colectivas - e respectiva aplicação da pena de dissolução como punição mais gravosa aplicável à pessoa colectiva em sede de condenação, nos termos do art. 90.º-B do CP. Assim, é importante assegurar que a dissolução se verifique apenas como penalização da pessoa colectiva pelos crimes cometidos, caso fique provado e seja decidido pelo juiz de julgamento em sede de condenação.

Neste sentido, pode submeter-se a pessoa colectiva a medida de coacção sempre que a possibilidade de aplicação efectiva da pena de

⁹⁷Cfr. INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, pp. 70 e 71

dissolução – caso se venha a provar a prática dos crimes pelos quais o arguido pessoa colectiva está indiciado- só se afigure possível através da criação de medida cautelar preventiva, que evite a dissolução da pessoa colectiva no seguimento de um acto de gestão, concretizando assim o seu desaparecimento e frustrando desta forma quer a prossecução do processo quer a sua a verificação da respectiva finalidade⁹⁸.

Mais, devemos tomar em consideração que neste ponto o legislador pretende acautelar que a pessoa colectiva arguida desapareça para efeitos do processo. Assim, não é desejável optar pela desconsideração em definitivo da aplicação desta condição quando está em causa uma pessoa colectiva arguida, em prol de uma interpretação literal restritiva. Bastará, neste caso, e sempre atendendo a cada situação em concreto, a interpretação extensiva da alínea a) do art. 204.º para que o requisito de *fuga ou perigo de fuga* possa ser admitido como requisito de aplicação das medidas de coacção a pessoas colectivas constituídas arguidas em processo penal.

Podemos considerar que existem indícios de perigo de deslocalização da pessoa colectiva sempre que se verifique a existência de pedidos de transferência de fornecimentos de serviços indispensáveis à actividade da pessoa colectiva, transferência de infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos. Nestes casos, apesar dos mecanismos internacionais de cooperação internacional no âmbito da Justiça Penal, esta possibilidade de deslocalização dificulta o bom andamento do processo penal.

Assim, e de acordo com a corrente doutrinária defendida por NUNO CASTRO LUÍS e INÊS FERNANDES GODINHO, consideramos que o fundamento da possibilidade de deslocalização ou desaparecimento, para efeitos processuais, da pessoa colectiva bastará para que se verifique, com recurso à interpretação extensiva, o requisito legalmente previsto como *fuga ou perigo de fuga* nos termos da alínea a) do art. 204.º do CPP.

Em termos práticos, consideramos que no âmbito da interpretação extensiva cingido ao teor literal possível, há fundamentos para aplicar o

⁹⁸Cfr. INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, pp. 70 e 71

requisito previsto na alínea a) do art. 204.º do CPP, tendo em conta o sentido associado à expressão *fuga*, sempre que no momento de aplicação da medida de coacção existam fortes indícios para crer na possibilidade de deslocalização ou desaparecimento da pessoa colectiva⁹⁹.

Ao observar-se este pressuposto no momento da aplicação de medida de coacção a pessoa colectiva, cumprir-se-á o requisito de aplicação de medida de coacção previsto na alínea a) do art. 204.º do CPP e, uma vez preenchidas as demais condições de aplicação das medidas de coacção previstas nos art. 192.º, 193.º do CPP bem como os requisitos concretos de cada medida de coacção, deverá considerar-se aplicável determinada medida de coacção à pessoa colectiva arguida¹⁰⁰.

A alínea b) do art.204.º do CPP não levanta dúvidas, uma vez que sempre que haja perigo de perturbação do andamento regular do processo, haverá fundamento para aplicação de medida de coacção a qualquer arguido, incluindo pessoa colectiva.

Sendo certo que este perigo de perturbação da instrução probatória do processo é mais acentuado nas fases preliminares do processo, normalmente tende a diminuir em proporcionalidade ao desenvolvimento e realização das diligências probatórias fundamentais¹⁰¹.

Todavia, nem sempre esta relação de reciprocidade entre o desenvolvimento e avanço da fase probatória e a diminuição do perigo para a perturbação do seu decurso se pode aferir de forma tão linear. Na verdade, poderá observar-se a manutenção do perigo de perturbação do decurso das

⁹⁹Note-se que os requisitos previstos nos termos do art. 204.º do CPP têm que se verificar no momento da aplicação da medida de coacção em concreto.

¹⁰⁰No direito processual penal espanhol prevê-se o requisito de aplicação das medidas de coacção *periculum in mora*. Este requisito parece incluir, por um lado, a *fuga ou perigo de fuga* e, por outro lado, o *perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo, nomeadamente o perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova*, ambos requisitos de aplicação das medidas de coacção previstos no direito processual penal português, no âmbito do art. 204.º, alínea a) e b) do CPP. A finalidade associada ao *periculum in mora* é equivalente à finalidade destes requisitos do direito processual penal português, ou seja, visa garantir o decurso regular do processo penal e a efectiva aplicação da sentença, caso se verifique a condenação. Cfr. TERESA ARMENTA DEU, *Lecciones de Derecho Procesal Penal*, p. 195

¹⁰¹Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 204.º CPP.

fases probatórias atendendo ao tipo de crime imputado e à extrema complexidade da investigação.

Os tipos de crimes imputáveis às pessoas colectivas, nos termos previstos no art. 11.º do CP, exigem, pela sua natureza, procedimentos de investigação e de concretização da fase probatória complexos, nomeadamente quando estamos perante crimes económicos ou patrimoniais, que implicam conhecimentos técnicos que frequentemente os agentes que procedem à investigação não possuem. Muitas vezes são exigidas peritagens a documentos com um cariz técnico muito acentuado e com grande especificidade, ou a realização de buscas e apreensões que impõem conhecimentos aprofundados das matérias em causa, para que possam ser identificadas provas do crime indiciado sujeito à investigação.

Ora, a complexidade dos crimes imputáveis às pessoas colectivas bem como a fragilidade, deteriorabilidade ou possibilidade de desaparecimento dos meios de prova que poderão estar associados a estes tipos de crime, coadunam-se com a verificação de perigo de perturbação do decurso das fases probatórias por excelência, nomeadamente o perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova.

A existência de perigo para o decurso do inquérito ou da instrução, nos termos do art. 204.º, alínea b) do CPP, enquanto condição de aplicação das medidas de coacção não parece exigir o recurso à interpretação extensiva quando está em causa a aplicação de medida de coacção a pessoa colectiva, bastando a interpretação declarativa, uma vez que atendendo ao caso concreto o sentido literal da norma parece ser equivalente ao sentido lógico da mesma. Em concreto, o tipo de perigo para o andamento do processo, que poderá colocar em causa principalmente a fase probatória, deverá ser aferido tendo como referência o tipo de crimes que podem ser imputados às pessoas colectivas e os meios através dos quais se poderá verificar esse perigo para a perturbação do decurso das fases probatórias.

Por outro lado, o juízo de avaliação do perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova deverá ter subjacente a natureza da pessoa colectiva e, bem assim, o tipo de actuação que poderá ser levada a

cabo e na sequência do qual resultará a limitação ou a frustração da aquisição dos elementos probatórios essenciais ao juízo da causa.

Quanto ao requisito previsto na alínea c) do art. 204.º do CPP, poderá ser utilizado como fundamento de aplicação de medida de coacção à pessoa colectiva constituída arguida, sempre que se verifique perigo, em razão da natureza e das circunstâncias do crime, de continuidade da actividade criminosa ou de perturbação grave da ordem e da tranquilidade públicas.

Deste modo, para alguns autores, desde que se afaste a hipótese alternativa de o perigo estar associado à personalidade do arguido - uma vez que estamos perante um arguido pessoa colectiva, tal não se coaduna com a sua natureza -, a condição de aplicação de medidas de coacção ora em análise poderá ser atendida quando esteja em causa uma pessoa colectiva arguida ¹⁰².

Contudo, CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA apresenta uma ideia que apoiamos, nos termos da qual, quando o legislador se refere à personalidade do arguido, possa atender-se à ideia de défice de organização ou tendência para o crime como uma *culpa na personalidade* da pessoa colectiva, o que teria de ser concretizado com base no caso concreto. ¹⁰³

Muito embora o legislador, ao prever estas normas, tenha deixado aquém a possibilidade de aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas, a norma da alínea c) do art. 204.º do CPP é compatível de ser aplicada à pessoa colectiva por recurso à interpretação extensiva, uma vez que a pessoa colectiva tem personalidade jurídica, nos termos do art. 158.º CC, conforme explicitado supra, e poderá ser penalmente responsável, nos termos do art. 11.º CP.

Saliente-se mais uma vez que as medidas de coacção, nos termos do art.191.º e seguintes do CPP, só podem ser aplicadas se e na medida em que

¹⁰²Cfr. CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, p. 161.

¹⁰³Neste sentido, CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, p. 161 e INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, p. 70 e ssg. Contra este entendimento vide PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, comentário ao art. 204.º do CPP, e JORGE DOS REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p.73.

tal seja necessário para garantir as exigências processuais de natureza cautelar, e assim só nestes termos poderá limitar-se a liberdade das pessoas. Claramente, a lei foi pensada para a liberdade pessoal, no que respeita a pessoas individuais.

Todavia, nada parece obstar à aplicação desta exigência às pessoas colectivas constituídas arguidas, visto que a sua liberdade de exercício de actividade, por exemplo, só poderá ser limitada em função das exigências processuais e nos termos previstos pelas medidas de coacção elencadas no CPP e de acordo com o art. 12.º, n.º 2 e 18.º n.º 2 da CRP.

Mais, as pessoas colectivas enquanto resultado da iniciativa privada têm os seus direitos, nomeadamente ao exercício de actividades e à autogestão, constitucionalmente previstos no art. 61º da CRP. A lei fundamental determina que tais direitos só poderão ser limitados nos termos definidos na CRP e na lei. Também o Código Civil prevê no art. 160.º que a capacidade das pessoas colectivas abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins.

Tal como acontece quando estamos perante uma pessoa singular constituída arguida, também nos casos da pessoa colectiva a sua liberdade de exercício de actividade só poderá ser restringida através da aplicação das medidas de coacção, apenas na medida em que essa aplicação se demonstre indispensável à prossecução do processo penal.

Embora numa óptica histórico-legislativa se conheça que o espírito destas normas está dirigido às pessoas singulares, no que diz respeito às condições de aplicação das medidas de coacção, poderão ser aplicadas através de um processo de interpretação extensiva e consequentemente aplicadas à pessoa colectiva.

As condições de aplicação das medidas de coacção são adaptadas às pessoas colectivas através de um processo de interpretação extensiva. Este processo tem como suporte, por um lado, o facto de o art. 192.º, n.º 2 não especificar na sua letra quando se refere a *pessoa*, se está apenas a considerar as pessoas singulares. Por outro lado, o aplicador do direito deve atender à natureza jurídica da pessoa colectiva e ao elemento teleológico da

norma que prevê as condições de aplicação da medida de coacção e aferir a respectiva compatibilidade.

O que aqui importa é perceber se a razão ou o objectivo subjacente à previsão legislativa é ou não coadunável com a natureza da pessoa colectiva e, em caso afirmativo, proceder à respectiva aplicação. Nestes termos, o sentido lógico da norma é mais abrangente do que o seu sentido literal, pelo que se procede à interpretação extensiva, circunscrita ao limite máximo do sentido literal possível da norma.

Aliás, em 2007, o legislador procedeu à alteração deste artigo, no mesmo ano em que se consagrou no CP a responsabilização criminal das pessoas colectivas no direito penal substantivo, mas não clarificou, como seria desejável, que estas normas seriam aplicáveis quer às pessoas singulares, quer às pessoas colectivas¹⁰⁴.

Concluindo, as condições gerais de aplicação de medida de coacção, no âmbito do art.192.º do CPP, bem como os requisitos de fundamentação da aplicação em concreto de medida de coacção, previstos no art. 204.º do CPP, coadunam-se com a natureza jurídica das pessoas colectivas através de um processo de interpretação extensiva. Neste âmbito, urge a intervenção do legislador no sentido de clarificar as normas que estabelecem os requisitos e condições de aplicação das medidas de coacção, sob pena de o intérprete e o aplicador do direito se arriscarem a violar o princípio da legalidade aquando da aplicação destas normas relativas ao regime jurídico das medidas de coacção a uma pessoa colectiva arguida.

2.6. Dependência da aplicação das medidas de coacção em relação à pena aplicável

A aplicação de algumas das medidas de coacção elencadas no CPP depende da moldura penal prevista para o crime indiciado, ou seja, o crime que justifica a aplicação da medida nos termos do art.195.º do CPP.

¹⁰⁴Em 2007, a alteração ao CPP foi preconizada pela Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto e a alteração ao CP pela Lei 59/2007 de 4 de Setembro. Ambas as leis entraram em vigor no dia 15 de Setembro de 2007, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 48/207 e do art. 13.º da Lei 59/2007.

Poder-se-ia levantar aqui a questão de saber se e como poderá a pessoa colectiva arguida ser submetida a determinada medida de coacção quando a sua aplicação dependa da pena de prisão previsivelmente aplicável ao arguido pelo crime sobre o qual está indiciado. Ora, a natureza das pessoas colectivas não se coaduna com a possibilidade de serem submetidas a pena de prisão e por outro lado, o art. 90.º-A do CP estabelece que apenas podem ser aplicadas às pessoas colectivas, como penas principais, a pena de multa ou de dissolução. A pena de multa é considerada uma pena principal e os seus limites mínimos e máximos são determinados tendo como referência a pena de prisão prevista para as pessoas singulares¹⁰⁵.

Nestes termos, o legislador ao consagrar a responsabilidade penal das pessoas colectivas procedeu à previsão de um esquema de equiparação entre a pena de prisão e a de multa. Tendo em consideração que o CP prevê mais tempo de pena de prisão quanto maior a danosidade do bem jurídico em causa, essa relação também se verifica em relação ao montante fixado para a multa. Além das pessoas colectivas pela sua natureza não poderem estar sujeitas a pena de prisão, a forma de cumprir os objectivos de prevenção e retribuição quando o agente que provoca a danosidade do bem jurídico é uma pessoa colectiva será através da aplicação de pena de multa.

Para a pessoa singular, a aplicação de pena de prisão implica a restrição da sua liberdade ambulatoria individual e será condenada a tanto mais tempo quanto a gravidade do crime e dos danos provocados em bens jurídicos. Pelo contrário, a forma de restringir a liberdade da pessoa colectiva consiste em afectar o respectivo património e limitar a liberdade de exercício de actividade. Essa limitação, no caso das pessoas colectivas, concretiza-se através da aplicação de pena de multa ou dissolução. A pena de multa será tanto mais elevada quanto maior a gravidade do crime – e respectiva danosidade dos bens jurídicos - julgado provado como cometido pela pessoa colectiva.

Assim, esta questão poderá ser facilmente resolvida com base nos modelos de equiparação das penas aplicáveis, designadamente entre a pena de prisão e a pena de multa, conforme previstos no art. 90.º-B do CP.

¹⁰⁵Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal à luz da CRP e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, anotação/comentário ao art. 90.º-B do CP.

O art.90º-B começa por estabelecer, no n.º1, que os limites da pena de multa serão determinados tendo como referência a pena de prisão prevista para a pessoa singular. Desta forma, o legislador adoptou pelo sistema de dias de multa, sendo que a lei, para determinar os dias de multa, recorre a uma moldura legal abstracta. Ou seja, nos casos previstos no n.º1, cabe ao juiz determinar qual a pena de prisão que aplicaria a uma pessoa singular e, de acordo com o n.º 2, considerar a moldura penal abstracta tendo como referência que cada mês de pena de prisão será o correspondente a 10 dias de multa. Caso esteja prevista no tipo legal uma sanção *exclusiva ou alternativamente* em multa a aplicar a uma pessoa singular, serão aplicadas às pessoas colectivas ou equiparadas o mesmo número de dias de multa.

Neste sentido, em relação aos crimes imputados a pessoa colectiva, tomamos por referência a espécie e a medida da pena de prisão prevista para a conduta praticada pela pessoa singular que actuou em nome e no interesse da pessoa colectiva¹⁰⁶, isto é, a aplicação de qualquer medida de coacção a uma pessoa colectiva não depende da concreta espécie de pena prevista pela prática do crime pelo qual a pessoa colectiva está indiciada. Pelo contrário, será estabelecida por referência à espécie e medida da pena associada à conduta praticada pelo órgão ou representante da pessoa colectiva, que actua em seu nome e no seu interesse, nos termos do art.11.º, n.º 2 do CP¹⁰⁷.

JORGE DOS REIS BRAVO¹⁰⁸ defende a aplicação de medidas de coacção às pessoas colectivas ainda que dependam da susceptibilidade de aplicação de pena de prisão ao crime que justifica a constituição da pessoa colectiva como arguida. Na aplicação das medidas de coacção, a referência à pena de prisão releva apenas como moldura penal, tendo depois que se proceder à correspondente adaptação nos termos do art. 90.º-B CP. Explicitando, no respeitante a crimes imputados a pessoas colectivas, ainda que a sua aplicação esteja dependente da imputação de um crime punível com pena de

¹⁰⁶Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal* anotação/comentário ao art. 196.º

¹⁰⁷Cfr. JORGE REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p. 73.

¹⁰⁸Cfr. JORGE REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p. 73.

prisão, poderá aplicar-se à pessoa colectiva a medida de coacção sem carácter detentivo, pois considera-se a referência à pena de prisão como estando cingida à moldura do crime em abstracto e não a uma concreta pena que lhe possa ser aplicável¹⁰⁹.

Em face do supra exposto, a equiparação estabelecida entre a pena de prisão e a pena de multa para as pessoas colectivas, nos termos do art. 90.º-B, n.º 2 do CP visa de algum modo constituir um *princípio geral* aplicável a todas as referências à pena de prisão quando esteja em causa uma pessoa colectiva, tendo por base a equivalência entre a danosidade de determinado bem jurídico provocada pelas pessoas singulares e pelas pessoas colectivas

Caso contrário, se entendermos que esta norma apenas faz referência à determinação da moldura penal e da pena concreta para as pessoas colectivas, à equiparação em sede de condenação e não nas demais referências que a lei penal faz em relação às penas, afastar-se-ia a susceptibilidade de aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas. Segundo esta consideração as normas que prevêm a aplicação das medidas de coacção não tratariam da determinação da moldura penal mas antes de um requisito concreto para a sua aplicação. Ora, tal entendimento não poderá ser admitido pois nesse caso estaríamos perante um favorecimento desmesurado das pessoas colectivas enquanto sujeito processual¹¹⁰.

Assim, mais uma vez pelo facto de o regime das medidas de coacção não ter sido pensado para ser aplicado às pessoas colectivas constituídas arguidas, e por falta de actualização e rigor do legislador nesse sentido, importa actuar com especial atenção e cuidado quando se trata de decretar uma medida de coacção a pessoa colectiva arguida.

A aplicação de medida de coacção que não tenha carácter detentivo - e por isso se coadune com a natureza da pessoa colectiva-, mas que depende do facto de o crime imputável ao arguido ser punido com pena de prisão, tem

¹⁰⁹Cfr. CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, p. 159.

¹¹⁰Cfr. INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, p. 70.

que ser considerada com especial cuidado e interpretada de modo a coadunar-se com a natureza da pessoa colectiva, através do modelo de equiparação de penas previsto no art. 90.º B n.º 2 do CP, - atendendo-se à referência a pena de prisão como cingida à moldura penal em abstracto, por ser inconcebível de aplicação, pela sua natureza, a pena de prisão.

Embora as medidas de coacção prevejam como condição de aplicação a previsível imputação ao arguido de um crime punível com pena de prisão, a aplicação dessas medidas às pessoas colectivas não pode ser considerada violadora do princípio da legalidade previsto nos termos do art.191.º do CPP. É certo que a pena de prisão, pelas suas características, não se compatibiliza com a natureza jurídica das pessoas colectivas, e nessa medida não lhes poderá ser aplicada. Como vimos, as penas aplicáveis às pessoas colectivas, conforme previstas no art. 90.º-A do CP, são as penas de multa e de dissolução

Ora, são imputáveis às pessoas colectivas os crimes previstos no art. 11.º, n.º2 do CP. Pela prática desses crimes, o arguido pode ser condenado em pena de prisão ou multa, sendo que estes tipos de penas surgem sempre em alternativa em todos os tipos de crime para os quais remete o art. 11.º, n.º2. Assim, quando estamos perante um arguido pessoa colectiva, ao qual seja previsivelmente imputado um dos crimes do art. 11.º, e surge a necessidade de aplicar medida de coacção para acautelar os efeitos do processo, a condição de aplicação da medida de coacção associada à medida da pena, refere-se a uma moldura penal em abstracto, cabendo depois ao aplicador do direito determinar em concreto, no momento da condenação, a espécie e a medida da pena.

Estando em causa uma pessoa colectiva, nos tipos incriminadores que prevêem pena de prisão ou pena de multa, naturalmente que a pena previsível de vir a ser aplicada será a pena de multa face à equivalência operada pelo mecanismo de equiparação de penas do art.90.º-B do CP, ou à própria alternativa fornecida pelo próprio tipo incriminador.

Concluindo, quando uma pessoa colectiva estiver indiciada pela prática de um dos crimes previstos no art. 11.º do CP e nestes termos seja constituída arguida num processo, na determinação da medida de coacção aplicável -

excluindo-se a possibilidade de aplicação das medidas de coacção de índole detentiva por incompatíveis com a natureza da pessoa colectiva-, deverá o juiz atender à moldura penal em abstracto e proceder ao modelo de equiparação entre as penas previstas para as pessoas singulares e à sua correspondência para aplicação às pessoas colectivas, nos termos previstos no art. 90.º-B do CP. Deste modo, o leque de medidas de coacção aplicáveis às pessoas colectivas será mais abrangente, permitindo uma melhor salvaguarda da prossecução do processo penal, quando este apenas possa ser assegurado pela aplicação de medida de coacção.

PARTE II: MEDIDAS DE COACÇÃO DE CARÁCTER DETENTIVO E A INAPLICABILIDADE ÀS PESSOAS COLECTIVAS

Da natureza jurídica da pessoa colectiva, em termos consensuais na doutrina, resulta que esta não se coaduna com a aplicação de medidas de coacção de carácter detentivo, nesta medida não lhe poderão ser decretadas a obrigação de permanência na habitação, prevista no art. 201.º do CPP ou a prisão preventiva, prevista no art. 202.º do CPP ¹¹¹.

Consagradas estas duas medidas de coacção como as mais gravosas da panóplia de medidas de coacção constantes do regime processual penal português, as mesmas visam a privação da liberdade individual e ambulatoria, características que as pessoas colectivas não possuem e como tal não podem ser limitadas quanto a estas.

Mais, além da concretização prática destas medidas de coacção não se harmonizar com a natureza jurídica das pessoas colectivas, os seus fundamentos, ou aquilo que se pretende acautelar, nos termos do art. 201.º e 202.º CPP também não se verificam quando estão em causa arguidos pessoas colectivas.

Este entendimento resulta da natureza jurídica da pessoa colectiva e é reforçado pelo paralelismo que se pode fazer com a aplicação do art. 90.º-A, n.º 1 do CP, em relação à pena aplicável. A norma do art. 90.º-A, n.º 1 do CP determina expressamente que apenas são aplicáveis às pessoas colectivas, em sede de condenação, as penas de multa ou dissolução, sendo certo que estas são as únicas que se coadunam com a sua natureza jurídica.

Note-se que estamos a referir a responsabilidade criminal da pessoa colectiva, que neste sentido foi constituída arguida, e não dos representantes da pessoa colectiva, que podem ser responsabilizados a par da pessoa colectiva, visto que a responsabilidade das pessoas colectivas não exclui a responsabilidade individual dos agentes nem depende da responsabilização

¹¹¹Cfr. CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, p. 159.

deste nos termos do art. 11.º, n.º 7 do CP, que enquanto pessoas singulares, podem ser sujeitos a medidas de coacção de índole detentiva.

Do supra exposto resulta que as medidas de coacção privativas da liberdade, entendidas numa vertente física, como a obrigação de permanência na habitação e a prisão preventiva, não se coadunam com os arguidos pessoas colectivas, atento à sua natureza, e nesta medida não lhe poderão ser aplicadas¹¹².

É certo que, quando está em causa arguido pessoa colectiva, não se verificam os fundamentos e obrigações resultantes da aplicação destas medidas de coacção, designadamente a imposição da obrigação de não se ausentar, ou de não se ausentar sem autorização, da habitação em que de momento resida ou em instituição de apoio social ou à saúde, bem como o recurso a meios técnicos de controlo à distância, nos termos do art. 201.º do CPP. Conforme será referido adiante, a equivalência à residência das pessoas singulares, nas pessoas colectivas será a sede ou o local onde habitualmente funciona a sua administração e actividade e onde poderá ser contactada. A possibilidade de ausentar-se é incompatível com a natureza da pessoa colectiva, a não ser nos termos explicitados aquando da análise do requisito de *fuga ou perigo de fuga*, como requisito necessário para se admitir a aplicação de medida de coacção.

Por outro lado, também não se coaduna com a natureza das pessoas colectivas a possibilidade de serem sujeitas a prisão preventiva ou internamento preventivo em hospital psiquiátrico, conforme previsto no art. 202.º do CPP.

Assim, além de não ser possível conceber a possibilidade de aplicação destas medidas de coacção às pessoas colectivas, atendendo aos respectivos fundamentos e modo de concretização, tal não corresponde à realidade das pessoas colectivas enquanto entidades. As finalidades pretendidas com estas medidas também nunca se verificariam nos casos de uma eventual ponderação (impossível) destas medidas de coacção às pessoas colectivas arguidas e por

¹¹²Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, pp.91 e 92.

isso é de rejeitar a hipótese de aplicação das medidas de coacção de obrigação de permanência na habitação e de prisão preventiva às pessoas colectivas arguidas em processo penal.

Sempre que em processo estejam constituídas arguidas pessoas singulares e pessoa colectiva, sendo certo que a responsabilidade de cada um dos agentes é autónoma, admite-se que seja aplicada à pessoa singular medida de coacção privativa da liberdade, devendo a pessoa colectiva ficar submetida a outra medida de coacção, que garanta as finalidades do processo e que se coadune com a sua natureza jurídica.

PARTE III: ANÁLISE DA APLICABILIDADE DE CADA MEDIDA DE COACÇÃO EM CONCRETO ÀS PESSOAS COLECTIVAS ARGUIDAS

3. Termo de Identidade e Residência - TIR

O TIR, previsto no art. 196.º do CPP, é uma medida de coacção obrigatoriamente aplicável a *todo aquele que for constituído arguido*¹¹³.

O CPP organiza as várias medidas de coacção, desde o termo de identidade e residência até à prisão preventiva, graduando-as em função da sua gravidade aferida por referência à pena previsivelmente aplicável ao crime indiciado¹¹⁴. A medida de coacção de TIR, atendendo à organização hierarquizada das medidas de coacção em razão da sua gravidade – previstas de modo crescente do ponto de vista da limitação dos direitos fundamentais do arguido – afigura-se como a medida de coacção menos gravosa prevista no CPP. Aliás, por um lado, esta é a única medida de coacção que pode ser imposta em qualquer processo a todo aquele que for constituído arguido, independentemente da espécie e gravidade da pena aplicável e, por outro lado,

¹¹³Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 196.º do CPP.

¹¹⁴Cfr. FERNANDO GONÇALVES E MANUEL JOÃO ALVES, *As Medidas de Coacção no Processo Penal Português*, p.64

é a única medida de coacção que pode ser aplicada por qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal.

Daqui resulta que o TIR constitui uma excepção aos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade dado que o único requisito para a sua aplicação é a constituição de arguido.

As características próprias e atípicas do TIR, que o distinguem das demais medidas de coacção têm conduzido à discussão da natureza do TIR no sentido de saber se esta medida constitui uma medida de coacção ou uma medida administrativa.

Uma parte da doutrina defende que o TIR não constitui uma verdadeira medida de coacção mas antes uma obrigação, um dever ou sujeição que resulta da própria situação de arguido. Este entendimento fundamenta-se na obrigatoriedade da aplicação do TIR a todo aquele que for constituído arguido bem como ao facto de esta medida poder ser aplicada por autoridade judiciária ou por órgão de polícia criminal, distinguindo-se assim de todas as outras medidas de coacção que devem ser aplicadas pelo juiz mediante proposta do MP.

Por outro lado, a corrente doutrinária e jurisprudencial oposta, que no meu entender deve ser seguida, defende que o TIR é uma verdadeira medida de coacção conforme resulta da sua inserção sistemática no CPP¹¹⁵ e atendendo ao seu papel fundamental no âmbito das notificações e comunicações com o arguido por forma a garantir a regularidade do andamento do processo, finalidade essa que está subjacente e justifica a previsão de todas as medidas de coacção.

Ao contrário das demais medidas de coacção que são decretadas pelo juiz mediante proposta do MP o TIR pode ser aplicado por qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal¹¹⁶, mas isso não determina que o TIR não seja uma medida de coacção propriamente dita.

¹¹⁵Ac. Tribunal da Relação de Coimbra – Proc. n.º 17/06.1GBTNV.C1, Relator José Eduardo Martins, disponível em www.dgsi.pt.

¹¹⁶Cfr. FERNANDO GONÇALVES E MANUEL JOÃO ALVES, *As Medidas de Coacção no Processo Penal Português*, p.82 – considera que a atribuição de competência aos OPC's para aplicar a medida de coacção de TIR é de duvidosa constitucionalidade por violar o n.º4 do art. 32.º da

Conforme supra mencionado, as pessoas colectivas são susceptíveis de serem constituídas arguidas em processo pela prática dos crimes previstos no art. 11.º do CP.

Com base no carácter residual obrigatório desta medida de coacção, deverá admitir-se que a finalidade do TIR admite interpretação extensiva às pessoas colectivas, embora se reconheça que na sua previsão existem algumas irregularidades e dificuldades de aplicação às pessoas colectivas, conforme veremos adiante.

Assim, a doutrina maioritária entende que o TIR pode ser aplicado à pessoa colectiva visto que, por um lado a aplicação desta medida de coacção não tem carácter privativo da liberdade e, por outro lado, o TIR é obrigatoriamente aplicável a todo aquele que seja constituído arguido, sob pena de nulidade nos termos do art.120.º, n.º2, alínea d), do CPP¹¹⁷. Pelo que, à partida, não haverá razão para que o TIR não possa ser aplicado à pessoa colectiva aquando da sua constituição como arguida, segundo o art. 196.º do CPP.

Acresce ainda que as razões de necessidade de contacto e comunicação das autoridades com os arguidos no processo implicam a sujeição ao regime do TIR das pessoas colectivas constituídas arguidas¹¹⁸.

De facto, a finalidade do TIR prende-se com a possibilidade de notificar o arguido através de via postal simples, nos termos do art. 196.º, n.º 2, alínea c), facilitando assim a comunicação entre as autoridades judiciais e o arguido

CRP. Este preceito constitucional impede a prática de actos instrutórios que se prendam directamente com os direitos fundamentais por entidade diferente do juiz.

¹¹⁷Neste sentido, CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, pp. 159-160, NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, pp. 88-90, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 196º nº 1 e INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, p.70 e ssg.

Em sentido inverso, FERNANDO GONÇALVES E MANUEL JOÃO ALVES, *As Medidas de Coacção no Processo Penal Português*, p.82 – entende que a não sujeição a TIR assim que há constituição de arguido constitui mera irregularidade processual, prevista nos termos do art. 118.º n.º 2 do CPP, cuja reparação pode ser ordenada oficiosamente logo que dela se tome conhecimento, e consequentemente determinando-se a sujeição do arguido a TIR, de acordo com o art. 123.º n.º2 do CPP.

¹¹⁸Cfr. Ac. Tribunal da Relação do Porto n.º 1223/07.7TAVCD-A.P1, de 10 de Novembro (Relator Ernesto Nascimento), disponível em www.dgsi.pt.

e consequentemente permitir a celeridade processual. Esta notificação através de via postal simples tem algumas especificidades que veremos adiante.

O modo de prestação do TIR quando aplicado a pessoas colectivas não é linear nem isento de obstáculos, principalmente no que respeita à aplicação prática das obrigações previstas pelo TIR às pessoas colectivas.

O primeiro problema suscitado no âmbito da aplicação do TIR à pessoa colectiva arguida prende-se, desde logo, com a designação desta medida de coacção como *termo de identidade e residência*. Atendendo à designação fica imediatamente a ideia de que aquele que seja constituído arguido, e portanto esteja obrigado a prestar TIR, terá de disponibilizar informações sobre a sua identificação e residência para efeitos de contacto.

Ora, mais uma vez a natureza das pessoas colectivas não se coaduna com a simples aplicação da medida de coacção, tal qual como está prevista no art. 196.º do CPP, procedendo-se apenas à interpretação declarativa da norma. Demonstra-se inevitável recorrer à interpretação extensiva na medida em que o sentido lógico da norma ultrapassa o sentido literal, circunscrito contudo ao teor literal máximo possível de ser atribuído às palavras utilizadas na norma. Assim, a pessoa colectiva presta um termo de identidade onde refere a morada de localização da sua sede ou local onde normalmente funciona a administração para efeitos de aí ser contactada, bem como a sua identificação com o nome pelo qual estará registada^{119 120}.

No âmbito da prestação do termo de identidade e sede, no caso das pessoas colectivas na sua modalidade de sociedades comerciais, por exemplo, o que deve ser indicado para efeitos de cumprimento desta medida de coacção são os elementos de menção obrigatória nos actos externos, previstos no art. 171.º do CSC, nomeadamente a firma, o tipo, o objecto, a sede, a conservatória do registo onde se encontram registadas, o número de matrícula

¹¹⁹Por exemplo, se estivermos perante uma sociedade comercial deverá identificar o nome da sociedade registado na conservatória do registo comercial assim como as demais informações previstas no art. 171.º do CSC.

¹²⁰Cfr. INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, p. 70 e ssg. e NUNO CASTRO LUIÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, pp. 88-90

e de identificação, o capital social e eventualmente regras sobre o exercício social e a dissolução¹²¹.

Estes elementos serão devidamente adaptados quando a pessoa colectiva constituída arguida não seja sociedade comercial, sendo certo que a indicação da designação da pessoa colectiva conforme registada, o número de identificação de pessoa colectiva, morada da sede e a identificação do representante legal são elementos que, por maioria de razão, deverão ser obrigatoriamente prestados em sede de cumprimento da medida de coacção de TIR.

Numa perspectiva de adaptação do TIR às pessoas colectivas arguidas, e para que lhes possam ser exigidas as obrigações resultantes desta medida de coacção, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE sugere que se considere que as *obrigações do termo de identidade são as seguintes: a. Indicar os elementos da sua identificação social e a sua sede; b. Indicar uma morada à escolha (a sua sede, o local onde normalmente funciona a administração ou outra morada) onde possa ser notificada mediante via postal simples; c. não mudar de sede ou de local onde normalmente funciona a administração sem comunicar a sua nova sede ou local; d. Indicar o seu legal representante perante a autoridade competente sempre que a lei a obrigar ou para tal for devidamente notificada.*¹²² De facto, consideramos que é este o percurso a seguir pelo legislador aquando da alteração tão exigível do regime processual penal e sua consequente adaptação à responsabilização criminal das pessoas colectivas, já prevista no CP desde 2007.

Assim, um dos problemas de aplicação desta medida de coacção às pessoas colectivas arguidas prende-se com as obrigações previstas pelo TIR, visto que foram pensadas essencialmente para as pessoas singulares arguidas e por isso podem demonstrar-se incongruentes com a natureza jurídica das pessoas colectivas.

¹²¹Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO (coordenação), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, comentário ao art. 9.º e 171.º do CSC.

¹²²PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 196º do CPP.

No que respeita ao modo de prestação do TIR, cumpre explicar algumas das suas especificidades sempre que o arguido sujeito ao TIR seja uma pessoa colectiva.

Em primeiro lugar, refira-se a obrigação de comparecer perante a autoridade judiciária, prevista nos termos do art. 196.º, n.º 3, alínea a) do CPP. No respeitante a esta obrigação, embora CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA¹²³ considere que possa ter aplicação directa às pessoas colectivas, em termos práticos não há uma obrigação real, podendo apenas ser cumprida pelo representante legal através da representação.

O TIR aplicado a pessoa colectiva é prestado na pessoa do seu representante legal e em nome da pessoa colectiva. Tal significa que, muito embora o representante legal da pessoa colectiva possa ser alterado no decurso do processo, não se verificará em consequência dessa alteração qualquer problema para o processo, uma vez que o novo representante assumirá as obrigações inerentes ao TIR em nome da pessoa colectiva.

Todas as obrigações assumidas pelo representante legal em sede de TIR aplicado à pessoa colectiva são exercidas em nome da pessoa colectiva e todos os dados necessariamente fornecidos dizem também respeito à pessoa colectiva arguida¹²⁴.

Afasta-se de todo a possibilidade de o representante da pessoa colectiva estar sujeito às obrigações impostas pelo TIR, pessoalmente, de modo tal que isso constitua uma forte e inadmissível limitação da sua liberdade pessoal. A imposição de tais obrigações à pessoa do representante da pessoa colectiva, implicaria uma limitação inadmissível de direitos fundamentais do representante que não possui a qualidade de arguido, sendo a pessoa colectiva que detém essa qualidade¹²⁵. Estaríamos perante uma violação clara do art. 18.º, n.º2 da CRP, visto que implicaria atingir o núcleo essencial de um

¹²³Cfr. CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, p. 160.

¹²⁴Cfr. INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, pp. 67-69

¹²⁵Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, pp. 88-90, que defende, por exemplo, que é inadmissível e nem faz sentido que se obrigue o representante legal da pessoa colectiva a não mudar de residência ou a não se ausentar sem comunicar ao processo essa ausência.

direito fundamental para protecção de outros direitos, mas de forma desproporcional e inexigível.

De facto, é a pessoa colectiva a arguida no processo e não o representante¹²⁶. Ainda que seja o representante, em nome da pessoa colectiva arguida, a prestar o TIR, os dados devem ser referentes à pessoa colectiva e os efeitos também. Só neste pressuposto pode um TIR da pessoa colectiva manter-se válido, mesmo quando o representante que o prestou venha a ser substituído por outro.

Todavia, as obrigações impostas pelo TIR, atento às devidas adaptações para poderem ser aplicadas à pessoa colectiva, têm subjacentes efeitos diferentes das obrigações impostas pelo TIR nos exactos termos literalmente previstos na lei e pensados para serem aplicados às pessoas singulares.

No que respeita à obrigação prevista na alínea b) do n.º 3 do art. 196.º, de não mudar de residência nem dela se ausentar por mais de 5 dias sem comunicar a nova residência ou local onde o arguido pode ser encontrado, cumpre proceder à sua aplicação através da interpretação extensiva quando está em causa um arguido pessoa colectiva.

Neste caso, estaremos antes a referir-nos à sede, nos termos do art. 231.º, n.º3 do CPC, em vez de residência, e a alteração da residência de uma pessoa singular tem efeitos muito distintos da alteração da sede de uma pessoa colectiva. A proibição de alteração de sede ou residência, sem a respectiva comunicação às autoridades competentes constitui uma forte limitação à liberdade ambulatoria. Contudo, esta limitação tem um impacto mais forte em relação às pessoas singulares por constituir uma restrição a um dos seus direitos fundamentais.

Aliás, a prestação do TIR não impede que a pessoa colectiva - ou mesmo a pessoa singular – pretenda alterar a sua sede, em virtude de

¹²⁶Ac. Tribunal da Relação do Porto n.º 1223/07.7TAVCD-A.P1, de 10 de Novembro (Relator Ernesto Nascimento), disponível em www.dgsi.pt.

estratégias de mercado ou necessidade associada ao desenvolvimento da sua actividade.

Explicitando, independentemente do facto de ter ou não prestado TIR a pessoa colectiva tem sempre a possibilidade de mudar de sede, ou decidir deslocalizar-se, tendo em conta a estrutura física, logística e humana que a suporta. Na verdade, a alteração de sede de determinada pessoa colectiva não tem nem os mesmos efeitos nem a mesma natureza do que a mudança de residência de um cidadão¹²⁷.

A alteração da sede de uma pessoa colectiva pode significar a deslocação dos fundos e do património da pessoa colectiva, podendo com esta estratégia de gestão frustrar as finalidades processuais, prejudicar a investigação e o decurso das fases probatórias e, conseqüentemente, impossibilitar o cumprimento da pena em caso de condenação, estando assim associada ao perigo de fuga, requisito de aplicação das medidas de coacção a verificar no momento da sua aplicação, conforme previsto nos termos do art. 204.º do CPP.

Por outro lado, a alteração da sede da pessoa colectiva também pode afigurar-se, no decurso do processo, como uma necessidade da pessoa colectiva, para a continuação e desenvolvimento da sua actividade e como um investimento resultante de um plano estratégico de gestão para a empresa em causa. Ora, a proibição de alterar a localização da sede poderá constituir em certos casos uma forte limitação à liberdade de estabelecimento do arguido pessoa colectiva, que em virtude desta obrigação coloca em causa a gestão da pessoa colectiva e conseqüentemente os resultados positivos da sua actividade, podendo implicar prejuízos logísticos, patrimoniais e ao nível dos recursos humanos para a pessoa colectiva.

Neste sentido, as situações de admissibilidade da alteração da sede deverão ser aferidas atendendo aos casos concretos, mantendo-se porém a obrigação de comunicar a localização da nova sede, ou local onde possa ser notificada por via postal simples para efeitos de processo.

¹²⁷Cfr. CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, p. 160.

O incumprimento pelo arguido das obrigações impostas pelo TIR legítima, por um lado, a sua representação por defensor, em todos os actos processuais em que tenha o direito ou o dever de estar presente¹²⁸, e por outro lado, a possibilidade de realização de audiência de julgamento na ausência, nos termos do art. 333.º do CPP.

A norma prevista no art. 196.º, n.º 3, alínea d) do CPP levanta algumas questões, uma vez que a presença do arguido pessoa colectiva se faz na pessoa do seu representante no processo. Caso o representante da pessoa colectiva sujeita a TIR não compareça em audiência - embora tenha sido devidamente notificado para o efeito -, é possível a realização da audiência de julgamento se estiver presente o respectivo defensor. Estando presente o defensor da pessoa colectiva arguida há lugar ao julgamento na ausência do arguido, apesar do seu representante, devidamente notificado para o efeito, não ter comparecido.

A representação da pessoa colectiva em juízo, conforme o disposto no art. 163.º, n.º 1 do CC, cabe a quem os estatutos determinarem ou, na falta de estipulação estatutária, à administração ou a quem por ela for designado. Nesta medida, a *presença* da pessoa colectiva em litígio concretiza-se através da comparência em juízo do representante da pessoa colectiva enquanto tal.

Importa também explicar que o TIR visa resolver alguns dos problemas das notificações e garantir o contacto e comunicação do arguido com o processo. Todavia, não se afigura facilmente aplicável o actual modelo do TIR às pessoas colectivas, sem ser necessário recorrer à interpretação extensiva e a engenhosas adaptações, como a que vimos supra, cuja concretização implica que já estejamos perante coisa muito diversa dos exactos termos do TIR previstos no art. 196.º CPP¹²⁹. Por um lado, o aplicador do direito terá de recorrer à interpretação extensiva para aplicar o TIR às pessoas colectivas, na medida em que esta medida de coacção é obrigatoriamente aplicada a todo aquele que é constituído arguido mas, por outro lado, esta interpretação

¹²⁸Significa que, uma vez incumpridas as obrigações impostas pelo TIR, basta a representação por defensor nos actos em que o arguido tinha o direito ou o dever de estar presente, não ficando o acto processual adiado por falta de comparecimento do arguido.

¹²⁹CARLOS ADÉRITO TEIXEIRA, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista do CEJ*, pp. 159 - 161

extensiva tem que ser realizada com especial atenção para que não se ultrapasse o sentido literal máximo possível da norma.

Ora, adaptar o que está legalmente previsto para proceder à sua aplicação às pessoas colectivas já não é aplicar o que está previsto literalmente, e poder-se-á estar perante uma situação mais ou menos ténue de violação do princípio da legalidade, conforme a adaptação feita desta norma para que seja aplicada às pessoas colectivas e caso extravase os limites da interpretação extensiva. Ou seja, uma aplicação mais desfasada de sentido ou que se afaste mais dos termos da lei para permitir a adaptação das obrigações previstas em sede de TIR às pessoas colectivas poderá, em certos casos, colocar o aplicador do direito, ou o intérprete, em risco de violar o princípio da legalidade.

Da análise do regime do TIR e correspondente aplicação às pessoas colectivas é possível concluir que, salvo o devido respeito, estamos perante uma *esquizofrenia* legislativa, nos termos da qual existe uma medida de coacção obrigatoriamente aplicada a todos aqueles que forem constituídos arguidos, incluindo as pessoas colectivas cuja criminalidade pela qual podem ser responsabilizadas tem vindo a ser consagrada legalmente ao longo do séc. XX e XXI, chegando ao CP em 2007. Neste sentido, as pessoas colectivas podem ser constituídas arguidas, caso se verifique a existência de fortes indícios pela prática dos crimes que lhes são imputáveis. Uma vez constituídas arguidas, são necessariamente sujeitas a TIR.

Paradoxalmente, a medida de coacção de TIR de aplicação obrigatória a todos aqueles que sejam constituídos arguidos não foi, na sua génese, concebida em termos literais para ser aplicada às pessoas colectivas – tal como nenhuma das outras medidas de coacção o foi. Prova disso mesmo é a formulação das obrigações associadas à prestação de TIR, nos termos das alíneas do n.º 3 do art. 196.º do CPP e a própria designação da medida de coacção.

Embora seja reduzida a jurisprudência a pronunciar-se sobre este assunto, o Tribunal da Relação do Porto veio afirmar que existe um desfasamento legislativo claro entre a regra da responsabilidade criminal das

peças colectivas e a omissão de previsão e regulamentação do correspondente regime processual penal¹³⁰.

No entendimento deste tribunal, o TIR pode ser aplicado a uma sociedade, embora a questão tenha de ser tratada com as devidas adaptações através da interpretação extensiva e cingida aos seus limites, atendendo à natureza das peças colectivas bem como às próprias finalidades desta medida de coacção.

Neste âmbito, desde que em relação às peças colectivas arguidas se verifiquem as mesmas necessidades de contacto e de comunicação das autoridades com os arguidos, que justifiquem a aplicação do TIR, este tribunal vem admitir o recurso à analogia para aplicar, com as devidas adaptações, o regime do TIR, presente no art.196.º do CPP.

Todavia, considerando a proibição de recurso à analogia em direito penal, com fundamento no princípio da legalidade, conforme foi explicitado em 2.2, defendemos que a adaptação das obrigações associadas ao TIR para serem aplicadas às peças colectivas têm que ser feitas dentro dos limites da interpretação extensiva, não podendo extravasar o sentido máximo possível das palavras da lei.

Assim sendo, deverá a pessoa colectiva prestar um TIR onde conste a sua identificação social, a sua sede ou local onde normalmente funciona a administração para aí poder ser contactada, competindo-lhe a obrigação de não os alterar sem comunicar os novos locais e ainda a indicação do seu representante legal.

O que não pode ser admitido é a situação de o representante legal da pessoa colectiva, pelo simples facto de o ser, subscrever o TIR nessa qualidade e serem-lhe aplicadas, com reflexos na sua esfera pessoal, as obrigações inerentes ao TIR prestado por arguido pessoa singular, como a proibição de mudar de residência ou desta se ausentar por mais de 5 dias sem comunicar a nova residência ou o lugar onde possa ser encontrado.

¹³⁰Cfr. Ac. Tribunal da Relação do Porto n.º 1223/07.7TAVCD-A.P1, de 10 de Novembro (Relator Ernesto Nascimento), disponível em www.dgsi.pt

Concluindo, no entendimento do Tribunal da Relação do Porto¹³¹, o TIR é obrigatório somente em relação àquele que for constituído arguido, nos termos do art. 196.º, n.º 1 do CPP.

Deste modo, o representante legal da pessoa colectiva arguida não é arguido e naturalmente não lhe poderá ser imposta directamente qualquer obrigação que não seja o reflexo imediato e directo dessa representação.

De tudo o exposto, é fácil concluir-se que a reforma do CP de 2007 não teve os efeitos desejados em sede de processo penal e consequentemente não foram realizadas as devidas adaptações das medidas de coacção existentes em relação à realidade das pessoas colectivas. Daqui resulta que a manutenção do regime actual do TIR, sem a intervenção legislativa no sentido de fazer a correspondência da lei processual penal com a responsabilidade das pessoas colectivas prevista na lei penal substantiva, não é a melhor solução nesta sede. Ou seja, a falta de adequação das medidas de coacção à natureza da pessoa colectiva arguida, associada ao receio de violação do princípio da legalidade e tipicidade na interpretação extensiva das medidas de coacção para que possam ser aplicadas às pessoas colectivas, implica que estas possam ser beneficiadas enquanto arguidas em relação às pessoas singulares, frustrando-se assim as finalidades essenciais do regime das medidas de coacção.

4. Caução

A caução é a segunda medida de coacção taxativamente graduada no sentido organização hierarquizada das medidas de coacção em razão da sua gravidade – previstas de modo crescente do ponto de vista da limitação dos direitos fundamentais do arguido – e está consagrada no art. 197.º do CPP.

Esta medida de coacção consiste numa garantia patrimonial imposta ao arguido para garantir o cumprimento dos seus deveres processuais. Do incumprimento desses deveres resulta a quebra da caução, revertendo o seu valor para o estado, nos termos do disposto no art. 208.º do CPP.

¹³¹Cfr. Ac. Tribunal da Relação do Porto n.º 1223/07.7TAVCD-A.P1, de 10 de Novembro (Relator Ernesto Nascimento), disponível em www.dgsi.pt

Neste âmbito, a caução exige ao arguido as seguintes obrigações: colocar à ordem do processo uma quantia, por meio de depósito, penhor, hipoteca, fiança bancária ou fiança; comparecer perante a autoridade competente ou manter-se à disposição desta sempre que a lei obrigar ou para tal for devidamente notificado; não perturbar o decurso do processo, criando perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova, não continuar a actividade criminosa nem perturbar a paz pública gravemente¹³².

Atendendo à natureza e estrutura material das pessoas colectivas, bem como às obrigações impostas ao arguido pela aplicação desta medida de coacção, poderá considerar-se que a caução, prevista nos termos do art. 197.º do CPP, é susceptível de aplicação directa à pessoa colectiva arguida, através de interpretação extensiva, embora menos complexa do que a que se exige para o caso de outras medidas de coacção.

De facto, parte da doutrina considera que a caução é a medida de coacção que melhor se compatibiliza com a natureza jurídica das pessoas colectivas pelo que se admite a respectiva aplicação. As obrigações associadas à prestação de caução coadunam-se com a natureza da pessoa colectiva uma vez que podem ser concretizadas através de depósito em valor ou em bens.

Contudo, uma situação como por exemplo a insolvência de uma pessoa colectiva poderá frustrar o cumprimento desta medida de coacção¹³³. Por outro lado, face a cada caso concreto, a prestação de caução pode ser insuficiente para assegurar as finalidades pretendidas, no sentido de garantir o cumprimento dos deveres processuais do arguido.

Inversamente, outra corrente doutrinária considera que a caução não pode ser aplicada a pessoas colectivas, pois prevê como condição que o crime imputado ao arguido seja punido com pena de prisão. Ora, conforme explicitado em 2.6, esta referência deve apenas ser considerada como moldura

¹³²PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 197º do CPP.

¹³³Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, pp. 88-90 - Por economia de tempo e espaço não será desenvolvido o tema da prestação de caução em caso de insolvência da pessoa colectiva.

penal abstracta, tendo primeiro de se recorrer ao tipo de ilícito, de entre os crimes imputáveis às pessoas colectivas no art. 11.º do CP, e determinar em concreto a modalidade e a medida da pena.¹³⁴

Além disso, já vimos que, para a aplicação das medidas de coacção, o modelo de equipação previsto no art. 90.º-B do C.P deverá ser tomado em consideração relativamente às referências à pena de prisão pelos crimes indiciados.

PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE considera que a caução não pode ser aplicada a pessoa colectiva arguida porque as obrigações decorrentes desta medida de coacção apenas têm cabimento no âmbito da natureza de uma pessoa singular e considera que não faz sentido imputar-se à pessoa colectiva o dever de não se ausentar, por não se coadunar com a sua natureza¹³⁵.

No entanto, afastamo-nos neste ponto do entendimento de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE e observando as obrigações inerentes à caução¹³⁶, consideramos que esta medida de coacção pode ser aplicada à pessoa colectiva arguida, sem ser necessário proceder a grandes adaptações, salvo no que concerne à obrigação de comparecer perante autoridade que, à semelhança do que acontece com o TIR, só pode ser concretizado através de representação legal. Nestes termos, no caso da imposição de medida de coacção de prestação de caução à pessoa colectiva não lhe é aplicável a obrigação de comparecer perante autoridade na medida em que, essa obrigação teria efeitos desproporcionados na liberdade individual e ambulatoria do representante legal, através do qual a obrigação pode ser cumprida.

O carácter essencialmente material ou patrimonial que está subjacente à caução – uma vez que a mesma se concretiza pela disponibilização à ordem do processo de determinada quantia em dinheiro - permite que esta seja compatível com a natureza das pessoas colectivas e, nesta medida, poderá ser decretada a pessoa colectiva constituída arguida, de modo a salvaguardar o

¹³⁴Caso o arguido seja pessoa colectiva, a pena a que estará sujeito é necessariamente a pena de multa ou dissolução, nos termos do art. 90.º-A, n.º1 do CP.

¹³⁵Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 197º do CPP.

¹³⁶Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 197º do CPP.

cumprimento dos deveres processuais. Ou seja, com a prestação de caução pela pessoa colectiva, mesmo em caso de insolvência ou descapitalização da mesma no decurso do processo, o cumprimento dos deveres processuais fica assegurado.

Atendendo aos crimes imputáveis às pessoas colectivas, nos termos do art. 11.º, n.º 2 do CP, e àquilo que se poderá pretender acautelar em concreto no processo, pela sujeição do arguido a medida de coacção que limite a sua liberdade patrimonial, será preferível optar-se pela aplicação da medida de garantia patrimonial de caução económica prevista no art. 227º do CPP¹³⁷, uma vez que, no mínimo, serão alcançados os mesmo efeitos do que com a caução prevista no art. 197º do CPP e sem que se verifique o perigo de impugnação da aplicação desta medida, por não se verificarem cumpridos todos os seus requisitos.

Como vimos para o caso do TIR, as adaptações das medidas de coacção para serem aplicadas às pessoas colectivas correm sempre o risco de se aproximarem da violação do princípio da legalidade, por ultrapassarem os limites da interpretação extensiva.

¹³⁷As medidas de coacção e as medidas de garantia patrimonial são providências de carácter cautelar e processual, limitadoras da liberdade do arguido a fim de assegurar o decurso do processo penal sem incidentes. Contudo, as medidas de coacção distinguem-se das medidas de garantia patrimonial atendendo aos pressupostos que fundamentam a sua aplicação. Por um lado, as medidas de coacção são aplicáveis sempre que exista fuga ou perigo de fuga do arguido, perigo para a perturbação do decurso das fases de investigação do processo penal, perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova e ainda perigo em razão da natureza e circunstâncias do crime ou personalidade do arguido, de perturbação da ordem pública ou continuação da actividade criminosa, nos termos do art. 204.º do CPP. Por outro lado, as medidas de garantia patrimonial são aplicáveis sempre que exista receio de que falem ou diminuam substancialmente as garantias de pagamento de pena pecuniária, custas, ou qualquer outra dívida para com o Estado ou receio de que falem ou diminuam substancialmente as garantias de pagamento de indemnização ou outras obrigações civis derivadas do crime, nos termos do art. 227.º do CPP. Nestes termos, a Caução prevista no art. 197.º do CPP é uma medida de coacção que consiste na obrigação de colocar à ordem do processo uma quantia, por meio de depósito, penhor, hipoteca, fiança bancária ou fiança, comparecer perante a autoridade competente ou manter-se à disposição sempre que a lei o obrigar ou para tal for devidamente notificado, não perturbar o decurso do processo, criando perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova, não continuar a actividade criminosa e não perturbar a paz pública gravemente. Esta pode ser aplicada sempre que se verifique qualquer um dos perigos previstos no art. 204.º do CPP. Relativamente à Caução Económica, é uma medida de garantia patrimonial que visa assegurar o pagamento da pena pecuniária das custas do processo ou qualquer outra dívida para com o Estado, relacionada com o crime ou o pagamento da indemnização ou de outras obrigações civis derivadas do crime, nos termos do art. 277.º do CPP.

Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário aos artigos 197º, 204.º e 277.º do CPP.

Consequentemente, caso as finalidades que se visam assegurar sejam compatíveis com a aplicação de medidas de garantia patrimonial, quando está em causa um arguido pessoa colectiva, será preferível a aplicação da caução económica prevista nos termos do art. 227.º do CPP, em vez da aplicação da medida de coacção de prestação de caução prevista no art. 197.º do CPP. Com efeito, pretende evitar-se a violação do princípio da legalidade resultante de uma interpretação da medida de coacção, para que esta possa ser aplicada à pessoa colectiva, que extravase o limite da interpretação extensiva, ou seja, o sentido máximo possível das palavras contidas na norma.

Concluindo, a caução poderá ser aplicada às pessoas colectivas arguidas, através de um processo de interpretação extensiva cingido ao sentido possível das palavras da norma, e não serve de limitação à aplicação desta medida de coacção a exigência especial do crime imputado ao arguido ser punido com pena de prisão, pelos termos supra exposto.

Por forma a salvaguardar qualquer risco de violação do princípio da legalidade, - e atendendo à melhor forma de assegurar as finalidades pretendidas de acordo com natureza das pessoas colectivas - deverá considerar-se preferível optar pela aplicação da medida de garantia patrimonial de prestação de caução económica. Na verdade, o que se pretende assegurar é que o arguido não dissipe os seus bens de modo a que em sede de condenação não seja possível obter o pagamento da pena pecuniária de multa, da indemnização civil ou das custas processuais, de acordo com o disposto no art. 227.º do CPP.

Deste modo, tendo em conta as finalidades da caução enquanto medida de coacção e da caução económica enquanto medida de garantia patrimonial e a respectiva natureza das pessoas colectivas, parece que a melhor forma de garantir o regular andamento do processo e assegurar que a possível condenação – por exemplo em pena de multa – não se frustrará em resultado da dissipação do património, será através da aplicação da medida de garantia patrimonial de caução económica, e não tanto pela medida de coacção de prestação de caução.

5. Obrigação de Apresentação Periódica

A medida de coacção de obrigação de apresentação periódica, prevista no art.198.º do CPP, tem como finalidade garantir a colaboração com a justiça e a não ausência do arguido, que possa comprometer o regular desenvolvimento do processo. O arguido sujeito a esta medida está obrigado a apresentar-se perante autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal em hora e data estabelecida.

Esta medida de coacção, tendo em atenção a natureza das pessoas colectivas e as obrigações implicadas por esta medida, será inaplicável à pessoa colectiva arguida. Por um lado, a execução da medida de coacção de obrigação de apresentação periódica implica uma restrição da *liberdade ambulatoria*¹³⁸ que a pessoa colectiva não tem, considerando a sua natureza. Por outro lado, será inadmissível impor ao legal representante da pessoa colectiva uma restrição dessa liberdade ambulatoria, por facto que não lhe é pessoalmente imputável.

De facto, não parece admissível a aplicação da medida de coacção de obrigação de apresentação periódica à pessoa colectiva visto que esta terá de ser cumprida através do representante legal da pessoa colectiva, o que implicará a limitação, única e exclusivamente, da liberdade do representante.¹³⁹ Desta forma, a aplicação desta medida de coacção atenta contra liberdade pessoal do representante legal, e põe em causa os limites constitucionais da restrição de direitos, imposto pelo art. 18.º e art. 26.º da CRP. Os critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade não se encontram preenchidos, o que releva para a não aplicação desta medida a pessoas colectivas na pessoa do seu representante legal.

No mesmo sentido, JORGE REIS BRAVO considera que esta medida de coacção pertence ao elenco das medidas de coacção com natural vocação

¹³⁸Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 197º do CPP.

¹³⁹Cfr. INÊS FERNANDES GODINHO, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU*, pp. 69 e 70.

para serem aplicadas às pessoas humanas, não se coadunando com a natureza jurídica das pessoas colectivas.¹⁴⁰

Acresce ainda que, a finalidade da medida nunca será plenamente garantida, se aplicada a pessoa colectiva, uma vez que será prestada pelo representante legal e portanto, a garantia de não ausência comprometedora do processo não poderá ser cabalmente assegurada com o representante, pois é da pessoa colectiva que se pretende obter tal garantia.

A ser aplicada uma medida com as finalidades da medida de coacção de apresentação periódica às pessoas colectivas, teria de existir uma medida adaptada à natureza própria do arguido pessoa colectiva, que nada teria que ver com o conteúdo do art. 198.º do CPP.¹⁴¹

Essa medida poderia consistir, por exemplo, numa perspectiva de *iuris constituendo*, na obrigação de apresentação periódica de elementos da vida empresarial que garantisse a continuidade da colaboração com a justiça, indiciasse a estabilidade jurídica da actividade social da pessoa colectiva e portanto constituiria um indício positivo de colaboração com os actos processuais.

Como foi referido, esta poderá ser uma proposta de *iuris constituendo* a levar a cabo pelo legislador no processo de adaptação urgente do regime processual penal em geral, e no regime da aplicação das medidas de coacção em especial, face à responsabilidade criminal das pessoas colectivas.

Porém, a imposição deste tipo de obrigações à pessoa colectiva, na medida em que de momento ainda não se encontram legalmente consagradas desta forma, traduziria mais do que uma interpretação extensiva dos termos da lei numa perspectiva de adaptação do regime às pessoas colectivas arguidas.

Na verdade, tal significaria um afastamento desmesurado dos termos da lei e estar-se-ia perante a flagrante violação do princípio da legalidade. Assim, o aplicador do direito tem que se limitar ao que está legalmente plasmado,

¹⁴⁰Cfr. JORGE DOS REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do CEJ*, p. 92.

¹⁴¹Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p. 90.

podendo aplicar as medidas de coacção através de um processo de interpretação extensiva, cujo limite máximo será o sentido literal possível da norma conforme resulta do princípio da legalidade, os demais princípios enformadores do processo penal em geral e o regime das medidas de coacção em especial.

Por outro lado, não será possível admitir que a obrigação de apresentação periódica seja uma medida de coacção aplicável a arguidos pessoas colectivas, também por força princípio da adequação.

No âmbito do respeito pelo princípio da adequação, na aplicação da medida de coacção terá que se verificar a idoneidade da medida aplicada para a satisfação das necessidades cautelares do caso. No caso concreto, a medida de coacção de obrigação de apresentação periódica demonstra-se inadequada às pessoas colectivas, quer porque não se coaduna com a sua natureza, quer por não se observar o cumprimento do princípio da adequação.

Assim, mais do que uma adaptação das normas do regime vigente para poderem ser aplicadas à pessoa colectiva arguido, impõe-se uma alteração legislativa, principalmente para se garantir o respeito pelo princípio da legalidade no âmbito da tipicidade das medidas de coacção.

Embora esta medida de coacção não tenha o carácter detentivo que se verifica no caso da medida de coacção de obrigação de permanência na habitação e prisão preventiva, é vincada por uma forte componente privativa da liberdade que teria efeitos inadmissíveis na pessoa do representante legal da pessoa colectiva.

Com efeito, a possibilidade de aplicação da medida de coacção de obrigação de apresentação periódica às pessoas colectivas deve ser afastada pois, por um lado, a sua aplicação sem adaptações de maior à natureza da pessoa colectiva resultariam na privação da liberdade do representante legal em proporções inadmissíveis e, por outro lado, a solução que cumpriria as finalidades desta medida de coacção – concebida a pensar na sua aplicação às pessoas singulares – quando está em causa uma pessoa colectiva extravasaria os limites da interpretação extensiva impostos pelo princípio da legalidade e

portanto pode apenas ser considerada como uma proposta de *iuris constituendo* a ser atendível pelo legislador.

6. Suspensão do exercício de funções, actividades ou direitos

A medida de coacção de suspensão do exercício de funções, actividades e direitos está regulada no art. 199.º do CPP e prevê, taxativamente, a possibilidade de suspensão de profissão, função ou actividade, pública ou privada e a suspensão do poder paternal, da tutela, da curatela, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito, sempre que a interdição do respectivo exercício possa vir a ser decretada em sede de condenação pelo crime imputado.

A presente medida de coacção também tem como condição de aplicação o facto de o crime imputável ao arguido ser punível com pena de prisão de máximo superior a 2 anos. Mais uma vez cumpre reforçar que estamos perante uma moldura penal a ser considerada em abstracto e que, caso o arguido seja pessoa colectiva, recorre-se aos métodos de equiparação de penas previsto no art. 90.º-B CP, conforme explicitado em 2.6.

Resolvida a questão da condição de aplicação associada à pena imputável, deverá considerar-se que a medida de coacção de suspensão do exercício de funções, actividades ou direitos poderá ser aplicada às pessoas colectivas arguidas nos aspectos em que é compatível com a sua natureza.

Todavia, só se considera que esta medida de coacção é aplicável ao arguido pessoa colectiva quando seja previsível que venha a ser decretada a interdição do exercício dessas actividades, funções ou direitos em sede de condenação. Por outro lado, estando em causa arguido pessoa colectiva é apenas aceitável a suspensão do exercício da actividade pública ou privada, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito, pois são as únicas situações compatíveis com a natureza jurídica da pessoa colectiva¹⁴².

A vertente doutrinária em que se integram JORGE DOS REIS BRAVO e PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, entende que apenas a medida de coacção de

¹⁴²Cfr. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 199º do CPP

suspensão do exercício de actividade, da administração de bens ou da emissão de títulos de crédito, nos termos do art.199.º do CPP, pode ser aplicada directamente ao arguida pessoa colectiva, por ser compatível com a natureza jurídica da arguida¹⁴³.

No que respeita ao princípio da proporcionalidade e adequação, salientamos que esta medida de coacção, quando aplicada ao arguido pessoa colectiva, tem de ser efectivada de forma bem mais exigente do que se for aplicada a arguidos singulares.

Explicitando, na perspectiva individual do arguido, a suspensão de funções constitui uma restrição do direito fundamental de liberdade de exercício de actividade e escolha da profissão, nos termos do art.58.º e 59.º da CRP.

Contudo, por comparação à obrigação de permanência na habitação ou à prisão preventiva, cuja concretização implica a restrição do direito à liberdade do arguido, a suspensão de actividades, funções e direitos não poderá ser considerada uma das medidas de coacção mais gravosa, surgindo graduada em quarto lugar no elenco previsto no CPP, das menos gravosas para as mais gravosas para os direitos do arguido.

Tendo em consideração o princípio da proporcionalidade, nos termos do art. 18.º da CRP, a privação da liberdade terá consequências mais gravosas do que a suspensão do exercício de actividades profissionais, por exemplo.

No que respeita à aplicação da medida de coacção de suspensão do exercício de actividades, funções ou direitos à pessoa colectiva, esta constitui a medida mais gravosa que pode ser aplicada à pessoa colectiva arguida, tendo em conta o enquadramento do regime actual das medidas de coacção.

Note-se que a suspensão de actividade impossibilita a existência material e funcional da pessoa colectiva enquanto empresa, e nesta medida

¹⁴³Neste sentido PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 199º do CPP e JORGE REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», p.94.

deverá ser considerada como a mais restritiva dos direitos das pessoas colectivas¹⁴⁴.

Com efeito, os direitos das pessoas colectivas limitados pela aplicação de medidas de coacção são essencialmente direitos de natureza patrimonial ou o direito à liberdade de exercício de actividade empresarial. A suspensão do exercício da actividade empresarial ou da emissão de títulos de crédito condiciona o regular funcionamento da pessoa colectiva submetida a esta medida de coacção, pois consequentemente implica a suspensão da actividade dos trabalhadores, das relações com fornecedores, actividade comercial, etc. De facto, a medida de coacção de suspensão de exercício de actividades e de emissão de títulos de crédito é aquela que tem como consequências a maior limitação da liberdade de exercício de actividade da pessoa colectiva e desta forma pode ser considerada como a mais gravosa de ser aplicada às pessoas colectivas¹⁴⁵.

Ora, a suspensão do exercício de actividade de uma empresa poderá implicar consequências muito gravosas para os trabalhadores dessa pessoa colectiva, prejuízos no volume de negócios, na logística e funcionamento que poderá conduzir a pessoa colectiva a uma situação de insolvência ou à sua dissolução, o que só se deverá verificar em sede de condenação. Esta situação pode mesmo implicar que as finalidades do processo se frustrem, visto que quando em sede de condenação seja aplicada à pessoa colectiva pena de multa ou de dissolução, a inactividade da pessoa colectiva frustrará o cumprimento dessa pena.

¹⁴⁴Cfr. JORGE MIRANDA E RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, comentário ao art. 12.º da CRP - A lei fundamental, nomeadamente no art.12.º, n.º2 consagra que a pessoa colectiva goza dos direitos compatíveis com a sua natureza.

¹⁴⁵O Projecto de Lei Orgânica de Reforma do Código Penal Espanhol, de 15 de Janeiro de 2007 prevê no seu art. 33.º n.º 7 que as penas de suspensão de actividades por período não superior a 5 anos e o encerramento dos locais e estabelecimentos onde funciona a pessoa colectiva, por período não superior a 5 anos poderão ser decretadas pelo juiz durante a fase de instrução como medidas preventivas, ou seja, o equivalente no direito processual penal português às medidas de coacção. Cfr. JOSÉ MIGUEL ZUGALDÍA ESPINAR, *La responsabilidade penal de empresas, fundaciones y asociaciones*, pp. 295-296

Consequentemente, o que acontece à pessoa colectiva arguida sujeita a esta medida de coacção pode ser equiparado aos efeitos da dissolução enquanto sanção¹⁴⁶.

Deve entender-se que a aplicação da medida de coacção de suspensão do exercício de actividades, em termos tais que conduza à inutilidade da pessoa colectiva, apenas pode ser aplicada quando seja previsível, com base em fortes indícios, a aplicação da pena de dissolução nos termos do art. 90.º-F, ou a pena acessória de interdição do exercício de actividade conforme o disposto no art. 90.º-J do CP em sede de condenação.

No âmbito da aplicação das medidas de coacção ainda não se procura aplicar a sanção definitiva e a pessoa colectiva ainda não foi condenada pela prática de qualquer crime, existindo apenas fortes indícios em relação a algum dos crimes previstos no art. 11.º do CP. Neste sentido, deverá atender-se cuidadosamente à verificação da proporcionalidade e da necessidade, pois uma medida só é necessária quando não haja outra forma de alcançar aquilo que se pretende com essa medida, bem como a sua proporcionalidade e adequação dependem do facto de o bem que produzem ter de superior ao mal que infligem, para a aplicação da medida de suspensão de actividade à pessoa colectiva arguida¹⁴⁷.

A medida de coacção de suspensão de actividades pode ser decretada sempre que seja de prever a aplicação da pena acessória de interdição da actividade como consequência do crime, nos termos do art. 90.º-J do CP. Neste sentido, JORGE DOS REIS BRAVO, remete esta questão para o regime do art. 16.º do RGIT, no que diz respeito às penas acessórias aplicáveis a crimes tributários¹⁴⁸.

Numa perspectiva de *iuris constituendo*, o legislador deveria basear-se nas características subjacentes a algumas das penas acessórias previstas no

¹⁴⁶Perspectiva defendida por NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p. 91. Contudo considero que este entendimento poderá ser demasiado radical, devendo antes considerar-se que os efeitos correspondem aos de uma dissolução de cariz temporário.

¹⁴⁷Cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p. 91.

¹⁴⁸Cfr. JORGE REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p. 74.

RGIT e - procedendo às devidas adaptações para que possam compatibilizar-se com as características das medidas de coacção - consagrar novas formas de suspensão de actividades e de funções nas alíneas do art. 199.º do CPP de forma a permitir a aplicação mais directa desta medida de coacção às pessoas colectivas.

Assim, embora as medidas de coacção tenham natureza diferente das penas acessórias, poderá interpretar-se a norma relativa à medida de coacção de suspensão de actividade, sempre que se pretenda aplicá-la às pessoas colectivas, à luz do regime do RGIT, uma vez que existem finalidades subjacentes às penas acessórias aí previstas que são coincidentes com as finalidades e propósitos subjacentes às medidas de coacção, ou seja, por exemplo, evitar a continuidade da actividade criminosa e preservar a paz e tranquilidade pública¹⁴⁹.

Este entendimento constitui uma novidade a ter em atenção no âmbito da aplicação das medidas de coacção à pessoa colectiva arguida visto que ainda antes da responsabilização criminal das pessoas colectivas no CP, e a consequente falta de adaptação do processo penal neste âmbito, já o RGIT previa como consequências para as condutas ilícitas das pessoas colectivas no âmbito tributário e aduaneiro a aplicação de penas acessórias que consistem na suspensão de actividades e privação de alguns direitos, aplicáveis a par das penas principais, mas que visavam evitar a continuação da prática criminosa e a tranquilidade e paz públicas, tal como a medida de coacção prevista no art. 199.º do CPP.

Muito embora as finalidades das medidas de coacção e das penas acessórias possam coincidir, cumpre ressaltar que as medidas de coacção não são, nem podem ser, penas. São medidas preventivas que, como já foi referido, visam apenas acautelar as finalidades do processo e em prol do princípio da necessidade, adequação e proporcionalidade só são aplicáveis nessa exacta medida.

¹⁴⁹ ANTÓNIO AUGUSTO TOLDA PINTO E JORGE MANUEL ALMEIDA DOS REIS BRAVO, *Regime Geral das Infrações Tributárias e Regimes Sancionatórios Especiais Anotados*, pp. 68-76.

Na verdade, na prática processual penal, a aplicabilidade da medida de coacção de suspensão de actividades tem vindo a ser considerada para se prevenir a continuidade da actividade criminosa. Exemplo disso foi a actuação do MP que presidiu à intervenção do Grupo de Intervenção e Operações Especiais da GNR no cumprimento de uma medida de coacção promovida pelo MP e deferida pelo JIC, que consistiu na suspensão de exercício de actividade de pessoa colectiva com encerramento do estabelecimento e comunicação à Conservatória do Registo Comercial. Esta medida foi aplicada à sociedade que explorava um estabelecimento de diversão nocturna por existência de fortes indícios da prática do crime de Lenocínio, previsto e punido nos termos do art.169.º do CP¹⁵⁰.

A aplicação desta medida de coacção, atendendo à gravidade dos efeitos que poderá implicar para terceiros à pessoa colectiva a que irá ser aplicada, deve ser considerada casuisticamente e com uma especial atenção e cuidado.

Neste sentido, como no exemplo supra referido, sempre que não seja possível dissociar a crime em causa da restante actividade da pessoa colectiva, e seja previsível a aplicação da pena de dissolução, a suspensão de actividade parece ser a medida de coacção mais adequada a estes casos, por forma a garantir as finalidades processuais visadas.

Por exemplo, no caso de uma pessoa colectiva indiciada pelo crime de contrafacção, conforme previsto e punido no art. 268.º do CP, que é conhecida pela prática dessa actividade, por vender produtos contrafeitos, ou uma pessoa colectiva responsável pela exploração de um bar de alterne, que comete o crime de lenocínio, não é possível dissociar o crime em causa da restante actividade da pessoa colectiva. Nestes casos, a medida de coacção de suspensão de actividade é aplicável e comunicada à Conservatória do Registo Comercial. Desta forma, não existe qualquer violação de direitos de terceiros, uma vez que se está a prevenir a continuação da actividade criminosa, que constituía fim e objecto da sociedade.

¹⁵⁰Cfr. Informação disponível no sitio da internet da Procuradoria-Geral da República que relata a aplicação da medida de coacção de suspensão de actividades de pessoa colectiva, no dia 14 de Junho de 2011, disponível em <http://www.pgdlisboa.pt> > Actualidade>Pesquisa Actualidades/Assunto> Lenocínio, consultado a 02.02.2013

Pode ser aplicada às pessoas colectivas arguidas a medida de coacção de suspensão de actividades, principalmente das actividades de cariz empresarial das pessoas colectivas, cujo desenvolvimento implicou a responsabilidade criminal. Caso contrário, seria desapropriado admitir que as pessoas singulares, que agiram em nome e no interesse da pessoa colectiva, e nestes termos cometeram o crime, ficassem suspensas do exercício de actividades, e a pessoa colectiva em nome da qual actuaram não o ficasse¹⁵¹. Com esta situação verificar-se-ia um favorecimento inaceitável da pessoa colectiva e a desconsideração da prática criminal pela qual a pessoa colectiva deverá ser responsabilizada.

Assim, caso seja necessário, adequado e proporcional a aplicação desta medida de coacção às pessoas colectivas indiciadas pela prática de crimes previsivelmente puníveis com pena de dissolução, é admissível que o juiz decrete o encerramento temporário das instalações onde está fixada a sede da pessoa colectiva bem como a suspensão de exercício de actividades da pessoa colectiva, por forma a evitar, a continuação da actividade criminosa ou a ocultação de provas, colocando em causa o normal desenvolvimento do processo¹⁵².

Concluindo, a medida de coacção de suspensão de actividade, em princípio, é aplicável à pessoa colectiva constituída arguida, bastando o recurso à interpretação declarativa, uma vez que o sentido lógico da norma que estabelece o seu regime é equivalente ao seu sentido literal, não sendo por isso necessário o recurso à interpretação extensiva. Tal só se afigura possível se for previsível a aplicação da pena de dissolução em sede de condenação, uma vez que deverá ser considerada a medida de coacção cujas consequências são mais gravosas e mais limitativas do prosseguimento da actividade das pessoas colectivas, e portanto dos seus direitos enquanto pessoa colectiva.

¹⁵¹Cfr. JORGE REIS BRAVO, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», in *Revista do Ministério Público*, p.74.

¹⁵²Cfr. JOSÉ MIGUEL ZUGALDÍA ESPINAR, La responsabilidade penal de empresas, fundaciones y asociaciones, pp.345-346

7. Proibição e obrigação de condutas

A medida de coacção de proibição e imposição de condutas, prevista no art. 200.º do CPP, visa assegurar as finalidades indicadas no art. 204.º, alíneas b) e c) do CPP.

Através da aplicação da medida de coacção de proibição e obrigação de condutas pretende evitar-se a continuação da actividade criminosa pela proibição de contactar certas pessoas ou frequentar determinados locais ou meios, e acautelar a perturbação da ordem e da tranquilidade públicas.

A aplicação desta medida de coacção exige como pressuposto que o arguido esteja indiciado pela prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a três anos. Relativamente à pena de prisão, no caso de aplicação desta medida de coacção ao arguido pessoa colectiva, cumpre remeter para o já explicitado anteriormente, quanto aos métodos de equiparação de penas previsto no art. 90.º-B do CP.

Analisando os termos desta medida de coacção pode concluir-se que se demonstra compatível com a natureza jurídica das pessoas colectivas arguidas em processo penal. Com efeito, parece isento de dúvidas que as alíneas d) e e) do n.º1, do art. 200.º do CPP são aplicáveis à pessoa colectiva arguida, sem ser necessário proceder-se a adaptações complexas nem recorrer-se à interpretação extensiva.

Nesta medida, nos termos do art. 200.º do CPP, a pessoa colectiva poderá ficar sujeita à proibição de contactar com certas pessoas, segundo o disposto na alínea d), de adquirir ou usar certos objectos e à obrigação de entrega, no prazo fixado, de objectos que tiver na sua posse, capazes de facilitar a prática do crime¹⁵³, nos termos da alínea e).

No âmbito da obrigação de entrega, e numa proposta de *iuris constituendo*, dever-se-ia aqui pensar a possibilidade de impor à pessoa colectiva arguida a obrigação de apresentar periodicamente informações e elementos relativos à regular prossecução da actividade empresarial.

¹⁵³PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal* anotação/comentário ao art.200.º do CPP

Deste modo, procurar-se-ia por um lado evitar a continuação da actividade criminosa e, por outro lado, afastar o perigo de desaparecimento da pessoa colectiva, no sentido de uma eventual deslocalização com vista a dificultar o apuramento da responsabilidade criminal, incluído no requisito de perigo de fuga já explicado anteriormente. A pessoa colectiva deveria ser obrigada a apresentar perante as autoridades competentes relatórios de actividades, documentos contabilísticos e de recursos humanos, com uma periodicidade superior à exigida numa situação distinta da indiciação da prática de um crime. A obrigação de apresentação regular destes documentos permite aferir a manutenção da actividade da pessoa colectiva, e bem assim permitir o regular prosseguimento do andamento do processo¹⁵⁴.

A medida de coacção prevista nos termos do art. 200.º permite a aplicação das obrigações e proibições de condutas previstas nas alíneas d) e e) às pessoas colectivas sem ser necessário recorrer ao mecanismo da interpretação extensiva, por forma a permitir a aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas.

Concluindo, a medida de coacção de proibição e imposição de condutas parece ser aquela que, na sua epígrafe, poderá comportar uma maior abertura para incorporar uma panóplia de obrigações e proibições de condutas a impor à pessoa colectiva arguida, em resultado da interpretação extensiva tendo em conta o sentido lógico subjacente ao sentido literal da norma, e sempre sem ultrapassar o seu teor literal máximo possível, para aplicação destas medidas de coacção às pessoas colectivas. Desta forma será possível, por um lado, garantir a regular prossecução do processo e, por outro lado, evitar a deslocação da pessoa colectiva e a frustração das finalidades processuais que se visa assegurar com a aplicação das medidas de coacção.

8. Considerações Finais

Da análise das medidas de coacção taxativamente previstas no CPP concluímos que é notório o desfasamento entre o regime da responsabilização

¹⁵⁴Neste sentido cfr. NUNO CASTRO LUÍS, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, p. 92

criminal das pessoas colectivas em sede de direito penal substantivo e o regime processual penal¹⁵⁵.

A inadaptação do regime processual penal à responsabilização criminal das pessoas colectivas não deve ser fundamento para a não aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas desde que não sejam violados os princípios fundamentais de legalidade, adequação, necessidade e proporcionalidade exigidos para a aplicação de medidas de coacção.

A falta de aplicação de medidas de coacção às pessoas colectivas, com base na inadaptação do regime processual penal à responsabilidade das pessoas colectivas, implica um favorecimento desmesurado das pessoas colectivas em relação às pessoas singulares e por outro lado, coloca em perigo a prossecução das finalidades processuais que as medidas de coacção visam assegurar.

Assim, atendendo à *mens legislatoris* e a tudo o exposto, consideramos aplicáveis às pessoas colectivas, mediante um processo de interpretação extensiva, as medidas de coacção de TIR (art. 196.º), prestação de Caução (art. 197.º), Suspensão de Actividades (art. 199.º) e Obrigação e Proibição de Condutas (art. 200.º).

Ficam excluídas de aplicação às pessoas colectivas as medidas de coacção de carácter detentivo e cujas características não se coadunem com a natureza da pessoa colectiva, ou seja, a obrigação de apresentação periódica (art. 198.º), a obrigação de permanência na habitação (art. 201.º) e a prisão preventiva (art. 202.º).

Sendo certo que as medidas de coacção devem ser aplicadas se e na medida em que se verifique perigo para a prossecução regular do processo e das respectivas finalidades, se esse perigo estiver associado à actuação das pessoas colectivas pela prática dos crimes previstos no art. 11.º CP, a não

¹⁵⁵ A inadaptação do regime processual penal ao regime substantivo da responsabilidade penal das pessoas colectivas não é um problema exclusivo do ordenamento jurídico-penal português. São vários os ordenamentos jurídicos cujo regime substantivo penal foi alterado no sentido da responsabilidade penal das pessoas colectivas sem se proceder à necessária reforma do direito processual penal. A título de exemplo *vide* JOSÉ MIGUEL ZUGALDÍA ESPINAR, *La Responsabilidad Penal de Empresa, Fundaciones Y Asociaciones*, pp.335-348, relativamente ao ordenamento jurídico espanhol.

aplicação da medida de coacção considerada necessária, proporcional e adequada – com fundamento no facto de o regime das medidas de coacção ainda não ter sido adaptado em concreto aos casos de responsabilidade penal das pessoas colectivas – poderá significar a frustração das finalidades do processo e bem assim o benefício injustificado das pessoas colectivas.

Impõe-se, com urgência, a adaptação do regime das medidas de coacção às pessoas colectivas, através da introdução de medidas compatíveis com a respectiva natureza, sob pena de se continuar a favorecer as pessoas colectivas através da sua não aplicação - ou aplicação deficiente através de adaptações processadas pelo intérprete ou aplicador do direito.

Enquanto não se verifica essa adaptação, cabe ao aplicador do direito e ao intérprete, nomeadamente o MP e o juiz responsável pela aplicação da medida de coacção, proceder à respectiva aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas com as devidas adaptações à respectiva natureza - dentro dos limites impostos pelos princípios fundamentais que regem o regime das medidas de coacção e da interpretação extensiva - sempre que tal se demonstre necessário à prossecução das finalidades processuais.

PARTE IV: QUEBRA DA MEDIDA DE COACÇÃO IMPOSTA A PESSOA COLECTIVA

De acordo com o disposto no art. 203.º do CPP, as medidas de coacção podem ser modificadas ou substituídas sempre que se verifique a violação das obrigações impostas por estas, o agravamento das exigências cautelares ou o desagravamento das mesmas¹⁵⁶.

A violação das obrigações resultantes das medidas de coacção impostas às pessoas colectivas pode ser levada a cabo pelas mesmas pessoas cuja actuação determina a responsabilização criminal das pessoas colectivas.

Explicitando, considera-se que as pessoas colectivas violaram as obrigações impostas pelas medidas de coacção sempre que essa

¹⁵⁶PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal*, anotação/comentário ao art. 203.º do CPP

desobediência seja levada a cabo em seu nome e no interesse colectivo por pessoas que nela ocupem uma posição de liderança ou por quem actue sob a autoridade das pessoas que ocupem posição de liderança, no seguimento de uma violação de deveres de vigilância ou controlo que lhes incumbem, nos termos do art. 11.º, n.º 2, alínea a) e b) do CP. Ou seja, a quebra das medidas de coacção é levada a cabo pela pessoa colectiva através da actuação do seu representante legal ou de quem tenha poderes para a representar e vincular, e que tenha conhecimento da medida de coacção a que a mesma estava sujeita.

Por outro lado, verifica-se a violação da medida de coacção pela pessoa colectiva sempre que exista uma deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração - no caso das pessoas colectivas, sociedades comerciais sob a forma de sociedades anónimas - que contrarie o cumprimento das obrigações impostas pela medida de coacção aplicada. Por exemplo, a deliberação do Conselho de Administração que determine o prosseguimento da actividade que tenha sido suspensa em resultado da aplicação de medida de coacção, prevista nos termos do art. 199.º do CPP, traduz-se na violação das obrigações que esta impunha.

O juiz pode substituir a medida de coacção aplicada por outra mais grave ou determinar uma forma mais gravosa de execução sempre que se verifique a violação das obrigações impostas ou o agravamento das exigências cautelares que determinam a aplicação da medida de coacção, segundo o disposto no art. 212.º, n.º 3 do CPP.

Caso contrário, sempre que se observe o desagravamento das exigências cautelares que determinaram a aplicação da medida de coacção, o juiz deve substituir a medida de coacção aplicada por outra menos graves ou determinar uma forma menos gravosa da sua execução.

No que respeita à extinção das medidas de coacção, os modos de extinção previstos nos termos do art. 214.º, n.º 1 do CPP não levantam problemas de mais relativamente à sua aplicação às pessoas colectivas. A extinção imediata das medidas de coacção em resultado do arquivamento do inquérito, nos termos da alínea a), da prolação do despacho de não pronúncia, de acordo com o disposto na alínea b), da prolação do despacho que rejeitar a acusação nos termos do art. 311.º, n.º 2, alínea a), nos termos da alínea c), ou

da sentença absolutória, coaduna-se com a natureza jurídica das pessoas colectivas.

Assim, as medidas de coacção aplicadas às pessoas colectivas extinguem-se nos termos do art. 214.º, n.º 1 do CPP, não se levantando problemas quanto à compatibilização com a natureza jurídica das mesmas.

Relativamente aos modos de impugnação da decisão que aplicar, manter ou substituir medidas de coacção quanto a pessoas colectivas, conforme previsto no art. 219.º do CPP, apenas a impugnação através de recurso é compatível com a sua natureza, excluindo-se obviamente a impugnação através de *Habeas Corpus*, prevista para situações em que há detenção ou prisão ilegal, só possível em relação às pessoas singulares.

Em conclusão, a par do que temos vindo a explicitar ao longo deste estudo, também no que respeita à quebra das medidas de coacção quando aplicadas à pessoa colectiva, o aplicador do direito deve ter especial atenção às normas do CPP e ao modo como se compatibilizam ou não com a natureza jurídica das pessoas colectivas arguidas. Assim, cabe ao aplicador do direito aplicar as normas processuais penais relativas às medidas de coacção para às pessoas colectivas, dentro dos limites da interpretação extensiva e tendo por base os termos da responsabilidade penal das pessoas colectivas previstos no art. 11.º do CP.

CONCLUSÃO

De tudo o que foi estudado para a elaboração da presente dissertação conclui-se que a comunidade jurídica não tem dado o tratamento doutrinário e jurisprudencial que seria exigível para assegurar uma efectiva responsabilização das pessoas colectiva e o regular prosseguimento do processo penal quando o arguido seja pessoa colectiva.

Neste âmbito, chegamos a três grandes conclusões relativamente ao regime da aplicabilidade das medidas de coacção às pessoas colectivas.

Em primeiro lugar, tendo em conta que as medidas de coacção têm como objectivo garantir o regular desenvolvimento da investigação e do processo penal, sempre que tal seja necessário, por vezes só através da respectiva aplicação a entes colectivos se consegue a sua efectiva responsabilização. Sendo certo que *as pessoas colectivas e sociedades (...) são cada vez mais protagonistas da vida social económica, em detrimento das pessoas singulares que se vão esbatendo como seus agentes (...) a responsabilização criminal das pessoas colectivas e sociedades (...), mais não é que a natural consequência de toda essa evolução*¹⁵⁷.

Nesta medida, a efectiva responsabilização das pessoas colectivas, quando exista perigo para a prossecução do processo penal, poderá passar pela aplicação de medidas de coacção às pessoas colectivas.

Em segundo lugar, quanto à aplicação das medidas de coacção às pessoas colectivas arguidas conclui-se que lhes poderão ser aplicadas as medidas de coacção de TIR (art. 196.º), caução (art. 197.º), suspensão de exercício de actividades e de emissão de títulos de crédito, (art. 199.º) e a proibição de contactar certas pessoas e de adquirir ou usar certos objectos e à obrigação de entrega, no prazo fixado, de objectos que tiver na sua posse capazes de influenciar a prática do crime (alíneas d) e e) do art. 200.º). No entanto, a aplicação destas medidas de coacção está sujeita à verificação dos

¹⁵⁷Cfr. AC. Tribunal Constitucional n.º 213/95, proc. N.º 479/93, disponível *online* em <http://www.pgdlisboa.pt/jurel>

requisitos e condições previstas nos artigos 192.º e 204.º CPP, em geral e nos termos previstos para a medida de coacção catalogada no CPP em especial, bem como atendendo aos princípios fundamentais previstos nos artigos 191.º e 193.º do CPP.

A inadaptação do regime processual penal à responsabilidade criminal das pessoas colectivas prevista no âmbito do direito substantivo exige do aplicador do direito o especial cuidado na aplicação às pessoas colectivas das medidas de coacção consideradas compatíveis com a sua natureza jurídica. Assim, esta aplicação deverá ser feita por interpretação extensiva, nunca extravasando os seus limites, sob pena de violação do princípio da legalidade, previsto nos termos do art. 191.º CPP e decorrente do art. 29.º da CRP e art. 1.º do CP.

Em terceiro lugar, além da previsão em sede de direito substantivo da responsabilidade criminal das pessoas colectivas não ter ficado suficientemente clara de modo a não levantar questões de inaplicabilidade em relação a certas pessoas colectivas, ou dúvidas quanto ao seu modo de aplicação, não se verificou sequer a tentativa de uma eventual adaptação do direito processual penal em relação a estes novos agentes susceptíveis de responsabilidade penal. Poder-se-ia tentar desculpar o legislador pelo facto de o regime da responsabilidade penal das pessoas colectivas em sede de direito penal substantivo ainda ser muito recente e pouco consolidado e acreditar que numa próxima reforma do processo penal essa adaptação seria inevitável.

A Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro veio introduzir uma reforma significativa em sede de processo penal introduzindo, inclusive, alterações no regime das medidas de coacção. No entanto, continua a fazer-se tábua rasa em relação à adaptação do processo penal às pessoas colectivas por forma a permitir a sua responsabilidade penal e a efectiva protecção dos bens jurídicos que têm sido violados pela actuação destas entidades. Na verdade, não se verifica qualquer alteração ao processo penal nesse sentido.

Independentemente de ser esquecimento do legislador ou falta de consolidação do regime substantivo que levanta dúvidas quanto à forma como esta adaptação deve ser feita em sede de processo penal, é certo que a

actuação das pessoas colectivas tem tido um peso crescente na violação de bens jurídicos fundamentais de carácter colectivo e social.

Nestes termos, permanece a urgência de adaptação do regime processual penal à responsabilidade das pessoas colectivas, sem a qual o ordenamento jurídico português continuará com um regime que equivale – utilizando a imagem de FREDERICO COSTA PINTO – *a oferecer uma bicicleta a alguém que não sabe andar de bicicleta, à qual se juntou um código da estrada e dizer-lhe para dar a volta a Portugal que a iremos esperar na meta*¹⁵⁸.

Desta forma, a protecção dos bens jurídicos que se visam salvaguardar com a responsabilidade penal das pessoas colectivas não conseguirá ser efectivada, quer porque temos um regime substantivo pouco claro, quer porque temos um regime adjectivo inadaptado aos novos agentes criminosos: as pessoas colectivas.

Numa perspectiva de *iuris constituendo*, no que respeita ao regime das medidas de coacção e respectiva aplicação às pessoas colectivas, deixa-se a sugestão de se passar a prever como medida de coacção aplicável às pessoas colectivas arguidas a obrigação de prestação de informação regular sobre a prossecução da actividade empresarial – o que permite assegurar que as finalidades do processo penal não serão frustradas -, ou o controlo judicial, como se verifica no ordenamento jurídico francês¹⁵⁹, que consiste na colocação sob supervisão de um representante legal nomeado pelo JIC por um determinado período de meses em relação à actividade em curso em conexão com a qual a infracção foi cometida, ou ainda criar medidas de coacção baseadas na estrutura das penas acessórias previstas no RGIT.

Concluindo, se este estudo for mais um contributo para a reflexão da necessidade de adaptação ao regime substantivo de responsabilidade penal das pessoas colectivas do regime processual penal em geral, e do regime das medidas de coacção em especial, então o meu objectivo terá sido cumprido.

¹⁵⁸Cfr. FREDERICO COSTA PINTO, «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas», in *Jornal Tribuna*, p. 19

¹⁵⁹Cfr. *Titre XVIII* do *Code Procédure Pénale Français*, art. 706-45.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, PAULO PINTO, *Comentário do Código de Processo Penal*, 2ª Edição Actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2007
....., *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2.ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2010

ARMENTA DEU, TERESA, *Lecciones de Derecho Procesal Penal*, Marcial Pons, Ediciones Jurídicas Y Sociales S.A., Madrid, 2003

BANDEIRA, GONÇALO DE MELO, “ *Responsabilidade*” *Penal Económica e Fiscal dos Entes Colectivos – À volta das sociedades comerciais e sociedades civis sob a forma comercial*, Edições Almedina, Coimbra, 2004

BELEZA, TERESA PIZARRO, *Direito Penal*, Vol. I, 2ª Edição Revista e Actualizada, AAFDL, Lisboa, 1984

BRAVO, JORGE DOS REIS, «Incidências processuais na punibilidade dos entes colectivos», *in Revista do Ministério Público*, 105, Ano 27, 2006

CLIFFORD CHANCE LLP, «Corporate Liability in Europe», Janeiro 2012, consultado *online* em
http://www.cliffordchance.com/content/dam/cliffordchance/PDFs/Corporate_Liability_in_Europe.pdf, a 20.04.2013

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, (coordenação), *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2ª Edição, Almedina Editora, Coimbra, 2011

CORREIA, EDUARDO, «Introdução ao Direito Penal Económico», *in Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 1998

DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO, *Direito Penal Tomo I – Questões Fundamentais, A Doutrina Geral do Crime*, 2ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2007

-----, *Temas Básicos da Doutrina Penal*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001

DIAS, JORGE FIGUEIREDO E ANDRADE, MANUEL DA COSTA, «Problemática geral das infracções contra a economia nacional», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 1998

GODINHO, INÊS FERNANDES, «Pessoas Colectivas e Processo Penal: Alguns apontamentos de uma tentativa impossível», in *GALILEU, Revista de Economia e Direito*, Vo. XII, nº2, 2007/XIII, n.º1, 2008

GONÇALVES, FERNANDO E ALVES, MANUEL JOÃO, *As Medidas de Coacção no Processo Penal Português*, Edições Almedina, Coimbra, 2011

LUÍS, NUNO CASTRO, «Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas», in *POLITEIA*, Ano II, nº2, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2006

MANDUCHI, CARLA, «The introduction of corporate ‘criminal’ liability in Italy», consultado *online* em <http://esameavvocato.diritto.it/docs/30795-the-introduction-of-corporate-criminal-liability-in-italy>, a 24.04.2013

MANSILHA, EDUARDO, «Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Societas Delinquere Potest», in *Verbo Jurídico – Estudos e Ensaios Jurídicos*, consultado *online* em http://www.verbojuridico.com/doutrina/penal/rp_pc.html, a 15.03.2013

MIRANDA, JORGE MIRANDA E MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Coimbra Editora, Coimbra, 2005

PINTO, ANTÓNIO AUGUSTO TOLDA E BRAVO, JORGE MANUEL ALMEIDA DOS REIS, *Regime Geral das Infracções Tributárias e Regimes Sancionatórios Especiais Anotados*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002

PINTO, CARLOS ALBERTO MOTA, *Teoria Geral do Direito Civil*, 3ª Edição Actualizada, 5ª Reimpressão, Coimbra Editora, Coimbra, 1991

PINTO, FREDERICO COSTA, «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas», in *Jornal Tribuna*, n.º 24 (2009)

ROCHA, MANUEL ANTÓNIO LOPES, «A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Novas Perspectivas», in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 1998

SERRA, TERESA, «Responsabilidade Criminal das Pessoas Colectivas», in *Jornal Expresso*, publicado a 29 de Setembro de 2007, (2007), consultado online em <http://incursoes.blogspot.com/2007/10/responsabilidade-criminal-das-pessoas.html>.

SERRA, TERESA E SÁNCHEZ, PEDRO FERNÁNDEZ, «A Exclusão de Responsabilidade Criminal das Entidades Públicas – Da Inconstitucionalidade dos n.ºs 2 e 3 do art. 11.º do Código Penal», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. IV, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

SILVA, GERMANO MARQUES, *Responsabilidade Penal das Sociedades e dos seus Administradores e Representantes*, Editora Verbo, Lisboa, 2009

TEIXEIRA, CARLOS ADÉRITO, «A pessoa colectiva como sujeito processual», in *Revista CEJ*, nº 8, 2008

OCDE, UNIDADE ANTI-CORRUPÇÃO, «Criminal Responsibility of legal persons in Common Law Jurisdictions», publicado a 4 de Outubro de 2000, consultado online em http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/greco/evaluations/seminar2002/Wells_revised.pdf, a 24.04.2013

WELLS, CELIA, *Corporations and Criminal Responsibility*, 2nd Edition, Oxford University Press, Nova Iorque, 2005

ZUGALDÍA ESPINAR, JOSÉ MIGUEL, *La Responsabilidad Penal de Empresa*, Fundaciones Y Asociaciones, Editora Tirant lo Blanch, Valência, 2008